

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

MICHELLE ROSSI

**FONTES COMO INDICADORES DE QUALIDADE NO
PRODUTO JORNALÍSTICO: DISCUSSÃO EM MATÉRIAS
SOBRE O CONFLITO NA FAZENDA BURITI NOS JORNAIS
O ESTADO E O PROGRESSO**

**Campo Grande - MS
Novembro-2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO**

MICHELLE ROSSI

**FONTES COMO INDICADORES DE QUALIDADE NO
PRODUTO JORNALÍSTICO: DISCUSSÃO EM MATÉRIAS
SOBRE O CONFLITO NA FAZENDA BURITI NOS JORNAIS
O ESTADO E O PROGRESSO**

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestra ao Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, da
Universidade Federal de Mato Grosso do
Sul sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro
Banducci Júnior.
Área de concentração em Comunicação.

**Campo Grande - MS
2013**

FONTES COMO INDICADORES DE QUALIDADE NO PRODUTO JORNALÍSTICO: DISCUSSÃO EM MATÉRIAS SOBRE O CONFLITO NA FAZENDA BURITI NOS JORNAIS O ESTADO E O PROGRESSO

MICHELLE ROSSI

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestra em Comunicação, Área de Concentração em Comunicação, e aprovada em sua forma pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de de Mato Grosso do Sul-MS.

Álvaro Banducci, Doutor
Orientador

Coordenador do programa

Banca Examinadora:

Prof.

Prof.

Prof.

DEDICATÓRIA:

After all; we are going to realize that our days in Earth are very short, no matter how long we
live. (Luciano Rossi)

Para o meu pai, Luciano Rossi (in memorian), cientista, artista e inspirador das batalhas na
minha vida;

Para a minha mãe, Lúcia Rossi, pessoa que mais me dedica amor nesta vida;

Para a minha irmã, Milene Rossi, pela parceria e brincadeiras;

Para o meu orientador do início deste projeto, Prof. Dr. Mario Ramires (in memorian), pela
força criativa e por acreditar em mim

AGRADECIMENTOS:

Ao meu orientador Prof. Dr. Álvaro Banducci, CCHS-UFMS, pela disposição e competência
para assumir o projeto no meio do caminho;

Ao Prof. Dr. Silvio César de Oliveira, INQUI-UFMS, pelo auxílio prestado ao longo destes
anos;

Aos amigos e colegas de profissão: obrigada por entenderem, ou não, as rabugices e
compartilharem momentos de alegria;

Aos cães de estimação e aos recolhidos nas ruas, bichos que só me trazem felicidade e
estiveram ao meu lado durante o processo de estudo e elaboração desta dissertação, um
período de necessária solidão, mas feliz ao lado destes verdadeiros amigos

“À medida em que nossa mente é consciente do seu próprio subjetivismo, descubro uma ponta de prazer no método objetivo”.

(Lippmann)

Resumo

O presente trabalho reconhece as fontes de informação como pilares fundamentais para a construção da notícia e indica que por meio delas é possível avaliar o conteúdo das notícias publicadas. Para isso, uma ferramenta foi criada a partir de categorias de fontes já descritas na literatura e organizadas de forma a extrair do texto a distribuição destas, bem como a relação com indicadores de qualidade. Para a construção da ferramenta e teste foram usados dois jornais impressos de Mato Grosso do Sul: O Estado de circulação mais ampla na Capital e O Progresso, com amplitude de cobertura em Dourados. Também foi selecionado o período de cobertura do conflito entre índios e não índios na Fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), em maio e junho de 2013. O episódio foi selecionado pois é pauta que expõe a amplitude cultural e evidencia, portanto, a necessidade de diversidade de discursos. Houve a seleção de 63 matérias para a aplicação da ferramenta. Esta por sua vez está dividida em três partes: Matéria, Identificação e Fontes. Na última, as categorias são elencadas como variáveis com potencial para apontar qualidade da notícia. A discussão se faz necessária em tempos de crise de qualidade no jornalismo, com apontamentos que precisam ser avançados como a Regulação de Mídia e lançamento de documentos que mostram a importância de criação de indicadores para o setor. Caso contrário, continuaremos no patamar de ter a falácia da imparcialidade jornalística como máxima alcançável e de qualidade da notícia.

Palavras-chave: Fontes. Qualidade. Índios.

Abstract

This paper recognizes the sources of information as fundamental pillars for the construction of the news and indicates that through them you can endorse the content of published news . For this purpose, a tool was created from source categories described in the literature and organized in order to extract text their distribution, as well as the relationship with quality indicators. For the construction and to test the tool we used two newspapers of Mato Grosso do Sul: O Estado with major circulation in the Capital and O Progresso, in Dourados. It has been selected the coverage period of conflict between indians and non-indians in Fazenda Buriti, in the city of Sidrolândia (MS), in may and june of 2013. The episode was selected because it exhibits the cultural amplitude, therefore, the need for diversity in speeches of the sources. There was a selection of 63 subjects for the application of the tool. This in turn is divided into three parts: Identification, News and Sources – in this one the categories are listed as potential variables to point quality news. The discussion is needed in times of crisis in quality journalism, which is related to subjects as the Regulation of the Media in Brasil and the releases of documents that show the importance of creating indicators for the sector . Otherwise we will continue to have the fallacy of impartiality as maximum achievable quality of the news.

Keywords: Sources. Quality. Indians

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jornal em que foram publicadas	65
Figura 2:Editoria em que as matérias forampublicadas	66
Figura 3:Assinatura das matérias.....	68
Figura 4:Matérias com foto.....	68
Figura 5:Das matérias publicadas, há chamada de capa ou manchete	69
Figura 6:Chamada de capa tem foto	70
Figura 7:Total de fontes de matéria.....	72
Figura 8:Fontes contraditórias.....	73
Figura 9:Humana, Documental e Eletrônica.....	77
Figura 10:Regional, Nacional e Internacional.....	78
Figura 11: Fonte não identificada	79
Figura 12: Primárias diretas ou indiretas	80
Figura 13: Oficial estatal, oficial não estatal, Oficiosa e não oficial	80
Figura 14: Classificação de não oficiais	81
Figura 15: Ocorrências	81
Figura 16: Secundárias	82
Figura 17: Promotoras, provocadas, implicadas	83
Figura 18: Ocorrências.....	83
Figura 19: Fontes não mencionadas	85
Figura 20: Citação textual.....	85

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: A LITERATURA E AS FONTES.....	20
1.1 Rotinas Produtivas.....	20
1.2 Primeiros Definidores e a Cadeia de Cobertura Jornalística	22
1.3 Agenda-Setting	25
1.4 Opinião Pública e Senso Comum Enquanto Base de Avaliação da Notícia	26
1.5 Classificação e Tipologia de Fontes	28
1.6 Assessorias e Fontes Oficiais	34
1.7 Esquema de Tipografia de Fontes Encontradas.....	36
CAPÍTULO 2: OBJETIVIDADE VERSUS SUBJETIVIDADE	37
2.1 Liberdade de Expressão Condicionada à Indicadores de Verificação.....	37
2.2 A Mídia Brasileira e Regulação.....	41
CAPÍTULO 3: OS ÍNDIOS E OS JORNAIS.....	44
3.1 O Conflito Indígena Como Suporte Para Análise	44
3.2 Os Índios e o Cenário de Guerra em Mato Grosso do Sul	46
3.3 Índios Terena: da História de Diplomacia à Guerra	50
3.4 Índios e Dados de Violência.....	51
3.5 Os Jornais	52
CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA	55
4.1 Parte 1) Identificação e 2) Matéria	56
4.1.2 Parte 3) Fontes.....	56
CAPÍTULO 5: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA E ESTATÍSTICAS.....	64
5.1 Discussão dos Dados	65
5.1.1 Itens 1. e 2. Identificação e Matéria	65
5.1.2 Fontes:	70
5.1.3 Primárias.....	79
5.1.4 Fontes Secundárias	82
5.1.5 As fontes são.....	83
5.1.6 Fontes não mencionadas ou sem especificação.....	84
5.1.7 Citação textual.....	85
5.2 Fluxo de Notícias e Análise.....	86
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	97
ANEXOS.....	99
ANEXO A: LISTA DE FONTES USADAS NAS MATÉRIAS SELECIONADAS.....	100

ANEXO B: FICHAS DE APLICAÇÃO DA FERRAMENTA	104
ANEXO C: MATÉRIAS SELECIONADAS JORNAIS O ESTADO E O PROGRESSO ...	172

INTRODUÇÃO

No processo de elevar o status de um acontecimento à notícia, o jornalista segue algumas técnicas padronizadas nas empresas. O uso de fontes para a obtenção de informações é uma das ferramentas recomendadas para sua construção. No entanto, academia, ou tampouco as redações, dedicam importância à relação entre o processo de escolha das fontes e o conteúdo da notícia publicada. Não há conteúdo jornalístico sem as fontes. É impossível presenciar todos os fatos que serão relatados na matéria e mesmo se isso fosse viável não se pode traduzir a ocorrência de um fato sem obter as versões dos elementos envolvidos no assunto.

Se as fontes são responsáveis por alimentar as notícias com o seu elemento mais vital, as informações sobre o assunto a ser relatado, então nesta dinâmica de recolha podemos encontrar indícios e pistas para parametrizar a notícia com maior, ou menor, valor qualitativo. A importância das fontes no relato jornalístico é reconhecidamente estrutura anatômica, mesmo admitindo-se o processo de construção de notícias atravessado por uma série de pontos a serem considerados, como a literatura das Rotinas Produtivas, ou *Newsmaking*, propõe, ao reconhecer no conteúdo publicado, reflexo das rotinização do trabalho jornalístico. No conceito de agendamento, ou *Agenda Setting*, mais propostas de interferências no processo: a pauta jornalística, e logicamente suas fontes, é um fluxo que também pode ser gerado pelas audiências. Ainda assim, considerando a notícia como fruto destes processos, o estudo das fontes usadas na notícia pode ser uma indicação de construção objetiva do conteúdo.

É tentativa deste estudo dissecar as classificações já apontadas na literatura sobre fontes e extrair delas associações com produto de qualidade. Para isso, foram organizadas, a partir da literatura, propostas de categorização de fontes, de forma a extrair da notícia publicada informações relevantes com o objetivo de indicar a qualidade do conteúdo publicado.

Com o lançamento recente do documento pela UNESCO¹, *Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação* (UNESCO, 2010), empresas de mídia e também a academia passaram a construir esforços mais evidentes para nomear as ferramentas de alcance da qualidade

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, Saúde, Ciência e Cultura – UNESCO.

do conteúdo jornalístico e assim compor padrões de excelência. A Unesco (2010) definiu no documento alguns consensos que podem servir como parâmetro para quantificar a qualidade do produto jornalístico nos países. Entre eles, são apontados sistemas regulatórios favoráveis à liberdade de expressão; pluralidade e diversidade da mídia; a mídia como uma plataforma para o discurso democrático; capacitação profissional e capacidade infraestrutural para sustentar uma mídia independente e pluralista.

Liberdade, pluralidade e diversidade são palavras-chave citadas nas categorias bases do documento redigido pela Unesco. Em sociedades democráticas, os conceitos são pilares para sustentar o bom funcionamento social. Com a mídia, as máximas da democracia também são aplicáveis como comuns esforços para alcançar a qualidade do produto.

Contudo, apesar de manuais de boas práticas serem adotados em redações de jornais para se alcançar níveis de qualidade da notícia, poucos são os métodos objetivos recomendados. Para se ter uma ideia das recomendações vigentes na mídia brasileira, em agosto de 2011 a empresa televisiva de maior audiência no Brasil, a TV Globo, divulgou um normativo de conduta intitulado “Princípios editoriais das Organizações Globo”, uma espécie de tratado entre direção, jornalistas e telespectadores sobre a conduta profissional que o jornalismo naquela emissora deve adotar. O primeiro princípio a ser seguido e indicador máximo de qualidade do conteúdo, segundo o documento, é a isenção: “a palavra-chave em jornalismo”, que segue: “sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade”.

Ser imparcial, isento, como a maior organização jornalística do país e os manuais de redação propõem, não constituem proposta objetiva de busca de qualidade da informação. É metodologia falha pois reproduz a Teoria do Espelho – primeira explicação sobre os procedimentos da atividade jornalística – e ressignifica que a realidade pode ser transmitida pelo simples olhar, em um relato do jornalista dos fatos crus. Ao invés de buscar qualidade, é instrumento de alienação da classe de profissionais da área e da opinião pública. Assim perdemos a chance de avançarmos no processo de compreensão do jornalismo enquanto forma social de conhecimento.

O que buscamos neste estudo é entender como as fontes se apresentam na notícia publicada em um caso de conflito entre indígenas e produtores rurais ocorrido na Fazenda Buriti, em Sidrolândia, cujo ponto alto foi maio e junho de 2013. Para tanto, vamos criar variáveis para apontar parâmetros objetivos de qualidade, considerando o potencial subjetivo

destas categorias. Não é nossa intenção indicar de forma romântica e generalizada caminhos para o bom fazer jornalístico e sim explorar as fontes como potenciais fornecedores de indicativos de averiguação qualidade do texto publicado.

Índios em Mato Grosso do Sul – um referencial para análise

Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população indígena do País, perdendo apenas para o estado do Amazonas. Com base nos dados do censo de 2010, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que a população indígena cresceu 205% desde 1991, quando foi feito o primeiro levantamento que considerava a medição desse grupo. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Diante da numerosa população de índios estabelecida no Estado, com o aumento da população ano a ano e o acirramento de conflitos e problemas sociais, também são frequentes as notícias sobre essas comunidades veiculadas na mídia. Da história de antepassados às mazelas enfrentadas na atualidade, a pauta das redações locais está acostumada a incluir notícias sobre índios. A interação, ou falta dela, com a sociedade do não índio, ou questões internas das comunidades também chamam a atenção da imprensa.

Ao construir uma notícia, o jornalista recorre às fontes: sejam pessoas, documentos ou meio virtual. São elas as intermediadoras da informação. No caso indígena, há portadores de informação que podem assegurar a hegemonia vigente ou colocar em xeque o discurso oficial e escancarar a realidade de miséria das comunidades indígenas da região sul do Estado, noticiados em episódios alarmantes nas páginas dos jornais, como morte de crianças em aldeias por desnutrição; confrontos armados entre índios e jagunços contratados por donos de terras em áreas indígenas ou ainda altos índices de suicídio entre as etnias presentes no Estado.

Mas, já inseridos no contexto político, econômico, cultural e social, os índios também são promotores de ações nos noticiários que tentam discutir a integração dos povos indígenas com a sociedade não índia, como a inserção de pautas sobre as comunidades na agenda política dos municípios; a possibilidade de criação de polícias especiais para a atuação em reservas ou ainda a disseminação de seus idiomas em escolas para a compreensão das diversas culturas indígenas.

No cotidiano dos jornalistas uma das regras para alcançar a qualidade do conteúdo a ser veiculado pelo jornal é identificar todos os envolvidos e coletar as informações de todas as

partes interessadas para gerar a notícia com equilíbrio dos discursos. Mas identificar as partes interessadas é desafio para os jornalistas uma vez que é preciso ter um diagnóstico prévio da situação que envolve o acontecimento a ser relatado.

Se o jornalismo deve tentar captar e transmitir os fatos com o maior nível de aproximação da realidade, produzir notícias sobre indígenas é um desafio ainda maior. Quando as notícias geradas tratam do tema indígena o espectro de consulta de partes envolvidas parece comportar mais versões acerca de um acontecimento que posteriormente poderá ocupar as páginas dos jornais. As fontes protagonistas da pauta, os índios, muitas vezes não são ouvidas e tem discurso indireto relatado nos jornais em acontecimentos sobre as comunidades. Quando são ouvidos nem sempre têm o discurso respeitado em sua multiplicidade cultural.

A complexidade da transmissão do tema indígena para os jornais pode ser atribuída ao conflito de interesses entre a sociedade não índia e as sociedades indígenas, que podem ser entendidos por conta de diferentes versões para as significações dos fatos. Mato Grosso do Sul apresenta, segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MS) a pior situação de terras indígenas sem demarcação e reconhecimento o que deixa os índios do Estado em confinamento de áreas. A questão aqui não é meramente uma luta de classes e interesses entre quem vai administrar o pedaço de terra, e produzir neste espaço. A terra para os índios representa o meio de obtenção para a subsistência, mas também significa vida, memória de antepassados. É território sagrado (CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO, 2011).

Portanto, em uma notícia produzida sobre o conflito de terras que inclua indígenas, as versões levantadas e levadas para a construção do conteúdo potencializam as significações diferenciadas para a compreensão dos fatos. A transmissão de informações em uma notícia sobre conflito de terras com índios e não índios em uma perspectiva que trate apenas da terra como instrumento de onde se pode tirar a subsistência, ou ainda, a tentativa de encaixar o discurso de produtividade e reforma agrária para as culturas indígenas que enxergam a terra como representação da própria identidade, é arriscar a difusão de conteúdo sob uma perspectiva unilateral.

Verificar a qualidade da produção da mídia com conteúdo indígena pode aumentar a possibilidade de compreensão sobre a articulação entre o meio (jornal) e a possível realidade, resultando no que é transmitido como notícia, em decorrência das contradições de versões que

podem ser encontradas para explicar um único fato, como o conflito de terras entre índios e não índios.

Fontes de informação – as protagonistas do relato jornalístico

As histórias no jornalismo são contatadas a partir da perspectiva das fontes. A utilização destas interfere no tratamento e abordagem do fato a ser relatado. Quanto mais o corte feito no fluxo de acontecimentos aproximar-se da versão plural para explicar o fato e inseri-lo em um contexto próximo e universal, maior será a convergência da narração com objetividade, ou a verdade funcional, conceito que parece ser administrado atualmente pelas empresas jornalísticas e está sincronizado com as possibilidades de alcance da objetividade no relato dos fatos.

Hoje, a aproximação do conceito de qualidade jornalística com o sentido de verdade passa pela interpretação de que não se busca um sentido absoluto, mas uma forma prática e funcional da verdade. O critério de objetividade adotado no jornalismo corrente é mais realista e o sentido de verdade é aquela que nos permite conduzir e interpretar os fatos, muito diferente do dogma proposto como pilar do jornalismo. A verdade funcional é uma verdade que busca a sociedade para desenvolver-se. “A polícia prende suspeitos baseado em fatos, o juiz por meio de fatos provados e a verdade jornalística se atenta a essa verdade funcional e como todas as verdades incluindo as leis científicas podem ser submetidas a revisão” (JESÚS; LÓPEZ, 2009, p.124).

Enquanto os filósofos e os epistemólogos cedo argumentaram que é impossível alcançar a objetividade, isto é, que é impossível para um sujeito adquirir conhecimento total e perfeito de um objeto (...) os jornalistas tardaram a descobrir que as notícias nunca poderiam ser o espelho da realidade (SOUSA, 2005, p.35).

Lippmann (2008) no começo do século passado já considerava a hipótese de que as notícias e a verdade não são a mesma coisa. A função das notícias, assegurava, é sinalizar um evento, a função da verdade é trazer luz aos fatos escondidos, pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade na qual os homens possam atuar. Somente naqueles pontos, onde as condições sociais tomam uma forma reconhecível e mensurável, o corpo da verdade e o noticioso coincidem. Aquela é comparativamente uma pequena parte de todo o campo de interesse humano.

Mas, os canais de coleta do material informativo já estão profundamente estruturados em função de avaliações da noticiabilidade e, no seu funcionamento, acabam por realçar, reforçar critérios. Assim, estabelece-se uma circularidade das informações vigentes.

A reprodução muitas vezes de fontes em textos jornalísticos acaba por prolongar estereótipos já consolidados com versões sobre os fatos. No caso dos indígenas, a ausência de discursos de índios em detrimento ao discurso das fontes oficiais pode culminar em divulgação de versões unilaterais. Assim, “as notícias podem não ser um espelho das condições sociais, mas o relato de um aspecto que se impôs” (LIPPMANN, 2008, p. 291).

As fontes não são, por isso, todas iguais e todas igualmente relevantes, assim como o acesso a elas e o seu acesso aos jornalistas não está uniformemente distribuído.

As fontes utilizadas pelos órgãos de informação, o que dá base para seu funcionamento, “reflete, por um lado, a estrutura social e de poder existente e, por outro, organiza-se a partir das exigências dos procedimentos produtivos” (WOLF, 1995, p.98). O autor também ressalta que as fontes que estão fora deste enquadramento dificilmente influenciam a cobertura jornalística.

[...] Dentre todos os acontecimentos, acabam por ser considerados noticiáveis aqueles que as agências noticiam. Sob as diferenças inerentes às culturas, às ideologias, aos âmbitos de difusão da informação, aos próprios meios de comunicação, permanece um substrato comum definido, precisamente, por critérios de noticiabilidade que essas fontes contribuem para difundir [...] (WOLF, 1995, p.103).

Se os estudos sobre *Newsmaking*, no seu conjunto, lançaram olhar sobre essa prática de recolha de notícias é porque ela faz parte integrante da rotina organizada e, ao mesmo tempo, revela o tipo de acontecimento em que a representação do mundo fornecida pela informação de massa está concentrada.

Os estudos também salientam que a rotina criada em extrair notícias prontas é uma das causas da “fragmentação e super-representação da área político-institucional na informação de massa. As redações se acostumaram a utilizar materiais produzidos em outro local, limitando-se a reestruturar, em conformidade com os valores/notícia relativos ao produto, ao formato e ao meio de comunicação” (WOLF, 1995, p.96).

A agenda de serviço, nas suas diferentes formas e características organizativas, é constituída essencialmente pela lista diária dos acontecimentos que sobrevirão e cuja noticiabilidade é, em grande parte, dada como certa. Trata-se, obviamente, de

acontecimentos previstos no tempo, fixos antecipadamente em agenda; por isso, na sua maioria, são factos que se situam na esfera político institucional-administrativa ou judiciária, e que permitem que os órgãos de informação organizem com uma certa antecedência o seu próprio trabalho (WOLF, 1995, p.105).

A produtividade associa-se não só ao tipo e à qualidade de materiais que uma fonte é capaz de fornecer, mas também à necessidade que o órgão de informação tem de limitar - em igualdade de condições - o número de fontes a consultar, de forma a não ter custos demasiado elevados e prazos dilatados.

Contrastação e burocratização do discurso

Quando se fala em normas de conduta jornalística já disseminadas pelos meios, contrastar opiniões parece ser a fórmula objetiva para a produção de um texto de qualidade. Quando se trata de situações que envolvem interesses de várias partes, as fontes devem ser sempre contrastadas, mesmo que a resposta a publicar seja a de que a fonte não prestou declarações. A contrastação de fontes deve ser feita por rotina. “Por exemplo, várias pessoas presenciam um acidente, é melhor ouvir mais do que uma pessoa, pois nem sempre as versões serão coincidentes” (SOUSA, 2005, p.50).

No entanto, mais do que assegurar a qualidade do texto e cumprir as normas dos manuais de redação, o uso de fontes contrastadas também implica um ritual estratégico para os jornalistas evitarem críticas a seus trabalhos ou processos na Justiça. Protegidos pelo uso das aspas em discursos diretos ou por meio da transcrição de ideias resumidas em algumas linhas, usando o discurso indireto, os jornalistas estão protegidos e fazem uso da máxima de que são meros instrumentos de divulgação da realidade posta e de discursos já proferidos.

O objetivo deste trabalho é criar uma ferramenta para parametrizar a qualidade dos textos jornalísticos. O trabalho terá como referência as fontes empregadas nas notícias publicadas sobre o conflito na Fazenda Buriti, em Sidrolândia (MS), produzidas pelos jornais O Progresso e O Estado MS, nos meses de maio e junho de 2013, quando ocorre a morte de um índio.

Para tanto, formulará uma categorização das fontes usualmente utilizadas em matérias onde apareçam o tema índio nos veículos selecionados que circulam na Capital e o interior. Como são construídas as notícias sobre índios em um local onde a população é altamente representativa? Quais são as fontes usadas para a construção da notícia quando o

assunto é índio no Estado? E ainda, como aferir a qualidade de notícias publicadas pelos jornais?

A ferramenta só pode ser desenvolvida a partir da revisão dos conceitos descritos na literatura. O objetivo é reunir os conceitos como indicadores em uma ferramenta, mas também avançar na classificação das fontes e atribuição de qualidade, na medida em que são reveladas quem são as fontes e como elas aparecem nos textos com temática indígena durante a cobertura do conflito.

A partir do diagnóstico levantado pela ferramenta, poderão ser descritos o volume, a natureza e a circunstância das fontes mais usadas pelos jornais para divulgar as notícias sobre o episódio selecionado. É uma ferramenta que poderá ser aplicada no dia a dia das redações como termômetro para medição do quesito diversidade e seus pressupostos no conteúdo jornalístico.

No Capítulo 1, a Revisão Crítica da Literatura corresponde à fundamentação teórica para o reconhecimento das descrições elaboradas para a classificação de fontes. Primeiro, a movimentação das fontes no processo de construção da notícia é observada para a compreensão de suas origens e interação com outros elementos partícipes do processo até então descritos.

A adoção da linha teórica do *Newsmakinge* a perspectiva da *Agenda Setting* fornecem pistas sobre os fluxos comunicacionais que estabeleceram a essência constituída de algumas fontes, como é o caso das fontes oficiais, citadas em praticamente todas as obras selecionadas para esta pesquisa, descrita como fonte frequente, preferida dos jornalistas e geralmente à frente das primeiras definições sobre os assuntos cobertos pelos jornais. Em seguida, as categorias encontradas serão relatadas.

No Capítulo 2, ganha destaque a dicotomia objetividade versus subjetividade com o reconhecimento dos elementos subjetivos de composição da notícia e como a definição de imparcialidade assumiu equivocadamente status de qualidade do conteúdo jornalístico – conceito até então compreendido como máxima da prática. No mesmo capítulo, descrevemos indicadores de qualidade (excluindo a imparcialidade) mencionados na literatura sobre a tríade fontes/qualidade/conteúdo jornalístico. As discussões sobre a necessidade de regulação da mídia com a construção de indicadores de qualidade e o documento da Unesco também são apontados no capítulo.

Em algumas citações na literatura há indicações sobre quais tipos de fontes podem estar mais próximas a níveis de qualidade, mas não encontramos a reunião desses conceitos em uma ferramenta que possa ser aplicada em textos jornalísticos, o que nos propomos a fazer nesta pesquisa.

As populações indígenas em Mato Grosso do Sul como referencial de análise para este estudo e o recorte temporal feito na cadeia de notícias usado como base de teste para a ferramenta são descritos no Capítulo 3. A intenção é poder aplicar o modelo de investigação produzido em outros contextos como notícias de grupos minoritários ou mesmo em notícias veiculadas no dia a dia do jornal. Os jornais que tiveram matérias extraídas para a pesquisa, O Estado e O Progresso são apresentados neste capítulo.

Na parte 4, apresentamos a metodologia desenvolvida para a obtenção de resultados. Apresentamos a formulação de um questionário onde as categorias são posicionadas de modo a indagar ao texto publicado informações referentes às fontes empregadas no texto.

No Capítulo 5, estatísticas com a aplicação de 63 fichas e discussão de dados, com a apresentação de categorias recorrentes na produção das notícias selecionadas para este estudo.

No último capítulo, as conclusões sobre a aplicabilidade da ferramenta. Discussão sobre a possibilidade de adoção de método objetivo na aferição de qualidade da notícia por meio das fontes empregadas na construção do conteúdo jornalístico.

CAPÍTULO 1: A LITERATURA E AS FONTES

1.1 Rotinas Produtivas

A escolha das fontes as serem usadas para a produção da notícia está imersa em fluxos de interferência de fora para dentro e de dentro para fora das redações, bem como a operacionalização de rotina diária nas redações. Admitimos a multilateralidade de fluxos que compõem a estrutura da notícia. Neste capítulo, teorias que serão usadas para a análise serão descritas e mostram como a rotina nas redações, o comportamento das fontes e do jornalista interferem no produto final, ou seja, a notícia publicada. Um breve histórico será traçado para a visualização de fragmentos do que hoje é conhecido como *Newsmaking*, ou Rotinas Produtivas. Em seguida, tipologia das fontes coletadas na literatura será descrita.

O paradigma das Rotinas Produtivas traz como primeiro marco a Teoria do *Gatekeeper*. Publicado em 1950, o estudo de David Manning White concluiu que o processo de seleção é subjetivo e arbitrário e depende do conjunto de experiências, atitudes e expectativas do *Gatekeeper*. Mas, a teoria analisava as notícias apenas a partir de quem as produz: o jornalista, ou seja, uma abordagem microssociológica.

Em outro momento, a Teoria Organizacional avança o *Gatekeeper* e alarga a perspectiva teórica do âmbito individual para um nível mais vasto: a organização jornalística. A teoria aponta que as notícias são o resultado de processos de interação social que têm lugar dentro da empresa jornalística. Criada por Warren Breed, a teoria considera que o jornalista conforma-se mais com as linhas editoriais e normas da política de organização da empresa jornalística a quaisquer outras crenças pessoais que tivessem trazido consigo.

Com as Teorias da Ação Política, os jornalistas são vistos de uma forma instrumentalistas que servem a objetivos de certos interesses políticos: na versão da esquerda, servem para ajudar a manter o sistema capitalista; na versão da direita, servem como instrumentos que põem causa ao capitalismo - os jornalistas seriam então uma nova classe com interesse em expandir a atividade reguladora do Estado à custa das empresas privadas. Numa das formulações mais complexas da perspectiva de esquerda, o conteúdo das notícias não é determinado em interior (valores, crenças, preconceitos), mas em nível externo, ou seja, no âmbito da organização jornalística.

Herman e Chomsky (apud Traquina, 2005) propõem cinco fatores que explicariam a submissão do trabalho jornalístico aos interesses do sistema capitalista: uma delas é a

dependência dos jornalistas de fontes governamentais e mundo empresarial e ainda estrutura de propriedade dos mídia; natureza capitalista, ou seja, a busca pelo lucro; ações punitivas dos poderosos; ideologia anticomunista dominante.

Tal qual a Teoria da Ação Política, a Teoria Estruturalista é macrossociológica, mas ao contrário da primeira, reconhece a autonomia relativa dos jornalistas em relação ao controle econômico direto. A notícia é um produto social resultante de vários fatores. Primeiro fator é a organização burocrática dos mídia; segundo, é a estrutura dos valores-notícia e a ideologia profissional dos jornalistas que apontam claramente para o que constitui “boas notícias”; o terceiro é o momento da construção da própria notícia.

Na Teoria Etnoconstrucionista os jornalistas vivem sob a tirania do fator tempo. O desafio cotidiano de ter de elaborar um produto final todos os dias, ou semanas. Pressionadas por essa tirania, as empresas do campo jornalístico são obrigadas a elaborar estratégias para fazer face ao desafio colocado pela natureza de sua matéria-prima: os acontecimentos podem surgir em qualquer parte, em qualquer momento e em face à imprevisibilidade, as empresas precisam de uma rotina de cobertura.

Tuchman (2000), observa que as empresas jornalísticas tentam impor ordem no tempo e no espaço, estendendo uma rede noticiosa (*news net*) para capturar os acontecimentos. Para cobrir o espaço, há estratégias das empresas jornalísticas que definem valores notícias e espaços territoriais de cobertura, assim como uma rede noticiosa alimentada por fontes. No entanto, cita, quando os jornalistas ficam dependentes de fontes, podem ficar orientados para as fontes e assim ceder à tentação de escrever para a fonte e não para o público.

Assim, para a teoria, a rotinização do trabalho leva à dependência nos canais de rotina. Devido à necessidade de impor ordem no espaço e no tempo, a história do jornalismo, no seu funcionamento diário, é descrita como a interação entre jornalistas e fontes oficiais, ou seja, autoridades governamentais, líderes econômicos e políticos. Essa relação se constituiu pois são as fontes oficiais as mais disponíveis para dar notícias ou falar sobre elas e assim, facilitam o trabalho na redação limitadas pelo horário de fechamento da edição do jornal (*deadline*). Para Wolf (1995, p.236) “as fontes oficiais tendem a obtemperar melhor do que as outras a essas necessidades organizacionais das redações”.

A estrutura social e de poder existente por outro lado organiza-se na base das exigências colocadas pelos procedimentos de produção. As fontes que se encontram às margens dessas duas determinações muito dificilmente podem influir de maneira eficaz na cobertura informativa (WOLF, 1995, p. 235).

1.2 Primeiros Definidores e a Cadeia de Cobertura Jornalística

Na estruturalista, a estrutura dos chamados *primary definers*, ou os primeiros definidores é encarada de uma forma temporal e imutável. Os primeiros definidores são as fontes que detêm as informações geralmente cobiçadas pelos jornalistas e estes por sua vez, coincidem com as fontes oficiais. A teoria dos definidores primários aproxima-se da concepção instrumentalista sobre a atividade jornalística, mas reconhece que ela também está sob a decisiva influência das Rotinas Produtivas. Sua possibilidade de análise não está centrada na hipótese de manipulação das notícias por parte dos jornalistas, mas sim no poder que fontes privilegiadas têm na construção dessas mesmas notícias. “Dessa forma, a interpretação primária das fontes institucionalizadas define o rumo de qualquer notícia. Além disso, as pressões do *deadline* também privilegiam os definidores primários” (PENA, 2005, p. 153-154).

Stuart Hall, ChasCricher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts fundaram a teoria dos Definidores Primários ao perceber o tratamento dado às fontes políticas em momentos de crise. Estabeleceram as oficiais como definidores primários e os preferidos da imprensa, principalmente pelo tipo de instituição, notoriedade, poder e especialização. Indicam ainda os *secondary definers* ou definidores secundários no processo de produção das notícias.

Os teóricos ordenam uma hierarquia de credibilidade onde os mais poderosos tem a preferência nas declarações de temas controversos. A fonte mais fidedigna classificada por eles são as “especialistas” pois forneceria informações sem interesse particular, embora a mídia prefira as “autorizadas”, notadamente de organizações públicas, escreve Schmitz (2011) sobre o grupo liderado por Hall.

A consequência entre a relação estruturada entre os mídia e os primeiros definidores é a possibilidade de oferecer a este grupo a primeira interpretação do fato. Esta ação vai comandar o tratamento dado ao assunto em questão nas próximas coberturas. “A definição primária estabelece o limite das interpretações e discussões acerca do assunto em questão” (HALL, 2000, p. 230).

Raramente uma notícia posterior à primeira cobertura do tema traz informações contraditórias ou que desmintam a notícia inicial. Uma vez assumida a interpretação do fato, a tendência é continuar a abordá-lo naquela esfera de sentidos. O que se faz é trazer à linha de frente da notícia mais elementos que enquadram o fato naquela interpretação.

Notícias que seguem outro caminho de interpretação acerca do assunto em evidência geralmente chegam às páginas de jornais quando o próprio definidor primário refaz a sua construção da realidade. Mesmo assim, ele o faz diante de uma “nova evidência no caso”, ou seja, um pedido de melhor averiguação por parte da polícia ou outros órgãos investigativos como o Ministério Público no Brasil ou diante de uma denúncia feita pelo veículo de comunicação concorrente que sensibilizou a opinião pública.

É esta relação estruturada, entre os media e suas fontes ‘poderosas’ que se começa a esclarecer a questão negligenciada do *papel ideológico dos media*. É isto que começa a dar substância e especificidade à afirmação básica de Marx de que as ideias dominantes de qualquer época são as ideias da classe dominante (HALL et al, 2000, p.230).

Se por um lado o acesso de fontes oficiais e de pessoas economicamente e socialmente poderosas é facilitado à mídia, a contra tendência também pode conseguir espaço se apresentar fontes organizadas e articuladas que gerem contra definições de uma situação.

O grupo de teóricos liderado por Hall aponta a cobertura da pauta industrialização e descreve o acesso do empresário, das autoridades oficiais ao conteúdo noticioso, bem como o acesso dos sindicatos – na década de 1970 já organizados o suficientemente em sociedades industriais a ponto de contribuir e ter voz na cobertura jornalística.

Os sindicalistas organizados também podem assumir a condição de primeiros definidores, citam os teóricos, uma vez que o acesso à mídia lhes foi legitimado em coberturas anteriores. A questão é, também eles devem seguir protocolos de argumentação definidos pelo padrão ideológico da classe dominante, do sistema dominante. Devem responder em termos pré-estabelecidos às definições feitas pela cadeia oficial. “[...] têm uma melhor oportunidade de serem ouvidos e influenciarem o processo precisamente se colocarem o seu caso nos limites desse consenso” (HALL, 2000, p.235).

Explicam que um sindicato teria o caminho mais facilitado se lançasse um processo judicial contra as entidades patronais e se a sua argumentação se fizesse dentro das normas. O

resultado seria mais imediato nessas condições, mais do que defender uma ação grevista, que por ora pode assumir o status de fato não oficial.

Outra situação são fontes que perderam o poder de voz na sociedade. Um exemplo apontado pelos teóricos é a cobertura policial. Geralmente são as fontes oficiais a darem o relato, o tom da notícia pois os criminosos não são legítimos para contrabalançar a declaração oficial.

A resistência em alterar padrões de cobertura para fatos que não se encaixam no tabuleiro do jogo das fontes oficiais pode resultar numa cobertura jornalística que ignora determinados setores da sociedade como os índios em Mato Grosso do Sul. Eles cada vez mais têm voz na mídia, passaram de passivos a ativos no processo de reivindicação de terras, melhores condições de vida, mas precisam jogar com as peças já nomeadas e conhecidas do jogo. Caso, contrário, sua voz passa a ser discriminada na construção da notícia de assuntos nos quais eles mesmos são os protagonistas, como a reivindicação de terra.

Essa possibilidade de manutenção de definições privilegiadas é interpretada por Pena (2005) como aproximação a teoria dos definidores primários da espiral do silêncio. Para o grupo de Hall, a mídia reproduz a ideologia dominante e perpetua o status quo. Na espiral do silêncio, as pessoas tendem a esconder opiniões contrárias à ideologia majoritária, o que dificulta a mudança de hábitos. O medo é da solidão social que se propaga em espiral e por vezes escondem desejos de mudança da grande maioria. As teorias aproximam-se pois ambas defendem que a prioridade é causada pela facilidade de acesso de uma minoria privilegiada (fontes institucionais) aos veículos de informação.

A validade da teoria dos definidores primários pode ser questionada por não aceitar a existência de formas de conceber uma negociação ou desafio entre os jornalistas com os primeiros definidores. A relação não assumiria a todo o tempo um fluxo unilateral mas multilateral, ou seja, as notícias também assumem formas para atender a agenda pública, a ideologia do próprio profissional que por ora consegue burlar a interpretação inicial dos definidores primários que pode desencadear outro enquadramento da cobertura do assunto.

A teoria das Rotinas Produtivas nos parece mais satisfatória ao ser passível de ser aplicada neste estudo por reconhecer a possibilidade de compreensão de fluxos comunicacionais importantes (fonte, jornalista, redação, público) para a produção da notícia. Há estudos que apontam a necessidade de compreender o movimento das audiências com

interferência significativa na cobertura jornalística em nosso tempo contemporâneo, mas nesta pesquisa apenas admitimos essa possibilidade pois este não é o objeto de estudo do trabalho. Esta é uma das preocupações da hipótese da *Agenda-Setting*, importante para nós para admitirmos a multilateralidade dos fluxos.

1.3 Agenda-Setting

O jornalista vale-se das informações obtidas com as fontes, na mesma proporção que cada vez mais, as fontes valem-se dos jornalistas para propagar suas ideologias.

A *Agenda-Setting* ainda alimenta uma multiplicidade de linhas de investigação, que se estendem em direções cada vez mais distantes da premissa inicial. No percurso, a trajetória do conceito confundiu-se com o campo extenso da sociologia do jornalismo. Entre os desafios postos na mesa está a compreensão da complexa dinâmica existente entre as fontes e os jornalistas.

Quando o conceito de agendamento foi exposto pela primeira vez em 1972 por McCombs e Shaw, em artigo de revista acadêmica estadunidense. O paradigma até então vigente apontava para uma ideia de que a imprensa não exercia tanto poder e que seus efeitos eram limitados.

Da década de 1970 para cá, os estudos avançaram e hoje é possível compreender como é crescente a amplitude e complexidade do conceito inicial de agendamento e o reconhecimento de um poder midiático (leia-se jornalístico) muito superior ao poder inicialmente postulado, Traquina (2003). A intenção é integrar o paradigma do *Agenda-Setting* dentro da literatura do *Newsmaking*, ou seja, dentro de uma análise sociológica dos processos de produção de notícias.

Para a terminologia do agendamento, os consumidores de notícias correspondem àqueles membros sujeitos à influência dos mídia que ajudam a constituir a agenda pública. Segundo a classificação de Molotch e Lester (1974) os *news promoters*, ou fontes, são constituídos por aqueles que propõem a agenda da política governamental, aqueles que propõem conteúdo; os *news assemblers* correspondem àqueles que determinam a agenda jornalística, os jornalistas que decodificam a mensagem e ainda e os *news consumers*, as audiências que consomem o produto jornalístico.

O ponto de partida da produção jornalística, defendem os autores, pertence aos *news promoters*, que geram conteúdos para a mídia. No entanto, quando as organizações jornalísticas (*news assemblers*) geram necessidades de acontecimentos que diferem do conteúdo proposto pelos promotores de ocorrências é o ponto em que os mídia têm papel independente no processo de notícias.

Os eventos públicos existem por conta dos propósitos a que eles servem mais do que a sua inerente e objetiva importância. A pauta do jornal segue essa lógica, com exceção de coberturas de acidentes e escândalos, quando a rotina política de cobertura é transcendida em um grau significativo.

Portanto, o conteúdo da mídia é visto como o resultado da praticidade entre as fontes de notícia, jornalistas e audiências. Os promotores de notícias, ou as fontes, têm interesse em divulgar o seu ponto de vista ou então de esconder determinada parte da história. Os jornalistas têm o processo atravessado por uma série de questões que vão da rotina de produção à ideologia da empresa, sua convicção pessoal, o jogo com as fontes. Enquanto as audiências podem propor assuntos para agenda pública.

In societies having a formally-controlled press, the substantive relationship between news promoters and assemblers is less obscured. In such societies, media are organized to serve a larger purpose (e.g. creating socialist man or maintaining a given regime). Validity thus ends to be equated with utility (MOLOTCH; LESTER, 1974, p. 105).

1.4 Opinião Pública e Senso Comum Enquanto Base de Avaliação da Notícia

Oferta ampla, diversificada de discursos públicos e a distribuição do poder de agenda entre os veículos são elementos imprescindíveis para a efetivação das premissas da participação e de competição no processo democrático. Para acesso ao discurso plural, teóricos apontam que primeiro há de se preencher os requerimentos da igualdade social para que o conjunto de cidadãos tenham voz pública; outros equiparar as oportunidades de expressão por meio de um pluralismo regulado de diversas organizações independentes da mídia e ainda, como vimos, adequar a pauta no plano dos definidores primários. “Mas não se explica o que faz com que determinadas proposições se tornem convincentes, diante de intercâmbios de razões realizado em público” (GOMES; MAIA, 2008, p.179).

O sistema dos mídia desempenha papel central na disseminação de informações a grandes audiências. As opiniões públicas, cita Lippmann (2008), são organizadas pela

imprensa que convocam e são convocadas pelas fontes a serem exploradas e a interpretação dos fatos a serem dados.

Também não há perspectiva o acesso de todos de forma espontânea a opiniões públicas adequadas sobre toda a temática dos governos que lhe regem. E, mesmo se houvesse perspectiva é muito duvidoso se muitos de nós gostaríamos de ser incomodados, ou tomariam o tempo para formar uma opinião em “qualquer e toda a forma de ação social” que nos afeta (LIPPMANN, 2008, p.270).

O senso comum desempenha um papel importante na avaliação do conteúdo noticioso; pois, uma notícia é composta de vários fatos e o senso comum pode determinar se este será aceito ou não (TUCHMAN, 2000). Um exemplo, cita, são as provas auxiliares aceitas como fato na descrição objetiva da propaganda comunista. Se um artigo tivesse referido o livro “O Capital”, o termo comunista se justificaria. “*O Capital* é geralmente associado ao comunismo e não é visto como um livro de teoria econômica” (TUCHMAN, 2000, p. 78).

No caso indígena, o senso comum também traça padrões como o questionamento do modo de vida diferente do não índio, ou a terra como território sagrado.

Lippmann (2008) faz referência ao senso comum usando os estereótipos afirmando que quando o sistema é bem fixado nossa atenção é chamada para aqueles fatos que o apoiam nos afastando daqueles que o contradizem.

Mas para pensadores políticos que contam, de Platão e Aristóteles até Maquiavel e Hobbes e os teóricos democráticos, especulação tem girado em torno do homem egocêntrico que tinha de ver o mundo todo por meio de algumas imagens em sua cabeça (LIPPMANN, 2008, p.230).

Mas, se a maioria dos mídia favorece apenas um ator político, um partido, ou um ponto de vista ou ainda se exclui os partidos menores e as perspectivas minoritárias, reduz-se o ambiente informativo, Gomes e Maia (2008). Os autores definem significações para público forte, que corresponde à fontes oficiais, que tem poder econômico. Público fraco precisa gerar fatos como passeatas e demonstração pública para estar na mídia.

Com a diluição das fronteiras entre as esferas não há mais como pensar a esfera pública política, por exemplo, como a dimensão da decisão apolítica dos conflitos. A esfera pública passa a funcionar segundo o modelo de mercado, portanto da esfera privada, e as mediações das pretensões que aí se apresentam se tornam literalmente negociações, barganhas entre forças e pressões representadas no campo, sempre provisórios de forças, em que se

envolvem tanto o aparelho do Estado como os grupos de interesses (GOMES; MAIA, 2008, p.52).

1.5 Classificação e Tipologia de Fontes

Toda e qualquer entidade que possua dados susceptíveis de serem usados pelo jornalista no seu exercício profissional pode ser considerada uma fonte de informação. Existem assim, vários tipos de fontes: humanas, documentais, eletrônicas, entre outras. As fontes, por sua vez têm relação direta com a qualidade da informação divulgada. “A capacidade de recolha e seleção de informação e de cultivo de fontes é um dos indicadores da competência jornalística” (SOUSA, 2005, p.48-49).

As tipificações na literatura sobre fontes são frágeis diante de sua variedade e das formas de interferência nos procedimentos jornalísticos. Em estudo realizado recentemente no Brasil, um dos poucos que trazem as fontes como protagonistas do fazer jornalístico, aponta as poucas investidas da academia sobre o tema:

A literatura no campo do jornalismo aborda pouco o tema, em geral de forma tímida e mesmo inexpressiva. Pouquíssimo se discute, tanto na academia quanto em eventos profissionais e científicos, como se essa relação não fosse relevante. Os jornalistas dependem das fontes, e não admitem isso (SHIMITZ, 2011, p.76).

Todos os dias em que o jornalista chega à redação, uma pauta deve ser cumprida. Para transformar a pauta em notícia veiculada é necessário entrevistar as fontes relacionadas ao assunto pautado. O fluxo de produção depende da disponibilidade da fonte se encaixar ao deadline do veículo noticioso.

Isso implica constatar que podem ocorrer situações onde uma das fontes relacionada ao tema não será ouvida para a construção da notícia. Fonte que poderia inclusive transformar a matéria, ao acrescentar uma informação mais suscetível à estar no *lead* noticioso e talvez, ser a manchete do jornal. Entretanto, o reconhecimento entre os jornalistas sobre a importância da recolha de informações com as fontes de informação parece obscura. O jornalista tende a desvincular a qualidade da informação com o processo de escolha e de acesso às fontes. Tende ainda a esquecer, durante o processo de produção de notícias, as fontes que geralmente são mais difíceis de contatar e privilegiar as disponíveis. Assim, pode criar uma rotina em que é possível ter mais controle do processo de manufatura da informação e atribuir a qualidade do texto jornalístico à pautas criativas, furos de fontes confidenciais, e acessíveis, ou ainda à boa qualidade da redação, ou a arte de se relatar uma história.

Os jornalistas precisam ser capazes de identificar os fatos e para isso precisam que fontes falem sobre eles. Na ocorrência de um fato verificado e enquadrado em critério (s) de noticiabilidade, o que lhe confere viabilidade de transposição do acontecimento para as páginas do jornal (como ineditismo do assunto ou proximidade geográfica), o jornalista procura a fonte para relatar o assunto mas até o fechamento da edição consegue obter apenas uma fonte. Tuchman (2000) em seus estudos de rotina produtiva nos dá um exemplo.

Um senador dos EUA afirma que os Estados Unidos podem ser ultrapassados pela União Soviética (à época da Guerra Fria) no desenvolvimento de um tipo de míssil específico. O jornalista não consegue confirmar a informação até o horário de fechamento da edição e talvez possa nunca conseguir essa informação. O jornalista só pode determinar que o senador afirmou, mas não sabe se a afirmação procede como fato. A declaração do senador continua sendo vista como notícia, mesmo que seu conteúdo seja mentiroso.

Uma das primeiras definições de fonte na literatura feita por Gans (2004) atribui essa denominação a todas as pessoas que o jornalista observa ou entrevista e às que fornecem apenas informações enquanto membros ou representantes de grupos (organizados ou não) de utilidade pública ou de outros setores da sociedade.

Para teorizar e classificar as fontes de informação em 1979, ele fez o processo inverso. Sua ênfase foi compreender como as fontes de notícias procuram acesso aos jornalista e ao compreender esse caminho, definiu categorias de fontes e como os jornalistas passaram a utilizarem-se mais de algumas categorias do que outras. Ele realizou a pesquisa com os maiores veículos e programas noticiosos dos Estados Unidos à época: CBS Evening News, NBC Nightly News mais as revistas Newsweek e Time.

Journalists see people mainly as potencial sources, but some sources see themselves as people with a chance to provide information that promotes their interests, to publicize their ideas, or in some cases, just to get their names and faces into the news(GANS, 2004, p. 117).

Na vigésima quinta edição, lançada em 2004, o autor escreve que pouco teria a acrescentar no livro nos capítulos em que analisa as fontes de informação. Em sua definição inicial, ele descreve as fontes como ansiosas, permanentes e recalcitrantes. Cita exemplos delas; as ansiosas seriam políticos nacionais, agências públicas. As recalcitrantes, organizações à margem da sociedade, organizadas ou não. Outro grupo de recalcitrantes seriam os oficiais do serviço secreto e da Polícia responsáveis por ações secretas.

As permanentes não são classificadas de imediato numa redação, mas alcançam o posto com o passar do tempo. As fontes ansiosas tendem a se tornarem permanentes ao aparecer na mídia a todo o tempo. No entanto, as mesmas fontes podem assumir o status de recalitrantes quando as notícias não lhe forem favoráveis.

Mas, enquanto na teoria fontes podem ser de qualquer lugar, na prática, seu recrutamento e acesso aos jornalistas refletem as hierarquias da nação e da sociedade. O presidente dos Estados Unidos tem acesso instantâneo a todos os jornais quando ele desejar. Já as fontes com menos poder podem ganhar acesso rápido à mídia com uma história dramática que carregue o aspecto de novidade. Pessoas muito pobres podem ficar sem acesso à mídia porque assim como outras pessoas que não são pobres, os jornalistas são relutantes em ir a vizinhanças com esse nível econômico, Gans (2004).

Um aspecto de destaque do acesso das fontes é a posição geográfica em que elas estão e o que também define a escolha da pauta. Entre os critérios de noticiabilidade, a proximidade geográfica é um dos elementos mais considerados. Portanto, fontes podem ser ansiosas, poderosas e prontas para fornecer informações convenientes, mas para conseguir a atenção dos jornalistas precisam estar geograficamente e socialmente próximas, Gans (2004). Assim, setores rurais e algumas áreas da periferia das cidades ficam desprovidas de cobertura jornalística rotineira.

Journalists obtain their information about America from their customary sources; from what they themselves read in the paper; and, because they have trouble crossing the social barriers that separate them from strangers, from what they learn from peers and personal contacts, notably relatives and friends(GANS, 2004, p.126).

Héctor Borrat (1981) também propõe uma classificação sobre o volume de informações prestadas: fonte permanente, frequente o ocasional. Elas são ativas e passivas: compulsiva (proativa), aberta (passiva), resistente (reativa), espontânea e ansiosa (ativa). (BORRAT apud FONTCUBERTA, 2010). As assessorias de comunicação poderiam classificar-se como compulsivas, por exemplo, pois transmitem informações em um fluxo maior do que outras fontes.

Fontcuberta (2010) define as fontes de informação como pessoas instituições e organismos de toda índole que facilitam a comunicação do fato e podem ser de dois tipos: que buscam os meios e o que recebe.

A relação entre os tipos de fontes consultadas e a qualidade da notícia ou mesmo do órgão de comunicação onde ela é publicada é constantemente descrita por teóricos e pelos próprios jornalistas dos meios. “A obtenção de fontes confiáveis de qualidade prestigiam os meios” (FONTCUBERTA, 2010, p. 58). Quanto maior a quantidade, qualidade e diversidade das informações das fontes melhor será sua credibilidade. O jornal precisa dispor de várias fontes contrastadas para que sua versão não seja uma mera descrição dos fatos proporcionados por apenas uma fonte (BORRAT apud FONTCUBERTA, 2010, p. 58).

Wolf (1995) propõe uma caracterização que separa as fontes ativas das passivas, segundo o grau de utilização e o tipo de relações que se instituem entre fonte e órgão de informação. Fontes centrais, territoriais e fontes de base são categorias individualizadas não só pela localização espacial, mas também pelo tipo de utilização que delas se faz relativamente ao relevo e à noticiabilidade dos acontecimentos.

Ao explorar a noção de objetividade, Tuchman (2000) aponta como os jornalistas se certificam que estão realmente apresentando conteúdo de qualidade, a) acham que fazem distinção entre aquilo que pensam e aquilo que relatam; b) dizem que apresentam versões diferentes de uma mesma realidade; c) apresentam provas suplementares para fundamentar um fato; d) utilizaram aspas para indicar que o repórter não dá uma versão dos acontecimentos ; e) apresentam os fatos mais importantes primeiro; f) separam a notícia da opinião.

Este levantamento de práticas produtivas, feito quando a autora teve acesso ao dia a dia dos grandes jornais estadunidenses, fornece provas da tentativa de se alcançar a objetividade e como a praxe é constituída e disseminada nas Rotinas Produtivas. Contudo, a crítica feita é que mesmo cercado-se das práticas em voga, a objetividade não é alcançada. “Também não existe uma relação clara entre os objetivos procurados (a objetividade) e os meios utilizados (os procedimentos noticiosos descritos)” (TUCHMAN, 2000, p.80).

Em definições encontradas na literatura com classificações de fontes temos grandes classificações que abrigam de forma bastante abrangente as fontes como a citação de fonte oficial, oficiosa e independente. “Quando não está autorizada pela oficial é oficiosa e quando não tem vínculo é independente” (PENA, 2005, p.62).

Na classificação descrita nas obras consultadas para esta pesquisa, a fonte oficial é aquela que tem função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e

preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios, companhias públicas etc.). Como citado anteriormente, a fonte oficial é a preferida da mídia, pois emite informação ao cidadão e trata essencialmente do interesse público, embora possa falsear a realidade, para preservar seus interesses ou do grupo político (SCHMITZ, 2011, p.21)

Testemunhal é aquela mais próxima ao fato, maior a credibilidade, pois “se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa” (LAGE, 2001, p.67). Ela é a fonte primária enquanto a fonte secundária é um especialista, um cientista.

Gans (2004) assegura que 90% das provas mostradas no texto podem ter como origem as fontes, no entanto, apenas 10% do conteúdo é realmente informação atribuída às fontes na notícia publicada. O sociólogo vê a existência de dois tipos de fontes: aquelas que se apresentam de forma organizada e aquelas ainda prestes a se organizar. Quanto à atribuição de informação à fonte a classificação ainda é descrita por Alsina (2009) que indica haver fontes utilizadas e mencionadas. A primeira está no nível de produção e a segunda na manifestação. As utilizadas podem ser estudadas pela análise de discurso e as mencionadas possuem grande importância no discurso. A princípio, as fontes mencionadas são também fontes utilizadas, mas nem todas as fontes utilizadas são mencionadas.

Também podem se classificar as fontes de acordo com sua procedência: internas ao órgão informativo (colegas), externas (oficiais, informais, testemunhas), ou mistas. Podem ainda se classificar de acordo com seu estatuto: oficiais estatais (governo), oficiais não estatais (sindicatos, associações), oficiosas e informais (testemunhas) (SOUSA, 2005, p.49).

Para Herbolato (2008) as fontes de informação podem ser classificadas em dois grandes grupos: as fixas e as fora de rotina. Fixas: é aquela que o jornalista recorre para o noticiário de todos os dias. Fora de rotina: procuradas excepcionalmente quando o esclarecimento de um fato o exige.

Classifica ainda de acordo com sua categoria formal: “Fonte autorizada: substitui o porta-voz nos casos em que o governante ou alta autoridade não pode formalizar a informação” (HERBOLATO, 2008, p.184).

Fontes podem ser diretas, pessoas envolvidas com o fato ou ocorrência, notas e comunicados oficiais sobre o evento. Indiretas: pessoas que, por dever profissional, sabem de um fato circunstancialmente. Adicionais: aquelas que fornecem informações suplementares ou ampliam a dimensão da história. Entre elas, livros, almanaques, ou pessoas que conhecem fatos passados de qualquer forma ligados aos atuais, Herbolato (2008).

Outra classificação dada pelo autor é a maneira como aparecem na notícia: são qualificadas como ostensivas e indeterminadas. Ostensivas quando o leitor sabem quem forneceu os dados da matéria e indeterminadas quando não há menção sobre quem deu a informação.

Há ainda as definições acerca das citações de fontes conhecidas no meio jornalístico: *on the record*, *off*, *on e deep background*. Ricardo Jorge Pinto, citado por Souza (2005, p.53), diz que *off* é toda a informação que o jornalista pode usar mas sem mencionar a fonte, *deep e on background* referem-se a informações que o jornalista não pode usar mas pode o auxiliar.

O jornalista ainda tem a premissa de não revelar a fonte. O artigo 71 da Lei de Imprensa no Brasil estabelece que nenhum jornalista ou radialista deve ser coagido a revelar suas fontes. Uma das justificativas é a existência de pessoas com informações, mas sem posição de as revelar, o que diminuiria a circulação dos acontecimentos ocorridos. Mas, até que ponto uma informação em *off* é confiável. Algumas redações cercam-se de cuidados para que a notícia com fontes, a não serem reveladas, não sejam mentirosas, como por exemplo, dizer, ao menos, ao editor direto o nome da fonte e a procedência da informação. Mesmo assim, o grande público nunca terá acesso à origem da informação e muito menos em que contexto ela foi repassada ao jornalista. Há discussões pertinentes na área sobre sigilo de fontes no conteúdo jornalístico que parecem apontar cada vez mais para o descredenciamento desta prática. Entretanto, este não é assunto a ser abordado em nossas análises pois trabalhamos com as fontes identificadas. Para realizar o levantamento das informações dadas por fontes em *off*, teríamos de traçar uma metodologia específica que o assunto requer.

Fontcuberta (2010) traz a primeira definição sobre notícias baseadas em não-acontecimentos. São aquelas que baseiam suas informações em fatos não ocorridos. Realiza assim a primeira tipologia de não acontecimentos para tentar a descrição de um fenômeno que se encontra nos meios, tanto no impresso quanto no audiovisual.

Na tipologia do não acontecimento entram: a notícia inventada, mais relacionada à ausência de categoria ética do que com a presença de uma tipologia jornalística. Notícia errônea – ausência ou insuficiência de informação, e informação incorreta, que supõe a intencionalidade do emissor, Fontcuberta (2010).

A notícia de especulação está cada vez mais frequente nos meios que acostumam as audiências ao consumo indiscriminado e quase cotidiano de informações filtradas que não se apresentam como tais, mas como simples componentes do fluxo informativo normal. Põe em risco a própria razão do jornalismo. Há ainda as classificações propostas onde constam fontes exclusivas e compartilhadas. A primeira é difícil de obter e a segunda promove homogeneidade de informação nos meios, mas oferecem mais fatos informativos, Fontcuberta (2010).

As fontes são de natureza mais ou menos confiável; pessoais, institucionais ou documentais e ainda classificadas em oficiais, oficiosas e independentes. Ele ainda tece a classificação de fontes primárias, aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de sua matéria, fornecem fatos e versões, números e secundárias aquelas em que especialistas comentam dados e também são consultados para preparar pautas (LAGE, 2006, p.63).

O ciberespaço também pode ser produtor direto de conteúdo, sendo, portanto informante em potencial (PENA, 2005, p.62). Quanto maior a articulação das pessoas com a rede noticiosa da internet, maior a geração de conteúdo e captação deste pelos jornalistas.

1.6 Assessorias e Fontes Oficiais

Cada vez mais jornalistas trabalham a informação na perspectiva das fontes. Jornalistas escrevem cada vez mais sobre fatos que não entendem e portanto criaram uma relação de dependência da de informantes e bons intérpretes como as assessorias.

A guerra da informação é, hoje, em várias áreas, uma guerra de assessorias, na qual se contrapõem habilidades profissionais de empresas e entidades empresariais, de um lado, e sindicatos de trabalhadores e organizações sociais de outro (LAGE, 2006, p.51). “O desenvolvimento do publicista é um sinal claro de que os fatos da vida moderna não tomam a forma espontaneamente na qual eles podem ser conhecidos” (LIPPMANN, 2008, p.294). Originalmente, as fontes de informação não eram treinadas para desempenhar esse papel (LAGE, 2006, p.49).

Os conteúdos produzidos pelas assessorias de comunicação e transportados para as redações como releases ganham muitas vezes espaço e provocam assim a divulgação da pauta pretendida pelo assessorado – este quase sempre fonte institucional. A fonte passa a ser produtora de conteúdo. No caso indígena, por exemplo, o fato de a inauguração de um centro de cultura em uma comunidade acontecer é potencial candidato a ser divulgado por uma assessoria institucional, como a prefeitura ou o governo que executaram a obra. O risco é que na maioria das vezes, é este release produzido que vai estampar as páginas do jornal e dar o tom do discurso sobre a inauguração, com possíveis dados como o valor investido na obra em detrimento da significação do centro cultural para a comunidade, ou se ele realmente vai funcionar.

Outro risco é apontado em classificação de fontes é o nível de confiança que os jornalistas e as audiências têm para com as fontes oficiais – ou representantes de governos. As fontes oficiais são as tidas como as mais confiáveis e é muito comum não serem sequer mencionadas nos textos. Os dados que elas propõem já são tomados como verdadeiros, embora, na verdade, “elas costumeiramente soneguem informações de que efetivamente dispõe” (LAGE, 2006, p.63-64).

“As fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de instituição” (PENA, 2005, p.62). No entanto, são as fontes oficiais as mais procuradas pelos jornalistas pois correspondem melhor do que as outras a essas necessidades organizativas das redações (WOLF, 1995, p.99). A versão da fonte oficial também é obrigatória na construção do fato, e muitas vezes por conta da pressão do *deadline*, elas acabam sendo as primeiras e as únicas consultadas para a produção da notícia.

A rápida expansão da assessoria de imprensa como mercado de trabalho jornalístico, ocorrida no Brasil nos anos 1970 e 80 tem raízes no sistema de controle de opinião pública implantado pelo regime militar, no período Médici (1969-1974), (CHAPARRO, 1994, p. 69).

Em dois ou três anos o serviço público transformou-se em gigantesco e generoso empregador de jornalistas, contratados com a dupla missão que a censura militar e a autocensura favoreciam: divulgar com empenho tudo o que fosse favorável aos militares no poder; impedir ou minimizar a publicação de informações, versões e opiniões que contrariassem os interesses governamentais (CHAPARRO, 1994, pag. 69).

Por mais que se aproximem do interesse público, os jornalistas que ocupam as assessorias de imprensa são especialistas em técnicas e práticas comunicativas que preservam os interesses das fontes nos processos jornalísticos.

[...] trabalham com critérios jornalísticos de informação na origem e lhe agregam atributos que facilitam o seu aproveitamento como notícia imediata, referência para bancos de dados ou pauta para posteriores desdobramentos jornalísticos (CHAPARRO, 1994, p. 71).

1.7 Esquema de Tipografia de Fontes Encontradas
Fontes diretas (envolvidas com o fato), indiretas (sabem sobre o fato) e adicionais (informações extras).
Fontes oficiais, oficiosas (ou autorizadas), e independentes
Fontes oficiais estatais (governo), oficiais não estatais (sindicatos, associações), oficiosas e informais (testemunhas)
Fontes ostensivas (nomeadas) e indeterminadas.
Fontes fixas e fora de rotina.
Fontes permanentes, frequentes, ocasionais.
Fontes ansiosas, regulares e recalcitrantes.
Fontes amáveis, dispostas e teimosas.
Fontes do grupo social (fontes pessoais).
Fonte especialista.
Jornalista também é fonte de informação para outro jornalista.
Fontes internas ao órgão informativo (colegas), externas (oficiais, informais, testemunhas), ou mistas.
Fontes utilizadas (não são citadas como conteúdo proveniente de fonte, mas atribuído ao texto jornalístico e portanto não podem ser categorizadas) e mencionadas.

CAPÍTULO 2: OBJETIVIDADE VERSUS SUBJETIVIDADE

2.1 Liberdade de Expressão Condicionada à Indicadores de Verificação

A liberdade de expressão é um elemento fundamental da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É considerada pilar das liberdades democráticas como o direito a agremiação política, a expressão de ideias, questionamento acerca dos atos de autoridades públicas, entre outros. No mundo moderno, os fluxos de comunicação são mediados pela mídia que passa a catalisar os conteúdos das expressões sociais nos veículos de comunicação, que têm papel pró-ativo no agendamento de temas pertinentes ao espaço público. Logo, o direito à liberdade de expressão está inevitavelmente vinculado ao direito de acesso e consumo dos conteúdos midiáticos.

Mas, como garantir que os meios de mídia operem cotidianamente com essa máxima da democracia, e ainda garantir que os discursos das mais variadas representações da sociedade, como os índios, sejam igualmente contemplados pela mídia?

Os canais de mídia no Brasil, assim como na América Latina, estão concentrados nas mãos de poucas famílias, o que gera quase situação de monopólio na produção da informação. O que se reproduz nas mídias de maior circulação nacional sobre a criação de indicadores para garantir a liberdade de expressão em conteúdos midiáticos, nas discussões recentes sobre legislação de regulação de mídia, é a interpretação do ato como censura à divulgação de conteúdos.

Os quatro maiores conglomerados de mídia latino-americanos – Globo do Brasil; Televisa do México; Cisneros da Venezuela; e Clarín da Argentina –, juntos, retêm 60% do faturamento total dos mercados latino-americanos. A Globo responde por 16,2% da mídia impressa, 54% da TV aberta e 44% da TV paga; o Clarín controla 31% da circulação dos jornais, 40,5% da receita da TV aberta e 23,2% da TV paga; Televisa e TV Azteca formam um duopólio, acumulando 69% e 31,37% da TV aberta, respectivamente.

No Brasil, segundo levantamento do projeto “Os Donos da Mídia” do Instituto e Pesquisas em Comunicação², seis redes privadas (Globo, SBT, Record, Band, Rede TV e CNT) dominam o mercado de televisão. Essas redes privadas controlam, em conjunto, 138 dos 668 veículos existentes (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva. A Globo,

²Nota pode ser acessado: <http://www.donosdamidia.com.br>

além de metade da audiência, segue com ampla supremacia na captação de verbas publicitárias e patrocínios.

Sob a argumentação de censura, os meios então configuram suas próprias práticas jornalísticas ou planos editoriais, cujas regras são pouco divulgadas, mesmo entre os jornalistas, que passam a entendê-las por osmose³ Traquina (2005).

Cria-se portanto a lei da empresa e não a lei da imprensa. Desta forma, tampouco as avaliações de qualidade da produção jornalística internas são possíveis. As regras disseminadas nas redações são genéricas como buscar a verdade, e desta forma fica inviabilizado o processo de avaliação de qualidade.

As empresas passam então a deter controle privado na circulação de informações públicas – uma vez que no Brasil, a mídia estatal, comunitária ou independente é pouco expressiva, cabendo às empresas privadas a grande fatia do mercado. Qualquer tentativa de estruturação de indicadores de qualidade para o conteúdo jornalístico poderia, como já citado, fundar uma espécie de nova censura reconfigurando o modelo aplicado pelo governo brasileiro em tempos de ditadura militar nas décadas de 1960 e 1970.

Neste trabalho tentamos exatamente o contrário. Ao estudar o processo de construção da notícia, da pauta até sua publicação no jornal, visualizamos não equações exatas que transformam-se em moldes para a veiculação de notícias que contemplem a pluralidade dos discursos acerca do fato, mas possíveis indicadores que podem auxiliar na divulgação da diversidade de discursos, que nesta pesquisa, evidencia as fontes empregadas na cobertura de um conflito indígena.

Portanto, não reduzimos o tema liberdade de expressão à categoria intocável quando o assunto é jornalismo, mas tentamos discutir o tema, afinados com debates recentes sobre regulação da mídia (como veremos a seguir no item 2.2) e a divulgação em 2010 de documento pela Unesco, *Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação* por meio de seu Conselho Intergovernamental do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC). O objetivo é

³Traquina descreve que mesmo na empresa, não há documentos editoriais para mostrar aos profissionais como deve ser o procedimento de cobertura jornalística. Como as regras não estão claras e são elaboradas e aplicadas caso a caso, os jornalistas acabam por apreender os procedimentos por osmose e não por determinações editoriais claras e públicas.

mensurar possibilidades de alternativas práticas nas redações a fim de garantir que esta liberdade seja realmente atendida.

Insere-se em discussões em nível mundial para a garantia do direito à liberdade de expressão das sociedades nos conteúdos da mídia. A atenção é para o desenvolvimento de uma mídia livre, independente e pluralista. Ao mesmo tempo em que cita a necessidade de trabalhar com esses conceitos aponta que o documento deve ser adaptado às realidades locais e que a aplicação dos indicadores pode contribuir para a avaliação sobre qual é o nível de desenvolvimento da mídia nos países. São categorias objetivas tratadas como princípios que podem apontar para uma mídia que auxilie os processos democráticos dos países.

Em Unesco (2010), a organização observa, inclusive, que a assistência à mídia é um componente indispensável das estratégias de desenvolvimento da democracia nos países, embora ainda precise conquistar um reconhecimento mais amplo e um custeio adequado da comunidade de financiamento internacional. Os canais de mídia são fundamentais para o exercício da liberdade de expressão porque proporcionam a plataforma pública pela qual o direito é exercido.

São sugeridas então cinco categorias genéricas de indicadores que podem ser usadas para a análise de desenvolvimento da mídia de um país. Cada categoria é dividida em diversas questões constitutivas que, por suavez, contêm uma série de indicadores gerais. Por fim, há a identificação de meios de verificação e possíveis fontes de dados.

O documento reforça que o intuito de auxiliar os programas de desenvolvimento da mídia, e não de impor uma condicionalidade. Muitos dos indicadores devem ser baseados em avaliações qualitativas ou subjetivas, mas é importante que os indicadores subjetivos ou qualitativos sejam identificados de forma transparente, com uma explanação de apoio para a sua definição, Unesco (2010).

As cinco principais categorias de desenvolvimento da mídia citadas são as seguintes: na Categoria 1), consta “Um sistema regulatório favorável à liberdade de expressão, ao pluralismo e à diversidade da mídia” (UNESCO, 2010, p. 9) onde propõe a existência de um marco jurídico, regulatório e político que resguarde e promova a liberdade de expressão e informação, baseado nos padrões internacionais de práticas recomendadas e formulado com a participação da sociedade civil.

Na Categoria 2) “Pluralidade e diversidade da mídia, com igualdade de condições no plano econômico e transparência da propriedade” (UNESCO, 2010, p.21). Aponta para que ações do Estado promovam ativamente o desenvolvimento do setor de mídia de tal maneira a impedir a concentração indevida e assegurar a pluralidade e transparência da propriedade e do conteúdo nas vertentes pública, privada e comunitária.

Na Categoria 3) “A mídia como uma plataforma para o discurso democrático” (UNESCO, 2010, p.33). A mídia, quando inserida em uma atmosfera prevalente de autorregulamentação e respeito pelo ofício jornalístico, reflete e representa a diversidade de opiniões e interesses na sociedade, inclusive aqueles dos grupos marginalizados. Há um nível elevado de informação e educação para a mídia.

Na Categoria 4) “Capacitação profissional e apoio às instituições que embasam a liberdade de expressão, o pluralismo e a diversidade” (UNESCO, 2010, p.45). Demonstra preocupação se os profissionais da mídia têm acesso à capacitação e ao desenvolvimento profissional, tanto vocacional como acadêmico, em todas as etapas de suas carreiras, e se o setor de mídia como um todo é fiscalizado e apoiado por associações profissionais e organizações da sociedade civil.

Na Categoria 5) “A capacidade infraestrutural é suficiente para sustentar uma mídia independente e pluralista” (UNESCO, 2010, p.55). O questionamento é feito para a mídia, um setor caracterizado por níveis elevados ou crescentes de acesso público, inclusive entre os grupos marginalizados. A preocupação é se há o eficiente uso da tecnologia para a coleta e distribuição de notícias e informações apropriadas ao contexto local.

A Categoria 3 traz elementos diretamente relacionados a esta pesquisa. Nela, a Unesco aponta como uma exigência razoável para a mídia, a fim de cumprir seu potencial democrático, retratar a diversidade da sociedade. Cita que a diversidade social possui várias facetas a serem mostradas no conteúdo de mídia tais como gênero, idade, raça, etnicidade, casta, idioma, crença religiosa, capacidade física, orientação sexual, renda e classe social, entre outros.

Os órgãos da mídia detêm poder considerável para moldar a experiência de diversidade da sociedade. A mídia pode noticiar as preocupações de cada grupo da sociedade e permitir a grupos diversos o acesso a informação e ao entretenimento. Pode proporcionar uma plataforma para que todos os grupos da sociedade conquistem visibilidade e possam ser ouvidos. Ainda assim, a mídia também pode engendrar suspeita, medo, discriminação e violência e fortalecer estereótipos,

fomentar a tensão entre grupos e excluir certos segmentos do discurso público (UNESCO, 2010, p.35).

Entretanto, alguns poucos indicadores são sugeridos para medição do nível de desenvolvimento da mídia acerca do assunto diversidade social retratada nos conteúdos midiáticos. O documento apresenta algumas poucas possibilidades de indicadores práticos pois problematiza mais a questão da importância da criação de ferramenta para o desenvolvimento da mídia. Um deles trata-se do seguinte questionamento:

A mídia pública, privada e comunitária atendem às necessidades de todos os grupos da sociedade. Como verificadores propõe:
 A mídia usa idioma(s) que reflete(m) a diversidade linguística da área-alvo.
 A mídia usa idioma(s) de uso de grupos marginalizados.
 A mídia comunitária (impressa ou eletrônica) é produzida para grupos específicos como, por exemplo, povos indígenas, tribais e refugiados.
 A mídia estatal ou pública representa, na prática, as opiniões do espectro político inteiro e uma ampla gama de interesses sociais, inclusive dos segmentos mais fracos da sociedade.
 As informações apresentadas pela mídia são acessíveis a mulheres e a grupos marginalizados (por exemplo, leva em consideração como esses grupos têm acesso à informação, inclusive níveis de alfabetização) (UNESCO, 2010, p.36).

Entre os meios para garantir que os verificadores acima sejam aplicados é proposto: “fiscalização independente da mídia por agências de credibilidade, inclusive análise de diversidade do conteúdo” (UNESCO, 2010, p.36).

Ainda na Categoria 3, a Unesco (2010) coloca em confronto as previsões editoriais publicizadas pela mídia e o dia a dia nas redações para medir o reflexo na produção de conteúdo ao perguntar: se a função da mídia é prejudicada por um clima de insegurança ou se os jornalistas não têm o costume de praticar a autocensura por medo de punição, assédio ou agressão, por conta dos conteúdos divulgados. Categoriza ainda um indicador sobre a confiabilidade das fontes, se é protegida por lei e respeitada na prática.

2.2 A Mídia Brasileira e Regulação

Discussões recentes no Brasil sobre a regulação da mídia evidenciaram pautas sobre a necessidade de elaboração de um conjunto de normas para garantir liberdade de imprensa atuante como um dos pilares da democracia. Embora existam alguns códigos deontológicos e Lei de Imprensa, as decisões em que a liberdade dos meios é posta em questão passam pelo judiciário em ações movidas por pessoas, instituições ou órgãos governamentais por considerarem o conteúdo veiculado inapropriado.

A imprensa é um local de troca de informações em um espaço público – ao qual todos podem ter acesso e que propõe temas de interesse público -mas seus conteúdos são produzidos por empresas do setor privado. Portanto, segue leis de mercado do sistema econômico onde se insere, o capitalismo. Não há no Brasil, normativos que declarem os limites da produção jornalística e assim os conteúdos não passam por qualquer medição de qualidade. Ora, se constituído sem sistema de produção industrial por que não há vinculação de conceitos de qualidade para os conteúdos jornalísticos divulgados? Todos os outros bens de consumo no sistema vigente passam por controle de qualidade.

A Lei de Imprensa⁴, extinta em 2009, era tratado com definições acerca da profissão e também com punições para os profissionais que infringirem as normas, tais como publicar uma notícia falsa. A Lei de Imprensa previa penas de detenção mais rigorosas para os jornalistas que cometiam os crimes de calúnia, injúria e difamação do que no próprio Código Penal.

Ainda vigente, o Código de Ética e autorregulamentação da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) estipula dez normas a serem seguidas pelos jornalistas, que de forma resumida são: manter a independência; sustentar liberdade de expressão; apurar e publicar a verdade sobre os fatos de interesse público; defender direitos dos seres humanos; assegurar acesso às diferentes versões do fato; garantir publicação de contestações objetivas das pessoas ou organizações acusadas; preservar sigilo de suas fontes; respeitar o direito de cada indivíduo a sua privacidade; diferenciar material editorial e publicitário e corrigir erros cometidos em suas edições. O mesmo conteúdo repete-se nos Princípios Éticos da Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner).

No meio impresso ainda há o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros assinado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). São códigos deontológicos que dizem respeito à conceitos bastante abrangentes como liberdade e independência. No quesito fontes, o tratamento dado é a garantia do sigilo e a garantia de divulgação de opiniões divergentes.

A regulação da mídia serviria portanto como um normativo para se alcançar a garantia de divulgação da diversidade de discursos a partir de indicadores estabelecidos

⁴Nota O Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a Lei de Imprensa (n. 5.520/1967). Depois desse julgamento, os juízes passaram a se basear na Constituição Federal e nos códigos Penal e Civil para decidir ações criminais e de indenização contra jornalistas.

previamente uma vez que não há no Brasil, tratado específico sobre a conduta jornalística a não se por regras gerais e subjetivas citadas acima.

Os tratados postos ainda carecem de especificações técnicas sobre conduta no trabalho jornalístico. Este trabalho propõe-se a identificar como fontes de informação são empregadas em situação de crise (um conflito de terras entre índios e não índios) e a escala de importância da escolha das fontes para a elaboração do produto final, a notícia. Para se obter uma matéria que contemple o quesito diversidade, por exemplo, seria pertinente que algumas categorias de fontes fossem aplicadas ao conteúdo. Mais do que indicar a necessidade de divulgação de opiniões divergentes para se ter uma mídia livre e democrática, o trabalho faz uma investigação técnica sobre que tipo de categorias de fontes podem indicar o princípio de diversidade no texto.

Gans (2004) faz considerações sobre fontes que ganham status de frequência nas ocorrências jornalísticas. Quando a) têm passado conveniente, ou seja, já forneceu informação confiável no passado e deverá ser procurada novamente; b) produtividade, ou quanto podem oferecer de notícia; c) confiabilidade, informação obtida com o menor número de checagens; d) lealdade; e) poder de articulação e f) autoridades, por estarem em posições oficiais.

Considerando as fontes como pilares para a elaboração do produto jornalístico e sendo elas garantia de diversidade do conteúdo, como classificá-las e atribuir indicador de qualidade ao texto publicado? Ao fim, se os conceitos aplicados às fontes utilizadas nos produtos jornalísticos forem satisfatórios garante-se pelo menos a qualidade de um dos pilares – talvez o mais importante deles - que sustentam a notícia, reconhecendo que outros elementos também contribuem para tal construção tais como linhas editoriais, posição ideológica do jornalista e o paradigma das Rotinas Produtivas, cuja hora do fecho da matéria, pode interferir em seu conteúdo.

CAPÍTULO 3: OS ÍNDIOS E OS JORNAIS

3.1 O Conflito Indígena Como Suporte Para Análise

O corpus desta pesquisa são matérias veiculadas em dois grandes jornais de Mato Grosso do Sul, O Estado, de Campo Grande, e O Progresso, de Dourados. As matérias selecionadas para a aplicação da ferremanta construída nesta pesquisa tratam do ingresso de índios terena em área da Fazenda Buriti, pertencente ao pecuarista e ex-deputado estadual Ricardo Bacha, em maio de 2013 que teve ápice no dia 30, do mesmo mês com o cumprimento de reintegração de posse da área, morte do índio Oziel Grabriel, 35, e outros feridos. As análises dos textos jornalísticos começam quando o grupo de índios entra na área e exige o processo de demarcação da área, reconhecida como tradicional indígena por estudos antropológicos. O episódio recebe cobertura tímida da mídia local, mas no dia da retirada dos índios da área as notícias explodem nos jornais e tornam-se manchetes dos dois veículos nos dias a seguir. A pesquisa segue levantando textos após o conflito entre polícia e índios na demarcação da área onde personagens nacionais passam a figurar nas matérias, como ministros da Justiça e da Casa Civil, representante do Conselho Nacional de Justiça, entre outros, após o episódio ter se tornado uma notícia que extrapolou os limites regionais.

O momento de conflito foi escolhido pois a imprensa se viu diante do desafio de esgotar o assunto com matérias que tentavam achar uma explicação para o embate entre índios e não índios. Ao mesmo tempo, o assunto tornou-se símbolo do conflito agrário em Mato Grosso do Sul, sem dúvida o palco nacional de maior luta por terras entre os grupos indígenas e os produtores rurais. Mortes em ambos os lados - de índios e não índios - já ocorreram e as batalhas travadas no campo até então longe dos holofotes da mídia, passaram ao nível de reconhecimento maior com o conflito símbolo em Buriti.

Desta forma, a mídia empenhou-se e também fartou-se de pautas para explicar o fenômeno de guerra local. Nesta pesquisa, a situação de conflito interessa por reunir lados distintos de uma mesma história: a luta por terras que para os índios é área sagrada e a qual eles são pertencentes, e por outro lado a manutenção das propriedades rurais pelos não índios que estabelecem com a terra uma relação de posse.

A inserção do terena no conflito também é significação da gravidade da pauta. Mais diplomático dos povos indígenas que vivem na área de Mato Grosso do Sul, os índios terena são reconhecidos pelos estudiosos como índios pacíficos e um dos grupos que melhor se

integrou ao ambiente do não índio no Brasil. Fizeram aliança com os governantes brasileiros na Guerra do Paraguai e tiveram uma convivência bastante pacífica com os grupos de não índios.

Os Terena se consideram como um povo afeito à sociabilidade com outros povos, como foi possível constatar em diversas narrativas durante a realização da pesquisa de campo. Pode-se dizer que a história dos Terena referencia esse ideal, caracterizando uma grande abertura para a exterioridade, desde o registro de sua convivência junto à sociedade Kadiwel, no período anterior à penetração das frentes de ocupação colonial no território por eles ocupado, até a aproximação que tiveram com os primeiros empreendimentos militares na região de Miranda e Aquidauana (MARQUES, 2009, p. 28).

Na Guerra do Paraguai, foram ameaçados pelas tropas do país vizinho e viram com os brasileiros a chance de manter parte de suas terras intactas. Lutaram, ao lado de outra etnia indígena, os guaicuru (hoje, os kadwéu) e garantiram a vitória do Brasil. Mas, o fim da guerra significou a perda da maior parte de seu território que passou a ser disputado por proprietários de terras brancos que chegavam cada vez mais para criar gado. Três períodos são apontados para definir a história dos terena:

O primeiro deles foi a saída do Êxiva, transpondo o rio Paraguai, e a ocupação da região do atual estado de Mato-Grosso do Sul. Este período foi longo, durando muitos anos, com migrações que foram feitas em todo o decorrer do século XVIII. Foi um período em que os Terena ocuparam um território vasto, dedicando-se à agricultura e estabeleceram alianças importantes com os Guaicuru e com os portugueses. Este foi o período dos Tempos Antigos. Em seguida, um acontecimento importante afetaria a vida dos Terena, a Guerra do Paraguai [...] muitas mudanças aconteceram na região e, para os Terena. [...] Este foi o período denominado Tempos da Servidão. E o terceiro momento correspondeu à delimitação das Reservas Terena, iniciado com a chegada da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas chefiadas por Rondon, e continua até o presente (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 26).

Os índios da etnia passaram a ser confinados em reservas e as terras negociadas pelo governo, mas até então a negociação entre os terena e os não índios prevalecia. No entanto, foi justamente com essa etnia, o conflito mais noticiado pela mídia local: o episódio da Fazenda Buriti, em situação de luta por terras.

Para a pesquisa é pertinente a busca de matérias divulgadas neste período pois é no conflito travado por povos de culturas tão diferentes que notícias unilaterais, ou seja, que privilegiam uma versão dos fatos, podem ficar mais expostas e evidenciar a não contribuição do jornalismo para a violência no campo por disputa por terras. É também neste episódio que se faz necessário, de forma mais clara, o emprego de fontes que possam revelar as várias versões sobre os fatos (ingresso dos índios na área, reintegração de posse, de quem é a terra).

Até o momento os índios permanecem na Fazenda Buriti, que ainda não teve situação definida como área indígena, ou o contrário. De agentes passivos da notícia, acostumados a fazer concessões, os índios terena passaram a determinar o fluxo dos acontecimentos numa estratégia de guerra e tiveram ao seu lado, entidades com posicionamentos favoráveis à demarcação de terras e ainda autoridades oficiais que declararam em seus discursos a relevância de compreender as reivindicações do grupo para então propor uma pauta de negociações para o conflito.

É neste ponto de conflito que o jornalismo mais extrapola suas barreiras cartesianas de cobertura dos fatos, seja por conta da necessidade de entendimento multicultural que a pauta propõe ou seja por conta da demanda de fontes regionais, nacionais e até internacionais que passaram a comentar o assunto e oferecer à mídia então um prato cheio de versões da realidade, na medida em que há mais diversidade de fontes.

Os conflitos precisam exibir mais de um lado da história e versões unilaterais ferem o princípio do bom fazer jornalístico sugerido pelos manuais de redação no qual todos os lados da notícia devem ser transcritos no texto jornalístico.

Naturalmente, em cobertura noticiosa que envolva as diferentes culturas indígenas, os jornalistas se veem obrigados a aplicar às fontes o princípio do contraditório pois há grande diferença na significação do sentido das coisas entre as etnias indígenas e os não índios.

3.2 Os Índios e o Cenário de Guerra em Mato Grosso do Sul

O Estado de Mato Grosso do Sul concentra a segunda maior população indígena do Brasil. Segundo dados do último censo feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), MS abriga 73.295 mil índios, perdendo para o Amazonas com 168.680 mil. Em terceiro lugar fica a Bahia, com 56.381 mil; quarto, Pernambuco, com 53.284 e em quinto, Roraima, 49.637, para citar as primeiras cinco posições do ranking. Somados, os índios no país chegam a 896.917 mil.

Os resultados do Censo Demográfico 2010 revelaram, em relação à última coleta de dados em 2000, um ritmo de crescimento anual de 1,1% para a população indígena. Na área urbana, no entanto, o incremento foi negativo, com redução de 68 mil indígenas o que representa a volta para o meio rural.

É exatamente o campo o maior palco de lutas travadas entre índios e não índios em Mato Grosso do Sul por disputas de terras. Terras reconhecidas pelos índios como tradicionais e atualmente propriedades rurais de posse de pessoas que não pertencem à comunidade provocam clima de combate com proporções de guerra, referendados pela omissão do Estado brasileiro que conduz em ritmo lento os procedimentos de estudos de demarcação de terras. Também se arrastam processos de devolução de terras aos índios bem como a indenização aos proprietários rurais, mesmo quando há o reconhecimento de terras tradicionais por parte da Justiça.

Estimativas recentes divulgadas pela mídia local dão conta de que seria necessário ao menos o desembolso de R\$ 1 bilhão para a indenização de proprietários e compra de terras para a paz ser conquistada no campo em Mato Grosso do Sul entre índios e ruralistas.

Dados como o valor de indenização, divulgados pela imprensa local em julho de 2013, começaram a ser objetivados depois do episódio da Fazenda Buriti. A área compreende 15 mil hectares, divididos entre fazendas, uma delas a de Ricardo Bacha em que houve a reintegração de posse desastrosa em maio. Estudos de anos atrás já haviam sido iniciados para determinar de quem era a posse de terras e a Justiça declarou toda a área Buriti como terra tradicional indígena. No entanto, coube recurso e a decisão ainda estava em disputa nos tribunais quando os terena que residem em aldeias vizinhas entraram na propriedade para pressionar as autoridades e tomar posse da área⁵.

As notícias sobre o conflito na área transbordaram para a mídia nacional e internacional. Em levantamento feito para esta pesquisa, observamos matérias e equipes de reportagens como da Press TV, Hispain TV, Agência Londres e Agência Irã que estavam com repórteres em MS para cobrir o conflito. Notícias foram veiculadas em jornais de grande circulação como o The Guardian, da Inglaterra. Da imprensa nacional, acompanharam in loco equipes da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Agência Brasil, TV Brasil, Folha de S. Paulo, O Globo, Canal Rural e do Profissão Repórter (programa da Rede Globo).

⁵Geralmente é a comunidade indígena, ou MPF, que entram com pedido de reconhecimento de área tradicional. Atualmente, o procedimento de demarcação de terras é o estipulado decreto 1.775, de janeiro de 1996, e consta das seguintes etapas: estudos de identificação por antropólogo de competência reconhecida pela Funai, que precisa aprovar o relatório aceitando a área como tradicional. Abre-se o período de contestações e só então procede-se para a demarcação física da área. Mas a terra é efetivamente indígena quando há homologação da área pelo Presidente da República. Depois do conflito em Sidrolândia, abriu-se a pauta de discussões para rever o processo demarcatório com a possível participação de outros órgãos, como a Embrapa e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para acelerar as etapas do procedimento burocrático.

No ápice do episódio de ingresso dos índios na Fazenda Buriti, no dia 30 de maio, um mandado judicial de reintegração de posse foi cumprido pela Polícia Federal e pela Polícia Militar que primeiramente enviou sua tropa de choque, a Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (Cigcoe) e depois enviou reforço com mais policiais militares de Campo Grande para a área.

Os índios não atenderam ao pedido de desocupação judicial, resistiram, e iniciou-se conflito armado até agora mistificado por conta das informações veiculadas. Houve disparos de arma de fogo por parte da polícia, a Polícia Federal assume o feito; já a militar pronunciou-se oficialmente mencionando apenas o uso de balas de borracha, embora todo militar tenha no coldre (espécie de cinto) arma de fogo. As autoridades policiais também garantem que houve disparos com armas de fogo feitos pelos índios, fato negado pelas lideranças.

Do resultado dos disparos, o índio terena, Oziel Gabriel, faleceu com um tiro fatal no peito que, segundo relatos dos índios, partiu da polícia – mas eles não conseguem definir de qual força, se Federal ou Militar. Do lado policial, segundo a superintendência da Polícia Federal, houve quatro policiais feridos entre militares e federais. Nenhum em estado grave de saúde.

No entanto, laudo pericial necroscópico para atestar a causa da morte do índio terena foi declarado como inconclusivo pois não aponta para o calibre que o alvejou. A bala atingiu seu peito, transfixou o corpo, e saiu pelas costas. O projétil não foi encontrado mesmo porque a perícia de local só foi realizada no dia 25 de julho, quase dois meses depois do conflito entre policiais e índios. A praxe é realizar perícia de local imediatamente após os fatos por conta da preservação de provas materiais a serem coletadas. A alegação da PF para realizar a perícia tanto tempo depois é de que houve dificuldade para entrar na área, uma vez que depois da desocupação violenta no dia 30 de maio, os índios voltaram para a fazenda no dia seguinte e dezenas deles permanecem acampados no local.

O inquérito segue até este momento, em aberto pela Polícia Federal e deve responder primordialmente às seguintes perguntas, segundo o Ministério Público Federal que acompanha o caso: 1. De onde partiu a bala que atingiu o índio terena e atingiu os policiais e 2. Se houve ação truculenta da polícia na desocupação da área. Mesmo a Polícia Federal assumindo o duplo status de investigadora e investigada, órgãos de defesa indígena como o Conselho Missionário Indígena (CIMI) e a família do índio assassinado acreditam que a partir

do acompanhamento do Ministério Público Federal possa haver maior lisura no procedimento, segundo entrevistas concedidas à imprensa.

Um caso recente que conferiu credibilidade ao MPF na questão indígena também aconteceu no campo. O cacique guarani-kaiowá, Nísio Gomes, foi morto em novembro de 2011, em acampamento em área de fazendas montado por índios da etnia, chamado de “Guaiviry”, na cidade de Aral Moreira – distante 402 quilômetros ao sul da Capital. Os índios até hoje continuam acampados no local, requerendo a área como tradicional indígena enquanto os estudos sobre posse de área continuam em passos lentos, segundo matéria divulgada pelo jornal Correio do Estado, em julho de 2013.

Na madrugada do dia 18 de novembro de 2011, um grupo com caminhonetes chegou ao acampamento e tentou retirar à força os índios do local – que naquela ocasião eram algumas dezenas. O cacique Nísio foi para a linha de frente da batalha para impedir a ação, mas foi alvejado por balas de borracha à queima roupa. Para aumentar o impacto das balas, o grupo colocou moedas nos canos dos disparadores.

O cacique foi morto na área e seu corpo levado em uma das caminhonetes. Os índios relataram os fatos e a Polícia Federal abriu inquérito. Cerca de 4 meses depois, o inquérito foi entregue classificando o episódio como lesão corporal contra o índio Nísio Gomes, que em tese, estaria desaparecido pois o corpo não havia sido encontrado. O Ministério Público Federal devolveu o inquérito à polícia pedindo novas diligências. Um novo delegado foi escalado para o caso e o inquérito culminou na acusação de homicídio qualificado – por meio cruel e sem possibilidade de defesa da vítima e o reconhecimento de que o cacique Nísio Gomes foi morto por bala de borracha à queima roupa, fato até então, motivo de piada entre os jornais locais que não reconheciam a morte do índio por conta do disparo não ter sido feito por arma de fogo.

A autoria do crime também foi definida e provocou prisão de 22 pessoas entre eles fazendeiros da região – os mandantes do crime, diretor de sindicato rural, capatazes de fazendeiros mais funcionários e gerente de empresa de segurança de Dourados, a segunda maior cidade do Estado localizada também na região sul. Foi a empresa que forneceu o operacional de desocupação desastroso do acampamento “Guaiviry”.

O corpo de Nísio Gomes não foi encontrado até o presente momento. A Polícia Federal acredita que o cadáver foi queimado do lado Paraguaio, uma vez que Aral Moreira

encontra-se na linha de fronteira com o país vizinho. Funcionários da empresa de segurança e o gerente aguardam o julgamento presos. Já os fazendeiros e seus capatazes, conseguiram liminar na Justiça e estão atualmente soltos por força de Habeas Corpus.

3.3 Índios Terena: da História de Diplomacia à Guerra

Mato Grosso do Sul tem sete etnias de índios, terena, o segundo maior grupo com 24.149 mil índios; kadiwéu (1.364), guató (182), atikum (52), kinikinawa (250), ofayé-xavante (60) e guarani – divididos em kaiowá (32.761) e nhandeva (11.325). Os dados são do “Tekoha”⁶, uma publicação do Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul na Semana do Índio em 2012.

Os índios envolvidos no conflito a ser estudado nesta pesquisa, os terena, ocupam atualmente 22.939 hectares de área demarcada. No estado, eles estão distribuídos por nove terras indígenas, territórios descontínuos e fragmentados, cercados por fazendas e espalhados por oito municípios da região. Segundo o relatório “Tekoha”, em 2012, a mais recente publicação do órgão sobre os índios, destacam-se as terras indígenas da Cachoeirinha (Miranda), Taunay Ipegue (Aquidauana) e Buriti (Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti). “Aqueles onde mais existem conflitos relacionados à ampliação dos limites são Cachoeirinha e Buriti”, cita o documento.

A terra indígena Buriti tem 2.060 hectares, o que compreende nove aldeias com 3.302 índios. A área foi demarcada em 1928 pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI), órgão que antecedeu a Fundação Nacional do Índio (Funai), segundo o relatório do MPF. O objetivo, cita o “Tekoha” era criar uma área de confinamento dos indígenas para liberar terras que seriam vendidas pelo Departamento de Terras estadual para especuladores de São Paulo e da região sul.

Os terena querem a ampliação da área da Buriti para 17.200, o que envolve os 15 mil hectares da Fazenda Buriti. O relatório antropológico de identificação foi aprovado em 2001 pela Funai e em setembro de 2010, a área foi declarada como de tradicional ocupação indígena. No entanto, a decisão foi contestada na Justiça e até hoje não se chegou a um veredicto sobre o processo demarcatório, cita o relatório do MPF.

⁶ Pode ser acessado em <http://www.prms.mpf.mp.br>.

A etnia terena é um dos quatro subgrupos da nação Txané-Guaná, habitante da região do chaco paraguaio. Além dos terena, ainda há os grupos echoaladi, quinquinau e laiana. São todos bem parecidos nos costumes e modo de viver, baseado na caça, pesca, lavoura e pecuária. Cultivam mandioca, milho, arroz, feijão, batatas, cana e hortaliças (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000). Os terena tem uma separação em 4 classes sociais: (1) chefes (unati); (2) guerreiros (shuna'asheti); (3) pessoas comuns (wahere-shave) e (4) escravos (kauti)” (MARQUES, 2009).

Depois da saída dos terena de suas terras tradicionais durante a Guerra do Paraguai no fim do século 19, e com áreas cada vez mais restritas, em meados do século passado, os terena também começaram a buscar as cidades para viver. Em Campo Grande, quatro aldeias urbanas – em bairros da periferia da cidade abrigam índios desta e de outras etnias, cita o relatório “Tekohá”.

A partir da década de 1980, os povos indígenas começam movimento de retomada, de organização enquanto grupo de identidade indígena – principalmente pós a Constituição Brasileira de 1988, ao qual índios e não índios são considerados brasileiros com os mesmos direitos dentro do estado democrático. A Constituição reconheceu a identidade cultural indígena com códigos próprios e assegurou aos povos o direito de ocuparem as terras que tradicionalmente pertenciam aos grupos antes da criação do Estado. Foi a partir de então que os processos de retomada começaram a explodir no país e até hoje permanecem sem solução em muitos territórios, basicamente por haver de um lado estudos que apontam áreas tradicionais indígenas, e por outro a passividade do Estado em resolver a situação, como indenizar em alguns casos, proprietários rurais que compraram títulos de terras lícitos do governo que por sua vez, havia expulsado os índios de seus territórios.

3.4 Índios e Dados de Violência

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI-MS), lançada em 2011 sobre “As violências contra os povos indígenas em MS”⁷, promoveu um levantamento de assassinatos de indígenas entre os anos de 2003 e 2010 em Mato Grosso do Sul e o restante do Brasil. Em 2003, em MS foram mortos 13 índios enquanto em todo o resto do País morreram 29 índios assassinados. Em 2010, o número local pulou para 250 mortes enquanto no País a taxa foi menor, de 202 índios assassinados.

⁷Pode ser acessado em <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>

Quanto à tentativa de homicídios, também descritas no Relatório do CIMI, houve 2 em 2003 no Estado, para 20 no País. Em 2010, a estatística é bem mais agressiva: são 190 tentativas de morte em Mato Grosso do Sul para 111 no restante do Brasil. Para o CIMI, o confinamento em terras reduzidas, muitas vezes com etnias diferentes, é o estopim para a violência e causa das mortes violentas nas comunidades. Em um quadro, o documento relaciona a taxa de violência em Dourados, município brasileiro com uma das maiores concentrações de índios por conta da Reserva Indígena em área urbana, com 145 mortes para grupo de 100 mil pessoas e a violência em período de guerra no Iraque, onde houve 93 mortes igualmente para grupo de 100 mil pessoas. Já a média nacional de assassinatos é de 24,5 mortes.

Outro fator que chama a atenção para os grupos indígenas em Mato Grosso do Sul e coloca o estado na liderança do ranking em relação a todos os outros estados brasileiros é a taxa de suicídio dos grupos indígenas. Em 2003, houve 22 suicídios de índios em MS para apenas 2 no restante do Brasil. Em 2010, o número é de 14 suicídios no Estado contra 5 no País. No entanto, a maior taxa de suicídios está entre o grupo de etnia guarani-kaiowá.

3.5 Os Jornais

Selecionamos para análise os jornais O Estado e O Progresso para tentar capturar as estruturas de cobertura da Capital e do interior do Estado. O jornal de maior circulação em todo o Mato Grosso do Sul é o Correio do Estado, no entanto, o veículo não pode ser inserido neste trabalho por conta de a pesquisadora atuar como repórter do jornal e por vezes, ter produzido algumas matérias sobre o conflito na Fazenda Buriti para o referido veículo de comunicação. Preferimos analisar os jornais com distanciamento entre a atividade profissional e acadêmica.

Na Capital, foi eleito portanto O Estado, o segundo maior jornal de circulação na cidade. Fundado em 2003, hoje conta com 6 mil exemplares comercializados todos os dias, com exceção do domingo quando não há edição. Além de Campo Grande, o jornal ainda é distribuído em Dourados, Sidrolândia, Ribas do Rio Pardo, Camapuã, Corumbá e Três Lagoas.

O preço da edição é bastante acessível, R\$ 0,50, o que confere ao jornal uma classe de leitores de abrangência, inclusive, popular. No site www.oestadoms.com.br é possível acessar todas as edições do jornal de forma gratuita.

O jornal O Progresso foi fundado em 1961 e é um dos mais tradicionais jornais impressos do interior de Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados, a segunda maior cidade do Estado e com alta concentração nacional de índios em área urbana. Além da cidade sede, circula em Campo Grande e nos municípios do cone sul – área onde há maior índice de disputa por terras entre índios e produtores rurais de Mato Grosso do Sul.

As manchetes do jornal sobre a questão indígena são bastante recorrentes e embora a base do jornal esteja posicionada ao sul do Estado, as notícias sobre o conflito na Fazenda Buriti ganharam tanto destaque quanto na Capital. O conflito passou a expor em uma só pauta, os problemas entre índios e não índios, como violência e posse de terras. Nas Aldeias Jaguapiru e Bororo em Dourados, em área urbana, há aproximadamente 14 mil índios em 3.475 hectares, sendo índios terena e guarani. Constantemente notícias sobre a reserva estampam os jornais, principalmente, em pautas sobre violência e pobreza.

O jornal circula também de segunda à sábado e a média de exemplares diários é de 12 mil. O valor da edição é de R\$ 2. No site, www.progresso.com.br a versão digital do jornal impresso não é disponível gratuitamente e só pode ser vista por assinantes.

A opção por jornais impressos para esta pesquisa acontece em um momento de transição dos conteúdos jornalísticos do papel para a era digital – processo aparentemente irreversível. Entretanto, como as primeiras notícias na história da imprensa começaram a circular em papel, e foi com essa plataforma que o jornalismo ganhou vida, o modelo pode trazer pistas mais claras sobre o processo de construção da notícia em mundo contemporâneo.

O processo de recolha de informações nos jornais impressos também são menos fragmentados. Desconsiderando a variável editorial do veículo de comunicação, o repórter do meio impresso que atua na cobertura de um conflito como o citado, é muitas vezes o gerente do processo de apuração jornalística. In loco, o repórter escolhe as fontes a serem entrevistadas, observa os fatos diante de seus olhos e já na redação pode apontar de que forma o relato sobre o fato pode ser construído.

Em veículos como a internet e a televisão, há maior fragmentação da recolha de informações: muitas vezes, vários repórteres apuram uma pauta ou são responsáveis por darem vida à notícia, ou lendo-a ao vivo na televisão, ou escrevendo na redação informações apuradas do local dos fatos pelo colega, como acontece nos meios de internet – o que garante mais celeridade ao processo de divulgação das informações. Quanto menos fragmentado,

maior a probabilidade de visualizar quais são as fontes usadas para a construção das notícias por meio do conteúdo já publicado. Não é interesse da pesquisa a entrevista com jornalistas ou chefes de redação para entender o processo de construção da notícia veiculada, mas perceber suas características de fontes usando apenas o texto do jornal publicado.

No interior do Brasil, as fontes oficiais, estatais ou não estatais, mantêm uma relação bastante estreita de confiança e credibilidade com os jornais impressos. Tidos como tradicionais, os veículos impressos por ora são preferência de muitas autoridades que ganharam notoriedade com esses veículos ao longo do tempo e permanecem portanto com o vínculo de confiança para tratar de temas pertinentes ao espaço público. Assim, o impresso é meio que, de alguma forma, mantém relação com fontes tradicionais ao mesmo tempo que tem o desafio de colocar na pauta fontes que se popularizam por conta de redes sociais e precisam ter discurso inserido no texto jornalístico, e ainda, fontes como os índios que passam a ser protagonistas em processos de disputa de terras locais.

A cobertura destes dois jornais impressos de Mato Grosso do Sul, um tradicional com 61 anos de vida e circulando em áreas onde os conflitos por terras são constantes, e o outro criado há 10 anos, mas com circulação na Capital do Estado, deve ajudar a traçar um perfil de fontes usadas em textos jornalísticos locais sobre o conflito na Fazenda Buriti.

CAPÍTULO 4: A CONSTRUÇÃO DA FERRAMENTA

Para que uma notícia veiculada aproxime-se do conteúdo concreto de fatos dos quais é construída é preciso garantir o equilíbrio dos relatos acerca da ocorrência a ser descrita. Um exemplo é o ingresso nas terras em conflito agrário: para os índios há processo de retomada da área tradicional invadida pelos proprietários rurais. Estes por sua vez, classificam a entrada dos índios em suas fazendas como invasão. Na diferença de atribuição de valores ao ato de entrada nas terras pelas duas fontes protagonistas, índio e produtor rural, há dupla interpretação sobre a realidade prestes a ser descrita pelo jornal quando o assunto é conflito agrário.

De que maneira então, garantir o equilíbrio das versões acerca de um mesmo acontecimento para proporcionar a diversidade dos discursos nas notícias? Ou ainda, é possível parametrizar categorias de fontes de informação que garantam o princípio do controverso na notícia veiculada sobre as etnias indígenas em momento de conflito?

Já apresentamos dados que nos permitem categorizar as fontes conforme algumas das mais importantes descrições na literatura e percebemos as poucas investidas da academia sobre o estudo de fontes no processo de construção da notícia. Apresentamos ainda um breve levantamento sobre as tentativas de atribuição de qualidade aos conteúdos jornalísticos. Uma das condutas mais citadas é a prática de contemplar versões discordantes em notícias carregadas de conteúdo polêmico, ou seja, que envolva interpretações distintas dos grupos sociais que convivem em um mesmo estado democrático.

Nesta ferramenta, vamos cruzar os conceitos de categorização de fontes à indicadores de qualidade, expressos pelo princípio do controverso, e garantir a diversidade de discursos aplicados à análise do conflito em questão.

Para levantar informações sobre fontes nas matérias elaboramos uma lista de indicadores a serem aplicados meramente ao texto publicado. A ferramenta não será alimentada por informações obtidas por meio de entrevistas com jornalistas que produziram a notícia, ou tampouco os chefes de redações dos jornais que a publicaram. Também não interessam agregar informações obtidas em bastidores de cobertura. O único elemento que se faz válido como matéria prima para a aplicação da ferramenta desta pesquisa, portanto, é o texto publicado.

A ferramenta é composta por três partes distintas: Parte 1) Identificação; Parte 2) Matéria e Parte 3) Fontes.

O item 1, traz a identificação do jornal onde a matéria foi veiculada; data de publicação; editoria e página. Ao segundo item interessam as informações sobre a matéria propriamente dita: o título empregado, descrito de forma literal como o publicado no jornal; o tamanho da matéria com uma referência sobre o número de colunas que o conteúdo ocupa no jornal; o nome do autor; se há foto, ou não; se há chamada de capa, se esta contempla foto e mais, se a notícia for manchete do jornal, a informação será descrita neste item da ferramenta.

4.1 Parte 1) Identificação e 2) Matéria

Quadro 1: Identificação / matéria

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 16-05-2013 Editoria: Polícia Página: E4
2. Matéria	Título: “Índios invadem terra de ex-deputado” Tamanho: 2 colunas Autoria: “De Dourados com Agência Estado” Foto () sim (X) não Chamada de capa (X) sim () não Chamada de capa com foto () sim (X) não

Fonte: Elaborado pela autora

4.1.2 Parte 3) Fontes

A Parte 3 trata da questão central desta pesquisa: a classificação das fontes de informação empregadas nas matérias sobre o conflito. Algumas categorias de fontes levantadas previamente em estudos sobre a literatura que trata do assunto, conforme mencionado no Capítulo 1 desta pesquisa, foram sistematizadas neste item da ferramenta e desta forma, temos a seguinte apresentação:

Quadro 2: Identificação geral						
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais () Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias					
	Direta ()	Indireta (X)	Oficial Estatul (X) Quais: Famasul	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: -Testemunha () -Representativa () - -Personagem () -Denunciante () -Familiar () -Outro veículo de comunicação (X) –Ag. Estado -Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta ()		Indireta ()			
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: Famasul						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim (X)		Não ()				
Quais: dono da fazenda é mencionado pelo discurso indireto						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ()		Não (X)				
De quais fontes:						

Fonte: Elaborado pela autora

Para classificação dos conceitos indicados nas categorias apresentadas na Parte 3 desta ferramenta, um glossário foi criado para facilitar a compreensão dos indicadores apontados.

Identificação geral

Número de fontes na matéria

Interessa relatar nesta categoria o total de fontes usadas para a produção da matéria analisada. Serão somadas apenas as fontes mencionadas.

Concordantes ou discordantes

O conteúdo discordante ou concordante das fontes poderá ser verificado em apenas uma análise do texto. Não caberá neste item a contagem de fontes que concordam ou discordam entre si, mas se na matéria publicada há fontes que apontam para caminhos divergentes na descrição ou interpretação dos fatos relatados na matéria analisada.

Humana, Documental, Eletrônica

As fontes têm a natureza humana, documental e eletrônica Sousa (2005), o que permite investigar a mobilidade do jornalista em tempos atuais. Outro ponto é compreender o caminho inverso, ou seja, de onde partem os fluxos de informação utilizados pelos jornalistas.

Fontes humanas são as pessoas consultadas para o relato jornalístico. **Fontes documentais** são notas oficiais; decisões da Justiça; ações movidas por advogados independentes, por Ministérios Públicos, documentos emitidos por sindicatos, assembleias; releases distribuídos pelas assessorias de imprensa; livros; enciclopédias; atas de reuniões; entre outros documentos.

Fontes eletrônicas tratam das informações que só foram possíveis de serem geradas por conta da internet tais como as publicações em redes sociais. Vídeos, textos, fotos postados em sites e blogs também exemplificam essa categoria. Matérias na internet também entram nessa categoria.

- Agências de notícias tais como Agência Estado e Folhapress serão classificadas primeiramente como fonte eletrônica pois seu conteúdo é distribuído pela internet. Depois dessa classificação, o texto da agência será analisado sobre ocorrências de fontes humanas e documentais.

Fonte Regionais, Nacionais e Internacionais

A posição geográfica da fonte também define a escolha da pauta. Um dos critérios de noticiabilidade é a localização de ocorrência do evento em relação à redação do jornal ou sua área de cobertura. Portanto, fontes regionais estão mais bem posicionadas no ranking de critérios de noticiabilidade. Os jornais preferem noticiar o local em detrimento de conteúdos que se afastam geograficamente da área de cobertura, com exceção para os fatos que extrapolem o regional.

Outra característica é que podemos medir o grau de importância do assunto na mídia, quando o fato local é tratado por fontes nacionais.

Fontes regionais são fontes ligada à instituições locais, pessoas que vivem na área de cobertura do veículo de comunicação analisado.

Fontes nacionais e internacionais estão fora da área de cobertura do jornal analisado, mas estão ligadas direta, ou indiretamente, aos fatos reportados pelo veículo.

Fonte não identificada

As fontes não identificadas também são mencionadas no texto e entram na contagem para verificação do número total de fontes, mesmo sem a identificação direta no texto. O profissional pode apontar a origem da fonte, mas não nomeá-la, ou então, nem sequer citar a origem da informação, no entanto, ele informa nominalmente no texto que fontes foram consultadas para a produção do conteúdo utilizado na construção da notícia.

Primárias

As fontes primárias e secundárias dizem respeito à relação entre as fontes e a natureza dos acontecimentos.

Na literatura pesquisada, as **fontes primárias** são aquelas que têm potencial de relato dos fatos ao jornalista. Elas podem assumir várias formas, são diretas, indiretas, oficiais e não oficiais, mas apontam para informações acerca da natureza dos acontecimentos (como, onde, quando, o que, por quê, quem).

Secundárias

É aquela que comenta o assunto descrito pela fonte primária. É chamada por vezes de fonte adicional pois não oferece a essência da notícia ao jornal, mas pode contextualizar o problema, acrescentar dados, assumir posições embasada em fatos históricos ou em pesquisas

científicas. Geralmente é o cientista, especialista convocado pelo jornalista para fugir da fórmula do texto meramente descritivo.

A ferramenta vai trabalhar com os dois grandes grupos, de fontes primárias e secundárias e classificá-los em subitens. São eles:

Direta/Indireta

A relação direta ou indireta trata da maneira de obtenção do relato acerca dos fatos, portanto é uma relação entre jornalista-redação e fonte. Esta relação pode indicar o grau de confiabilidade acerca dos conteúdos descritos.

Considera-se **direta** a fonte entrevistada pelo jornalista, conteúdo a ser verificado por meio do uso das aspas. Outra identificação desta categoria é a informação descrita no texto e atribuída à fonte diretamente.

A entrevista direta, por aproximar-se mais de conteúdo exclusivo e mais concreto, está intimamente ligada ao maior nível de aproximação com a ocorrência dos fatos, no entanto, não é possível afirmar que todo conteúdo exclusivo é conteúdo confiável.

Fonte indireta é aquela que transmite a informação por meio indireto. Ou seja, o conteúdo não é recolhido diretamente pelo jornalista mas reproduzido em segunda, ou terceira mão. Um exemplo é a entrevista de um índio a uma Agência de Notícias, ou outro veículo de comunicação, que depois é reproduzido no texto do jornal local. O jornalista não teve acesso direto ao depoimento do índio, no entanto, reproduz sua fala ou informação no texto.

- Quando há ocorrência de Agência de Notícias ou não há assinatura de matérias no jornal: fontes do texto serão classificadas como indiretas, ou seja, não houve acesso direto do jornal às fontes para a construção de conteúdo. Esse critério justifica-se por conta de os dois jornais analisados publicarem, prioritariamente, matérias assinadas por jornalistas, prática que informa ao leitor, a produção autoral de conteúdo. Caso, os jornais analisados não divulgassem matérias assinadas com os nomes dos jornalistas que as produziram, outro critério deveria ser adotado para a classificação de fontes diretas ou indiretas.

- Em ocorrências em que houver a assinatura do jornalista e a citação de Agência de Notícias poderá ocorrer a marcação de fontes em duas categorias: direta e indireta.

- As fontes primárias e secundárias podem se encaixar nas classificações de fontes diretas e indiretas. A opinião de um especialista ou cientista exposta na internet é fonte eletrônica, secundária e indireta pois o especialista não falou ao jornalista por meio de entrevista, mas de forma indireta, por meio eletrônico. Se a entrevista do especialista ou cientista fosse concedida diretamente ao jornalista, ele seria fonte secundária, humana e direta.

Oficial Estatal, Oficial não Estatal, Oficiosa e Fonte não Oficial

As fontes oficiais estão divididas em oficial estatal e oficial não estatal. **A oficial estatal** comporta aquelas pessoas ou instituições ligadas à órgãos públicos ou seja, ligadas às três esferas dos poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, e as organizações agregadas como juntas comerciais, cartórios e companhias públicas.

A oficial não estatal é aquela que representa companhias privadas bem como associações, entidades de classe, sindicatos e organizações do terceiro setor.

Fonte oficiosa pertence ao grupo oficial, mas não tem representatividade para falar em nome do grupo. Passa informações acerca da instituição, mas não pode falar em nome dela. Pode representar fonte oficial estatal e fonte oficial não estatal.

A fonte não oficial é aquela que não está ligada à governos e não são institucionalizadas. Listamos algumas subcategorias à fonte não oficial a fim de melhor classificá-la: Testemunha, Representativa, Personagem, Denunciante, Familiar, Outro Veículo de Comunicação.

Outro Veículo de Comunicação refere-se apenas ao órgão de imprensa quando este é fonte da informação sobre os acontecimentos citados no texto analisado. Quando uma fonte é citada no texto em entrevista concedida a outro veículo de comunicação ela não será categorizada neste indicador, mas a fonte será nomeada e citada no indicador **fonte indireta**. Por exemplo: o ministro da Justiça entrevistado pela Agência Estado não é citado na categoria Outro Veículo de Comunicação, mas fonte indireta – Ministro via Agência Estado. Por outro lado, se a BBC News fez a notícia tomar repercussão internacional e o feito é descrito no texto, então a BBC é Fonte não Oficial, subitem Outro Veículo de Comunicação.

Também há a opção Outros para auxiliar no eventual trabalho de construção do subitem.

As fontes são:

Mais uma vez, a exemplo das formas de obtenção de conteúdos por meios diretos e indiretos, o objetivo deste indicador é trabalhar com a relação jornalista-redação e acontecimento.

Promotoras, Provocadas, Implicadas

A classificação nomeada por Guerra (2012) foi ampliada para este trabalho. Estas categorias têm a finalidade de extrair da notícia publicada quais são os fluxos comunicacionais que alimentam o texto jornalístico divulgado. Uma fonte mencionada no texto pode assumir o status de **promotora** quando o seu discurso apresentar indícios de ser identificado como gerador do conteúdo divulgado. Muitas vezes pode assumir forma ostensiva, impositiva. É promotora a fonte que promove eventos e que recebem cobertura da mídia, exemplos: coletiva de imprensa, protesto. Geralmente o discurso da fonte promotora é apresentado no *lead* da matéria e dá o tom, permeia todo o relato jornalístico que tende a ser unilateral. Políticos costumam ser fontes promotoras de conteúdos distribuindo releases de suas ações às redações.

A **fonte provocada** é aquela que é consultada pelo jornalista a fim de obter informações com a descrição dos acontecimentos ou dados que agregam informações à notícia. Uma testemunha de um acidente pode por muitas vezes assumir o status de fonte provocada; a fonte especialista também é exemplo. Ela não está disponível para descarregar conteúdos e sim precisa ser provocada a falar sobre o tema. No entanto, o especialista também pode ser fonte promotora ao pautar a mídia com conteúdos que necessitam de espaço na discussão pública. Por isso, são fontes de circunstância.

A **fonte implicada** está relacionada aos fatos, está envolvida com a história, mas não assumiu a característica de fonte promotora ou provocada. O dono da fazenda ocupada por índios pode ser uma fonte implicada.

- Outros veículos de comunicação quando são mencionados na matéria, não serão classificados nesta categoria por também estarem relatando os fatos. Serão poucos os elementos para analisar se a fonte foi promotora, provocada ou implicada por não haver acesso ao conteúdo original da matéria.

Fontes não mencionadas ou sem especificação

Para essa categoria interessa extrair informações sobre o texto publicado sobre as fontes não mencionadas. Todas as categorias anteriores referem-se à fontes mencionadas e todas as classificações só serão realizadas nesta ferramenta com a utilização de fontes mencionadas.

No entanto, interessa a existência, ou não, de dados e informações que se apresentam no texto publicado os quais não são atribuídos às fontes. Se houver a citação do dado-informação sem atribuição à fonte então há fonte não mencionada.

Uma fonte não mencionada seria uma informação dada no texto como por exemplo: “os índios resistiram às forças policiais e estavam armados”. Se ao longo do texto, o jornalista não citar como ele obteve essa informação, seja por meio de fonte ou pela própria observação do jornalista em campo, então esta é uma fonte não mencionada.

Citação textual

Indica o uso de aspas no texto que pode ter como origem fonte primária ou secundária. O uso de notas expressado pelas aspas também são mencionados neste indicador.

CAPÍTULO 5: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA E ESTATÍSTICAS

Para a aplicação da ferramenta, as matérias publicadas pelos jornais O Estado e O Progresso foram selecionadas da seguinte forma: o primeiro dia de análise é o dia em que houve o ingresso dos índios terena à Fazenda Buriti, em Sidrolândia, fato divulgado pelos jornais em 16 de maio de 2013. A partir desta data, separamos o período de um mês para verificação de publicação de notícias referentes à cobertura da ocupação dos índios naquele local que teve pico de publicações em 31 de maio (edição sobre o dia 30) quando houve o cumprimento de reintegração de posse realizada pela Polícia Militar e Polícia Federal que resultou na morte do índio terena por um disparo de arma de fogo.

Dentro deste período de um mês, entre 16 de maio e 16 de junho, foram escolhidas as matérias publicadas sobre o conflito na Fazenda Buriti em dias coincidentes em ambos os jornais. A decisão em escolher as publicações em dias coincidentes nos jornais pode indicar o uso de fontes para tratar sobre fatos coincidentes sobre o conflito, o que pode auxiliar no equilíbrio de análise do conteúdo divulgado nos dois jornais.

Desta forma, houve 26 edições com matérias coincidentes nos dois veículos. Separadas as edições, foram somadas nos dois jornais 63 matérias divulgadas sobre o conflito. Nos dias de cobertura do cumprimento de reintegração de posse na fazenda, houve uma explosão de matérias divulgadas. Em dias sucessivos ao episódio, houve edições com três, quatro matérias em cada jornal. Separamos todas as matérias encontradas nas edições coincidentes nos dois veículos pois se excluíssemos matérias correríamos o risco de termos o conteúdo prejudicado. Muitas vezes uma matéria é divulgada em um jornal trazendo uma informação que às vezes não é considerada pelo outro veículo, portanto, se não houvesse a análise de todas as matérias publicadas na edição, não teríamos segurança para tratar de quais fontes foram usadas para a produção do conteúdo de forma abrangente na edição.

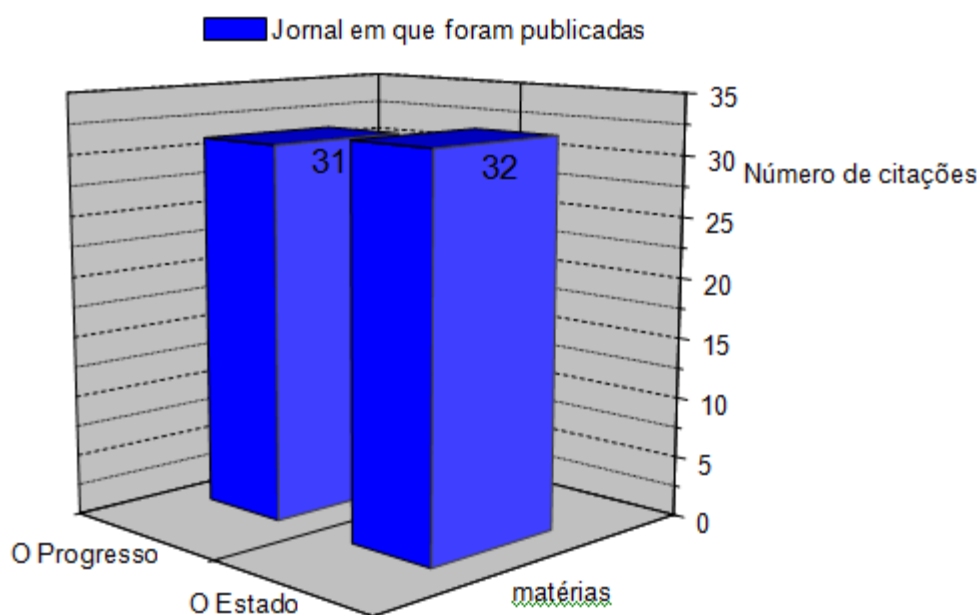
Separadas as matérias, aplicamos a ferramenta em cada uma delas. Depois de aplicados, chegamos às estatísticas extraídas das tabelas de análise. Os dados foram tabulados para as 63 matérias divulgadas nos jornais O Progresso e O Estado. Os resultados são correspondentes à soma dos dois jornais. Houve equilíbrio nas publicações dos veículos no período analisado, como poderá ser verificado nos números abaixo.

5.1 Discussão dos Dados

5.1.1 Itens 1. e 2. Identificação e Matéria

As matérias publicadas no jornal O Estado e O Progresso mostram equilíbrio nas publicações no período analisado, 32 notícias no primeiro e 31 no segundo.

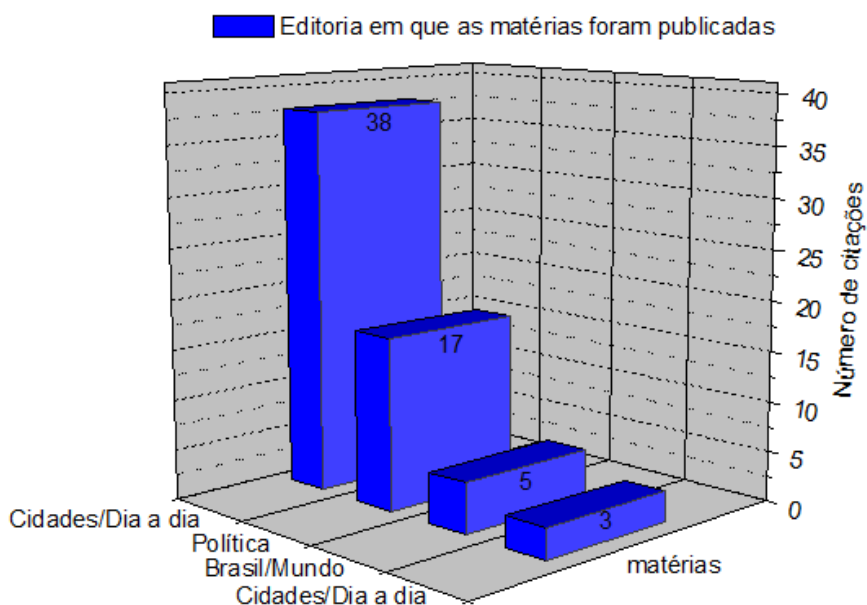
Figura 1: Jornal em que foram publicadas



Fonte: Elaborado pela autora

A Editoria de Cidades e Dia a Dia são as páginas em que mais aparecem ocorrências de matéria sobre o conflito, com 38 no total, embora a Política tenha apresentado um volume significativo de publicações com 17 matérias. As matérias avolumaram-se nesta editoria por conta da vinda do Ministro da Justiça à Campo Grande para tratar da questão de terras em disputa entre índios e ruralistas e ainda por haver a repercussão do assunto com a presidenta da República, Dilma Rousseff, a vinda de outros ministros, governador, senadores e deputados federais e estaduais. O assunto foi tratado como ocorrência policial por 3 vezes e nas páginas de Brasil/Mundo, as matérias apareceram 5 vezes.

Quanto à assinatura de matérias, um dos instrumentos para subsidiar a categorização de fontes diretas e indiretas, por 36 vezes, houve a ocorrência de assinatura de jornalistas nas matérias. A cidade e Agências de Notícias foram a marca de 22 matérias enquanto a reunião dos três, jornalista, cidade e agência somaram 5 ocorrências.

Figura 2: Editora em que as matérias foram publicadas

Fonte: Elaborado pela autora

A assinatura das matérias proporciona maior índice de confiabilidade às publicações uma vez que os dois jornais, submetidos à análise, trabalham com o padrão de assinaturas. Assinar uma matéria, portanto, significa mostrar para o leitor maior aproximação com o conteúdo, ou seja, a busca da notícia pela própria equipe do jornal.

Mas esta relação entre assinatura de conteúdos publicados e maior proximidade com os relatos sobre o fato pelo órgão de imprensa só pode ser desenhada em jornais em que ocorrem a padronização da assinatura das matérias pelos jornalistas. Há jornais impressos em que não ocorre a assinatura de conteúdo e nestes casos não é possível estabelecer uma relação entre conteúdos publicados e maior ou menor grau de proximidade do veículo com as fontes usadas para a produção do texto.

Embora a maior parte das matérias tenham a assinatura dos jornalistas, 22 textos foram publicados sob a chancela de Agências de Notícias e ou com o nome das cidades em que o fato ocorreu. Em cinco delas, o jornalista assinou com a Agência e ou cidade.

A produção de conteúdo local, portanto, em 27 textos foi mediada ou por uma Agência – sediada em grandes pólos, ou ainda com informações coletadas nas cidades por meio de outros veículos. Como vimos anteriormente, as Agências de Notícias tendem a

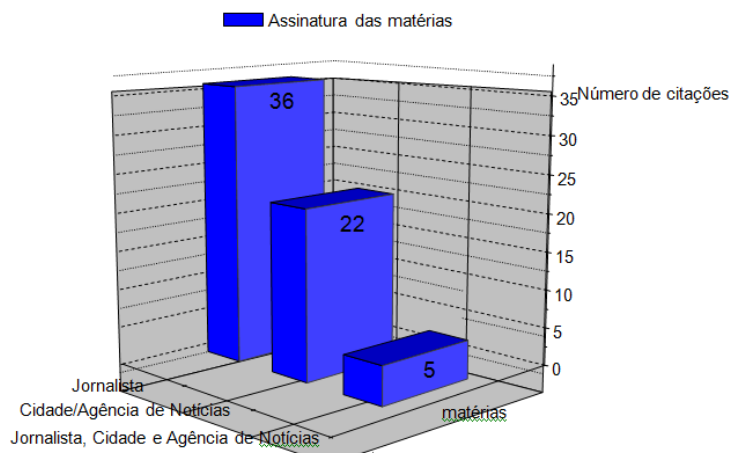
distribuir conteúdo massificado para os veículos de comunicação local para que seu grau de alcance seja o maior possível.

Houve situações em que as matérias com a assinatura de Agências descreveram o conflito nos dias de cobertura da reintegração de posse da fazenda. Também foi texto publicado de agência que trouxe informações sobre os desdobramentos em Brasília, com o escalão político.

Quando o jornal assume a publicação de um texto a partir de uma Agência de Notícias, sem regionalizar o conteúdo, ele reproduz significações dadas em esfera distante ao local e reproduz conteúdo divulgado sobre o caso que é distribuído a todo Brasil. Desta forma, o jornal em um estado do Nordeste vai divulgar o mesmo conteúdo sobre a cobertura do conflito que o jornal em Mato Grosso do Sul, coração do problema.

É pertinente observar portanto que as Rotinas Produtivas demandam a publicação de textos de agências de notícias para que o *deadline* do jornal seja cumprido. Mas, consideramos demasiada a assinatura de textos sob chancela de Agências ou simplesmente informações coletadas nas cidades sem menção de fontes.

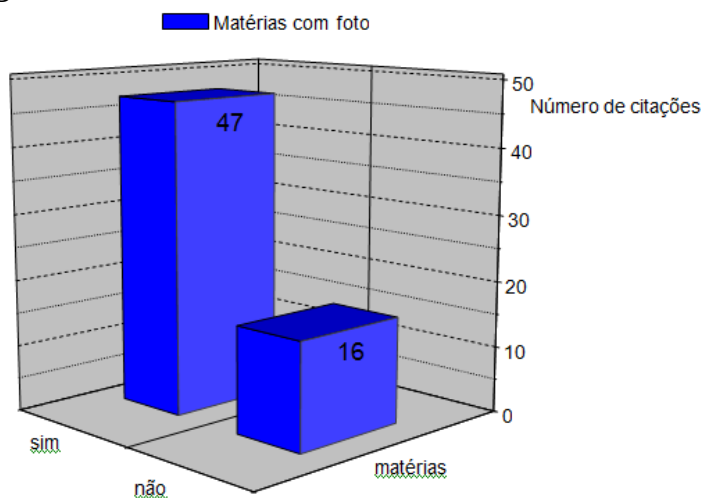
Considerando ainda a importância do assunto que até o presente momento rende pautas aos jornais e implica o cotidiano de índios e não índios, a produção jornalística mediada pelos grandes centros não deve colaborar na discussão e avanço do andamento da pauta no contexto político-social regional. Do local, podem surgir novas ideias, a partir da reintegração de posse desastrosa na Fazenda Buriti, sobre distribuição de terras no Brasil, por exemplo, com a mudança da comissão que estuda e avalia terras de origem indígena ou não, por exemplo.

Figura 3:Assinatura das Matérias

Fonte: Elaborado pela autora

Das matérias publicadas, 47 apresentavam fotos e 16 não. O grau de importância da pauta pode ser verificado por meio da publicação de fotos no texto. As matérias publicadas com foto em jornais impressos tendem a ser as matérias com maior valorização da edição. Esta não é uma relação absoluta pois, com o horário do fechamento ditando algumas regras de publicação, as edições do dia seguinte podem privilegiar fotos que foram obtidas até o *deadline* da edição e não por conta de seu grau de importância.

Mas, sem dúvida, os jornais priorizam as fotos de matérias que julguem ser as mais importantes do dia. Neste quadro, podemos observar por, meio do indicativo “fotos”, a importância da pauta nos jornais analisados.

Figura 4:Matérias com foto

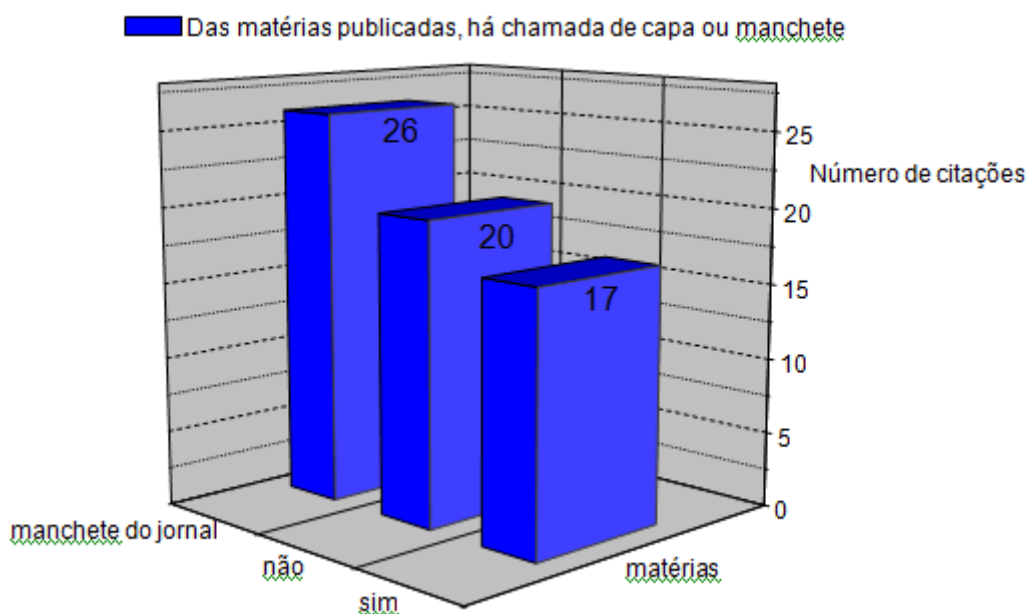
Fonte: Elaborado pela autora

Ainda do total de matérias selecionadas, 26 eram manchetes do jornal; 17 tinham chamada de capa e 20 não tinham.

Portanto, de 63 matérias analisadas, 43 apresentavam chamada de capa e eram manchete dos jornais. Mais um indicador da importância dada ao assunto na cobertura dos jornais. Ao fim do dia, apenas as matérias mais “quentes” recebem chamadas de capa. As manchetes, por sua vez, indicam que a matéria é a mais importante da edição e esta configuração apareceu em número alto durante o período analisado se considerarmos que para se chegar ao status de manchete há uma série de excludentes em que a matéria é submetida: de questões políticas à apuração do assunto que pode trazer, ou não, fatos inéditos. Também há vários assuntos na ordem do dia que merecem destaque de manchete por conta da linha editorial do jornal.

Mesmo manchete do dia, os jornais trazem matérias que são assinadas por Agências de Notícias ou citação do nome da cidade. Um exemplo são as próprias matérias produzidas no dia da reintegração de posse da Fazenda Buriti e publicadas no dia 31 de maio, como nas Fichas 4 e 5 (em ambos os jornais O Progresso e O Estado).

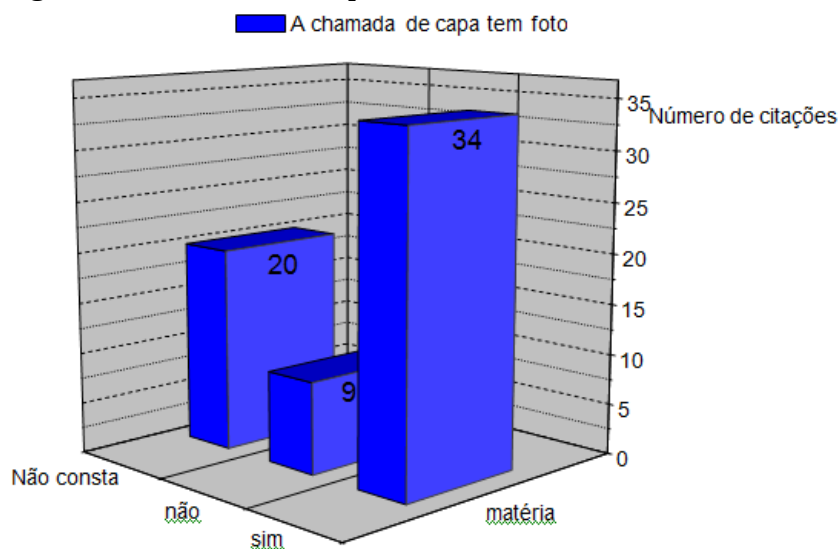
Figura 5: Das matérias publicadas, há chamada de capa ou manchete



Fonte: Elaborado pela autora

Das que apresentavam chamadas e eram manchetes, em 34 constavam fotos, mas em 9, não. Mais uma vez, na identificação das matérias o dado que nos permite avaliar o grau de importância da pauta na edição do dia.

Figura 6: A chamada de capa tem foto



Fonte: Elaborado pela autora

5.1.2 Fontes:

Identificação Geral

No Item 3, o primeiro indicador questiona o número de fontes usadas em cada notícia. A campeã das estatísticas, com 16 ocorrências, foi o uso de duas fontes por matéria; em seguida, três fontes por matéria, com 13 notícias; em terceiro, uma fonte por matéria com 12 ocorrências. Na sequência, quatro fontes: 9; cinco fontes: 4; seis fontes: 3; sete fontes: 3; oito fontes: 2; nove fontes: 1. Este, o número máximo de fontes usadas em matéria para relatar o conflito e ocorreu dois dias depois da reintegração de posse da Fazenda Buriti, publicada no dia primeiro de junho no jornal O Estado (Ficha 7) e traz a repercussão do fato com deputados federais, estaduais, senadores e ministra, ou seja, fontes oficiais estatais.

O número de fontes é um dado que define, numa primeira aproximação, a avaliação do texto produzido na perspectiva das fontes, mas é o primeiro indicativo e não pode ser considerado como valor absoluto. A relação seria: no relato de uma história, na perspectiva construcionista com a sobreposição de versões acerca dos acontecimentos transfigurados em um fato narrado pelo jornalista, há no mínimo duas versões a serem relatadas.

No caso do conflito analisado neste trabalho: há sobreposição ainda mais farta de versões. No mínimo, há o relato dos índios e dos ruralistas acerca do conflito. Entram neste caldeirão de discursos de forma mais aproximada, as polícias e as respectivas associações representativas de classe como Conselho Missionário Indígena (CIMI), Federação da Agricultura e da Pecuária de Mato Grosso do Sul, entre outros.

As versões e as próprias denominações de palavras para descrever o episódio da Fazenda Buriti são discordantes entre os índios e os ruralistas. As entidades representativas também seguem discursos discordantes dos dois lados enquanto a classe executiva, judiciária e legislativa ora aparecem como mediadora da situação, ora aparecem como defensora de um dos lados da história.

A descrição do acontecimento nas matérias jornalísticas são realizadas pelas fontes consultadas pelos jornalistas. No caso do conflito analisado nesta pesquisa, as fontes ligadas ao índios definem o ingresso dos terena na área da Fazenda Buriti como a reocupação do território indígena – tomado pelos fazendeiros. Por outro lado, o ingresso dos índios na fazenda é uma invasão de propriedade rural na leitura dos ruralistas e entidades ligadas à classe.

Portanto, se houve a consulta de apenas uma fonte para a produção da matéria acerca do conflito a tendência é que o jornalista reproduza a definição dada pelo entrevistado acerca do acontecimento, o que toca na questão semântica do texto. Se a fonte for ruralista, o crime é invasão de propriedade privada, como pode ser observado na Ficha 2, com matéria do jornal O Progresso, quando pela primeira vez a “invasão” é relatada pelo jornal cuja fonte de descrição do acontecimento é a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de MS (Famasul).

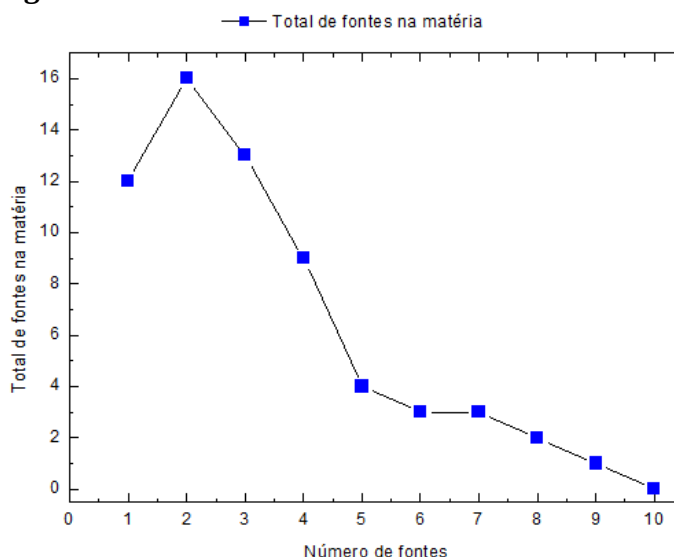
Se a fonte for o índio, a tendência aponta para texto municiado de informações acerca da reocupação de área tradicional; no entanto não houve nenhuma ocorrência, entre as 63 análises de produção de matéria, apenas com uma fonte indígena.

A identificação de número de fontes usadas nas matérias proporcionou durante a aplicação desta ferramenta a interpretação de significações de realidades de no mínimo dois lados da história. Quando apenas uma fonte é usada na matéria, esta se mostra insuficiente para descrição - mesmo que sucinta – sobre os fatos no conflito. Por outro lado, o número

maior que duas fontes não significa garantia de qualidade no texto, por isso, a ferramenta avançou na construção de indicadores abaixo listados.

Mas, se faz necessária a constatação do número de fontes usadas nas matérias pois este é o primeiro indicativo de possibilidades de sobreposições de descrições de um acontecimento cujo cerne é o conflito e onde há, portanto, multilateralidade de versões acerca de um mesmo assunto. A curva do gráfico que aponta para textos com menos fontes é maior à curva que aponta para a produção de textos com maior número de fontes, mostrando a tendência de produção para menor número de consultas à fontes.

Figura 7:Total de fontes de matéria



Fonte: Elaborado pela autora

Lista de fontes

A lista de fontes usadas nas matérias estão nas fichas em anexo, mas também podem ser encontradas em uma lista, também em anexo deste trabalho.

As fontes mais frequentes e número de ocorrências em matérias privilegiaram o discurso das fontes oficiais estatais. Embora o índio tenha ganhado voz com 27 fontes, sejam elas índios líderes ou membros da comunidade; houve a contrapartida de 25 fontes deputados federais e estaduais, 16 vezes ministros e 8 senadores, ou seja, 49 fontes oficiais estatais. Os números não significam fontes diferentes, mas as vezes em que a fonte foi citada em cada matéria analisada. O ministro da Justiça soma grande parte das ocorrências de ministro, portanto.

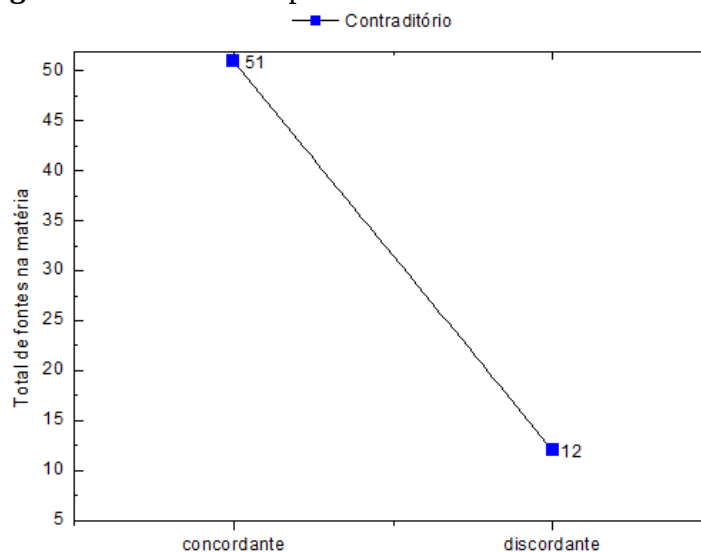
As Polícias Federal e Militar tiveram o discurso publicado nas matérias por 12 vezes, 6 vezes, cada. Donos de fazenda, também 6. As entidades representativas de classe ficaram pulverizadas: entre as maiores citações de fontes, a Funai aparece 11 vezes, a Famasul 10 e a Associação de Criadores de MS (Acrissul), 3. O Movimento dos Sem Terra (MST) aparece durante a cobertura de protestos sobre a reforma agrária e retomada de terras na qual aliam-se aos índios. São fontes de matérias sobre o conflito na fazenda Buriti por 5 vezes no período selecionado, mais do que o CIMI, com 3, bastante citado nas matérias pelo poder legislativo e associações de ruralistas como incentivador da retomada de terras pelos índios.

O governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli (PMDB), é uma exceção ao bombardeio de fontes oficiais estatais. Aparece apenas duas vezes em matérias, o que demonstra que o Governo Federal passou a mediar as situações correspondentes ao conflito diante de ausência de discurso regionalizado de governo.

O princípio do contraditório

O indicador a seguir avalia os conteúdos concordantes e discordantes, com grande ocorrência para o primeiro, 51, em detrimento do segundo, 12. O princípio do contraditório descrito em manuais de redação e já citado neste trabalho como um dos quesitos com status de indicador de qualidade no produto jornalístico é pouco explorado em matérias sobre o conflito na Fazenda Buriti – episódio que exhibe claramente ao menos duas versões da realidade como acima descrito.

Figura 8:Contraditório para análise do leitor



Fonte: Elaborado pela autora

Apenas 12 ocorrências trazem o contraditório para análise do leitor e estão basicamente situadas entre as fichas de análise de matérias que descrevem o episódio da reintegração de posse da Fazenda Buriti e os dias a seguir, com versões diferentes para os culpados da morte do índio. As demais matérias produzidas tendem a isolar os contrapontos de discursos o que acaba gerando várias matérias sobre um mesmo conteúdo. Nossa lista de 63 matérias, selecionadas pelo critério de dias coincidentes de publicação sobre o conflito, certamente seria menor se os discursos contraditórios e fatos relativos ao mesmo conteúdo ganhassem corpo nas notícias. Isso não significa a necessidade de produção de reportagens, ao contrário, a sugestão seria integrar na mesma matéria as versões do contraditório que foram buscadas em fontes diversas, mas tiveram seus discursos destacados uns dos outros.

Cruzar informações contraditórias em um mesmo conteúdo de matéria sugeriria ainda necessidade da consulta de um terceiro elemento que pudesse trazer para a discussão dados históricos, contextualizados e dar ao leitor a posição espacial do conteúdo factual. Este elemento, o factual, é um corte na cadeia de acontecimentos na linha histórica. Com o contraditório, exibem-se mais claramente as multifacetadas de um fato e a necessidade de interpretação contextualizada. Mas, como veremos a seguir, as ocorrências desse terceiro elemento que chamamos de fonte secundária, ou seja, aquele que fala sobre o fato com conhecimento de causa por ser especialista ou estudioso da área, é praticamente nula cabendo assim o protagonismo das matérias analisadas às fontes primárias, ou seja, aquelas que sabem sobre o fato pois estão envoltas neles.

Ao propor a pirâmide marxista no fazer jornalístico, Genro Filho (1987) revela que há três dimensões do acontecimento a serem consideradas: o singular – o fato inédito; o particular – o contexto próximo ao fato inédito e o universal – a inserção do assunto na esfera histórica, a visão macro da notícia. No caso da cobertura analisada, poderíamos classificar o singular como a pauta factual de cobertura dos jornais com as notícias inéditas que começam com o ingresso dos índios na Fazenda Buriti, a reintegração de posse, a morte do índio, a vinda do Ministro, a pauta com os políticos em Brasília e em MS; as manifestações de ambos os lados sobre o assunto; enfim, o singular são as notícias em que ocorrem no dia a dia e recheiam os jornais. O particular é o contexto em que isso está inserido mais diretamente, ou seja, as disputas recentes de terra no estado, os pedidos de reconhecimento de áreas tradicionais por parte dos índios e os ingressos de ações na Justiça por parte dos ruralistas. Já o universal é o macro cenário em que tudo está inserido: a violência entre índios e não índios no campo na atualidade e seus antecedentes históricos; a interpretação para o uso de terras

entre índios e ruralistas: para o primeiro um território sagrado e componente do próprio índio e para o segundo, local de produção em pequena ou grande escala para comércio.

Nesta equação proposta por Genro Filho (1987) temos a construção da notícia obedecendo três etapas que não se desfragmentam, pelo contrário, são correspondentes.

Portanto, toda notícia a ser relatada pelo jornalista deve considerar as três dimensões. Os jornais estampam diariamente o singular, ou o fato inédito, mas não introduzem as outras dimensões ao relatar o factual, mesmo que o espaço ocupado pela matéria seja pequeno. Não é uma questão de espaço na página do jornal e sim de construção da informação.

No singular, há espaço para o contraditório. Como vimos, na cobertura do conflito há espaço para ao menos duas versões: a dos índios e a dos ruralistas. Mas, os jornais podem sobrepor ou privilegiar uma versão em detrimento da outra durante a cobertura factual, ou apenas do singular, dependendo da fonte a ser usada para a produção do texto.

No particular e no universal não há espaço para coberturas unilaterais. As duas dimensões permitem o reconhecimento da sociedade de classes movida por interesses de capital. Inserir as dimensões na descrição do singular significa mostrar ao leitor o campo em que está posicionado o acontecimento. Genro Filho (1987) percebe, portanto, que o jornalismo ao separar as notícias e tratá-las de forma descontínua, desintegra e atomiza o real favorecendo a superficialidade da reflexão e a alienação.

Nas três dimensões em que a notícia está inserida, o contraditório, ou as fontes contraditórias, são as responsáveis por expor o campo onde está localizado o fato, cada um numa perspectiva, ora mais aproximada do inédito, ora macro.

A presença de fontes contraditórias indicam portanto a inserção do fato nas dimensões propostas por Genro Filho (1987) e atestam a qualidade do conteúdo produzido pois trazem ao leitor a possibilidade de leitura da cadeia de acontecimentos e não de fatos isolados o que pode facilitar a alienação das audiências.

Uma ocorrência bastante observada nas matérias analisadas é a publicação de notícias com fontes contraditórias acerca do tema, muitas vezes na mesma página mas em matérias separadas. Com a desfragmentação das informações contraditórias em notícias separadas há o enfraquecimento dos conteúdos publicados no que tange à qualidade de

discussão que poderia ser proporcionada com o cruzamento de informações opostas do mesmo tema em um mesmo texto.

A citação de fontes com diferentes discursos podem estar na mesma edição, mas elas não cumprem o papel de tentativa de levar ao leitor à imersão no contexto. Para isso não é necessária a produção de reportagens, como já citado, apenas o cruzamento de informações geralmente trazidas às edições, mas separadas em matérias diferentes.

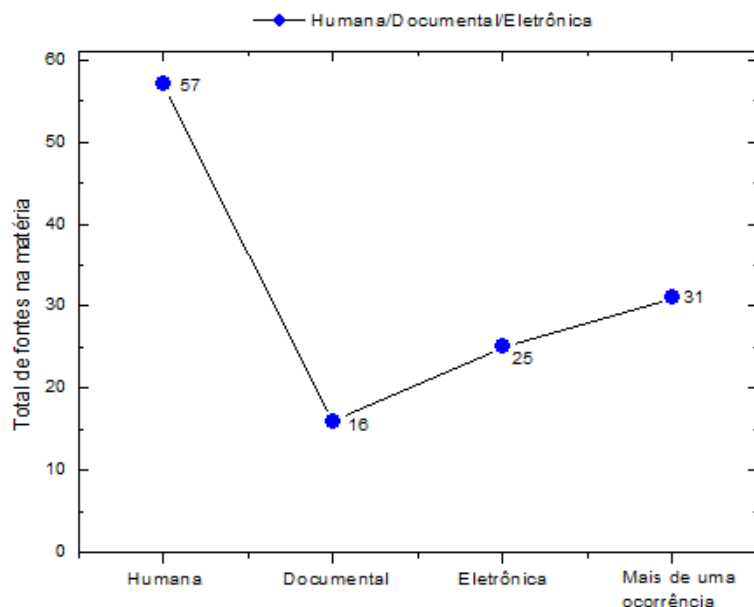
O material do qual os fatos são construídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos (GENRO FILHO, 1987, p.186-87).

A qualidade das informações publicadas nos jornais onde não há o cruzamento de significação dos fatos pelos sujeitos envolvidos no tema tratado pela matéria produzida é comprometida e torna-se matéria panfletária em prol de uma classe ou outra, seja por conta de alienação da classe jornalística que desconhece as dimensões particular e universal da pauta em questão, seja por determinações editoriais que comprometem a cobertura. Sem o posicionamento do contraditório em relatos de situação de conflito não há tentativa de descrição dos fatos sob a perspectiva daqueles implicados na situação.

Humanas, Documentais e Eletrônicas

Entre as fontes humanas, documentais e eletrônicas, as humanas ganharam destaque na análise: somam 57; as documentais são 16 e eletrônicas, 25. A ocorrência de mais de uma categoria descrita (ex.: humana-eletrônica; documental-humana) somou 31 matérias, o que nos dá o número, por outro lado, de 32 matérias em que houve a citação de uma das categorias indicadas.

Os meios eletrônicos ganham destaque na posição de fornecedores de informações e mostram um quadro de transmissão via internet o que nos permite considerar que há um fluxo importante de distribuição de versões de fontes, via meio digital, o que deixa o jornalista por maior tempo dentro nas redações, ou seja, não vai à campo para colher dados que são oferecidos ou mesmo apurados via digital. As Agências de Notícias também são classificadas como fontes eletrônicas e como vimos anteriormente, no item de assinatura de matérias, representam uma fatia significativa de ocorrências, o que é reforçado novamente neste indicador.

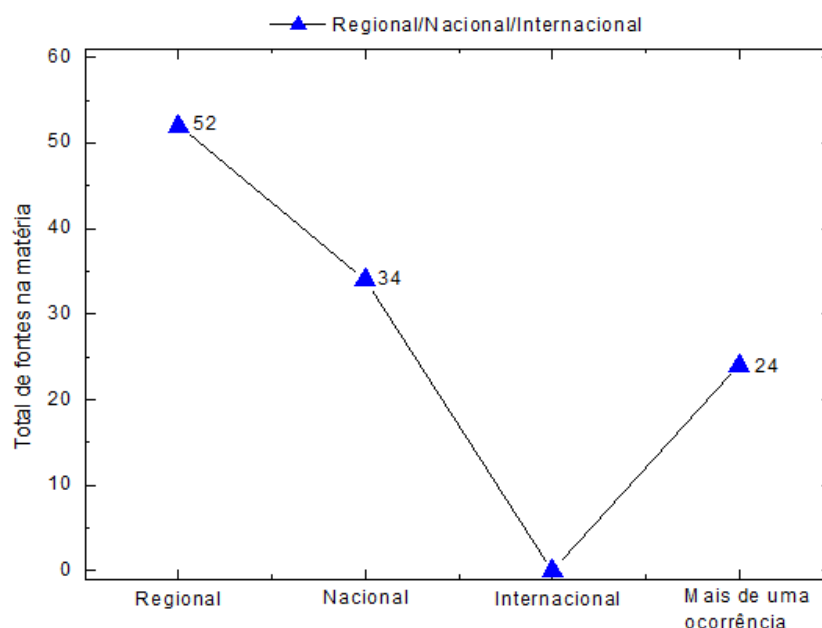
Figura 9:Humana, Documental e Eletrônica.

Fonte: Elaborado pela autora

Regionais, Nacionais e Internacionais

As fontes regionais, nacionais e internacionais representam outra categoria de análise e houve ocorrência maior para as regionais com 52 ocorrências e 34 para nacionais, o que representou um certo equilíbrio na cobertura na posição geográfica das fontes em razão de o assunto transformar-se em pauta nacional e ter atraído fontes nacionais para o Estado. Houve ainda a ocorrência de mais de uma categoria (nacional e regional) em 24 matérias.

O equilíbrio das fontes – mesmo as nacionais sendo em menor número, são bastante representativas, confirmam a importância em âmbito federal da pauta. Não houve citação de fonte internacional.

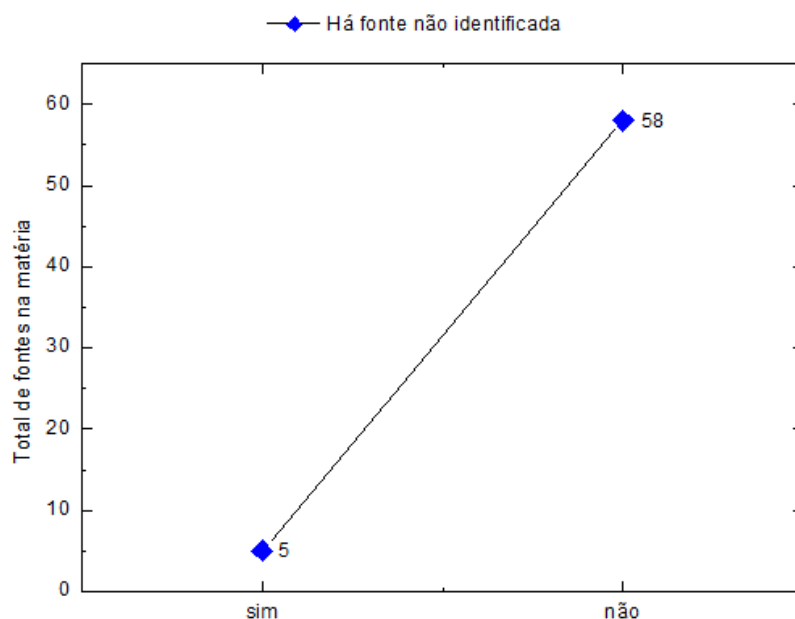
Figura 10:Regional, Nacional e Internacional

Fonte: Elaborado pela autora

Fonte Não identificada

Foi criada a categoria “fonte não identificada” para buscar informações sobre as fontes mencionadas mas não nominadas. Entretanto, na busca, apenas 5 matérias apresentaram o conteúdo não identificado o que ocorreu prioritariamente durante a cobertura do cumprimento da reintegração de posse na Fazenda Buriti. As fontes não identificadas eram índios ou informações de pessoas testemunhas do conflito, como na Ficha 5, Jornal O Progresso, cuja fonte não identificada é ainda medida por outro órgão de comunicação, ou ainda a Ficha 8, Jornal O Estado, em que a fonte sem identificação são “vizinhos da fazenda”. Houve ainda a citação de fontes não identificadas em protestos no meio urbano que pediam a retomada de áreas indígenas e reforma agrária.

A discussão sobre fontes não identificadas é bastante atual no jornalismo. Se por um lado temos a garantia de publicação de conteúdos cujas fontes não podem vir à público, por outro lado não há garantias de que a fonte realmente existe, ou passa informações de interesse público. Já houve caso por exemplo de um dos maiores prêmios do jornalismo mundial, o Pulitzer, ser concedido à jornalista do Washington Post, Janet Cooke, e depois ter sido descoberto que a mesma havia inventado a fonte – um menino de 8 anos viciado em heroína, o protagonista da matéria vencedora do prêmio que, obviamente, lhe foi retirado depois.

Figura 11: Há fonte não identificada

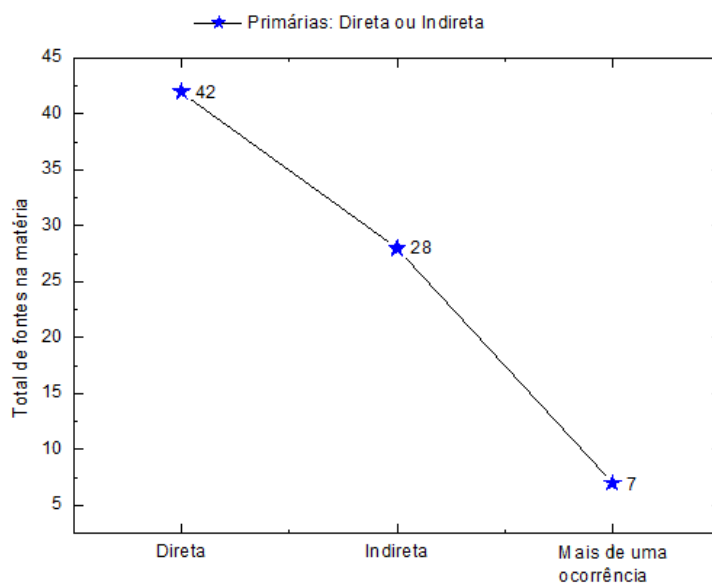
Fonte: Elaborado pela autora

5.1.3 Primárias

Direta ou Indireta

As fontes diretas somaram 42 ocorrências e indiretas, 28. A ocorrência de mais de uma categoria aconteceu por 7 vezes. O acesso do jornalista às fontes era objeto de interesse neste indicador, ou seja, se o conteúdo publicado foi acessado diretamente pelo jornalista ou foi intermediado por agências ou ainda por terceiros. As ocorrências de fontes diretas são maiores, mas os números de indiretas representam uma grande fatia da cobertura o que traz a interpretação de que há mediação considerável no discurso publicado pelos jornais locais.

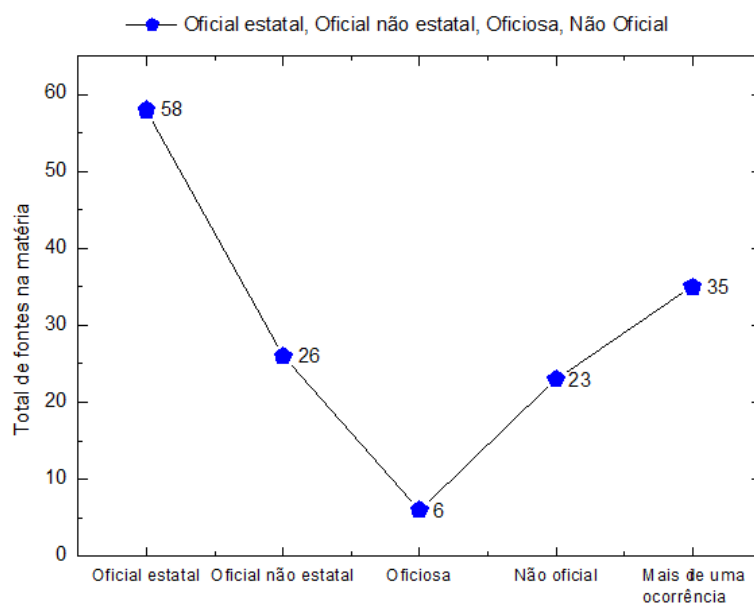
A replicação de conteúdos mediados por Agências de Notícias foi tratado em item acima sobre a assinatura de matérias e tratado como ameaça à cobertura de qualidade dos meios locais que percebem melhor as realidades locais e onde os fatos sobre o conflito podem ser inseridos. Também é a partir da produção de conteúdo por meio direto que se extrai as percepções de realidade da sociedade civil sobre o tema por conta da proximidade do jornalista com as fontes, e por sua vez, o *feedback* das audiências sobre a cobertura do jornal.

Figura 12: Primárias diretas ou indiretas

Fonte: Elaborado pela autora

Oficial Estatal, Oficial não estatal, Oficiosa, Não Oficial:

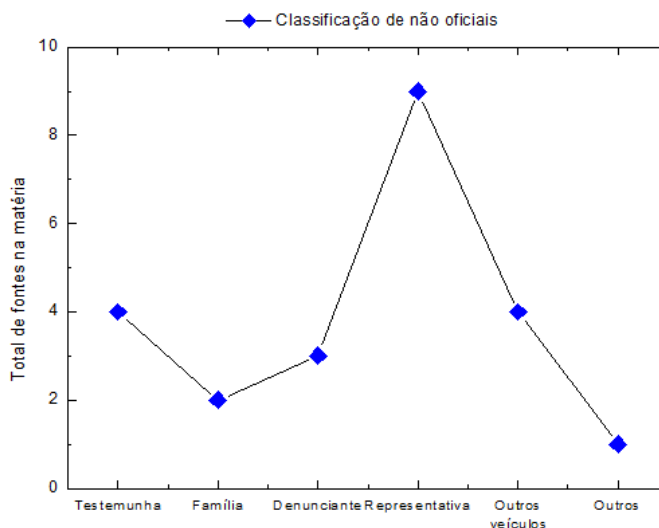
As fontes oficiais estatais somaram 58 ocorrências enquanto as oficiais não estatais, 26 e oficiosas, 6. As não oficiais somaram 23. As ocorrências em mais de uma categoria descrita resultou no total de 35 matérias o que proporciona ao leitor um espectro de significações maior de sentidos sobre o assunto relatado.

Figura 13: Oficial estatal, oficial não estatal, Oficiosa e não oficial

Fonte: Elaborado pela autora

As não oficiais somaram 23, dentre elas, os subitens que apareceram foram: testemunhas 4; família 2; denunciante 3; representativa 9; outros veículos 4; outros 1

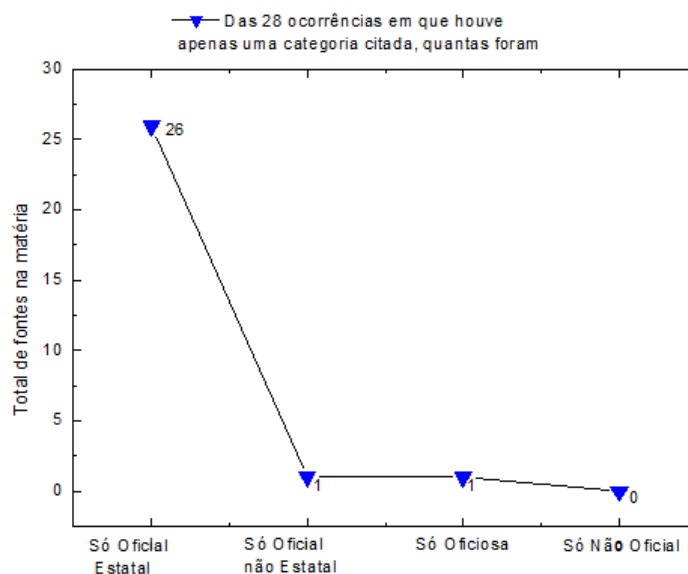
Figura 14: Classificação de não oficiais



Fonte: Elaborado pela autora

Portanto, das 28 ocorrências em que houve apenas uma categoria citada, só oficial estatal: 26; só oficial não estatal: 1 e só oficiosa: 1. Não houve matéria produzida apenas com fonte não oficial.

Figura 15: Ocorrências



Fonte: Elaborado pela autora

As matérias demonstraram que discursos oficiais estatais, ou seja, aqueles ligados aos três poderes constituídos (legislativo, executivo e judiciário) são reincidentes em várias

matérias. Quando a notícia é produzida apenas com uma categoria, é a fonte oficial estatal que novamente ganha posição no conteúdo, como na Ficha 37, Jornal O Progresso, quando a fonte oficial é um deputado federal que dita todo o conteúdo da matéria.

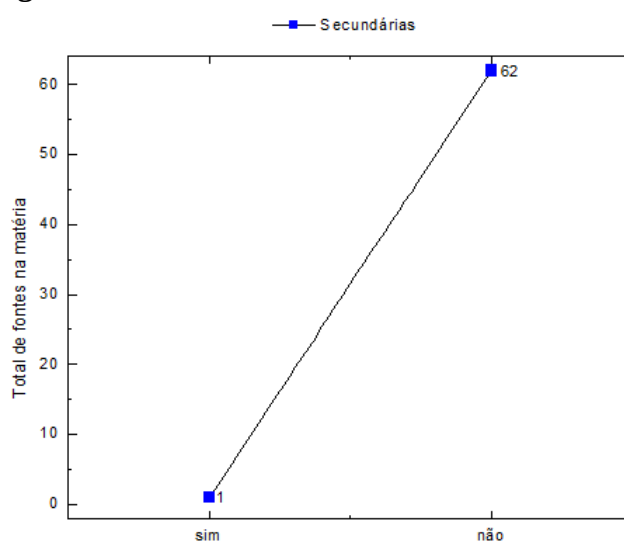
O uso demasiado de fontes oficiais, como na Ficha 57, Jornal O Estado, pode interferir ideologicamente na cobertura dos fatos, e também de conflitos como o ocorrido na Fazenda Buriti, quando deputados e Famasul provocam pauta contra a criação de mais reservas no Estado.

A fonte oficial estatal é fonte pública, mas defende posições ideológicas no jogo político. Portanto, a qualidade do conteúdo pode ser comprometida se apenas constarem fontes estatais ou a ocorrência excessiva delas durante uma cobertura como o conflito na Fazenda Buriti. As fontes estatais podem dar o tom do discurso e da cobertura jornalística definindo, inclusive, terminologias para classificar os acontecimentos. Por se tratarem de pessoas públicas, dos três poderes, a tendência estabelecida entre os jornalistas é de reproduzir as terminologias propostas por essas fontes, como “invasão de terras” sem se preocuparem com a contextualização da problemática estabelecida sobre áreas indígenas.

5.1.4 Fontes Secundárias

As fontes secundárias, ou chamadas de especialistas, apareceram apenas uma vez o que traz o perfil relatado em item acima sobre o discurso contraditório.

Figura 16: Secundárias

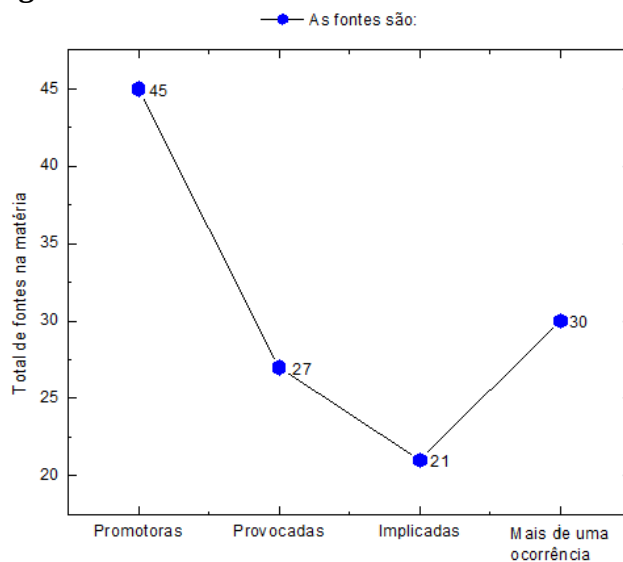


Fonte: Elaborado pela autora

5.1.5 As fontes são

Este indicador trouxe à discussão o nível de promoção de discursos das fontes. As promotoras apareceram com maior frequência: 45, as provocadas, 27 e as implicadas, 21. As ocorrências com mais de uma categoria somaram 30.

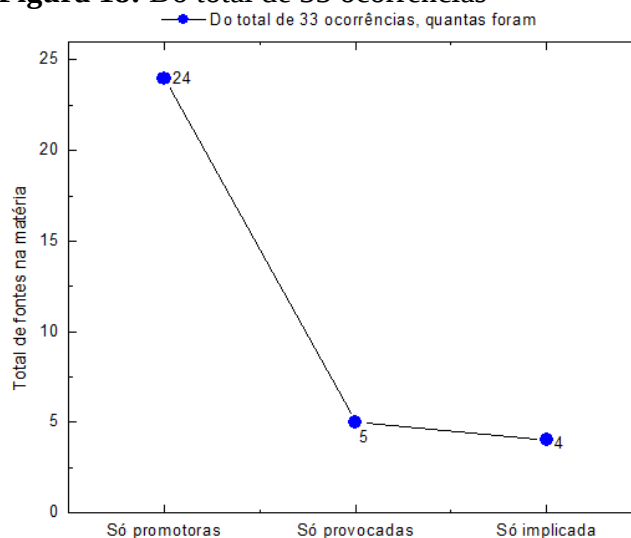
Figura 17: As fontes são



Fonte: Elaborado pela autora

Por outro lado, das 33 ocorrências em que houve apenas uma categoria citada, só promotoras foram 24, só provocadas, 5 e só implicadas, 4. Desta forma, há domínio do discurso do promotor, ou seja, aquele que propõe a pauta para o jornalista.

Figura 18: Do total de 33 ocorrências



Fonte: Elaborado pela autora

Ganha sentido aqui o discurso de Hall et al (2000) em artigo publicado sobre a força do discurso dos primeiros definidores, ou seja, aquelas fontes que impõem conteúdo. Segundo a classificação de Molotch e Lester (1974) os *newspromoters*, ou fontes, são constituídos por aqueles que propõem a agenda da política governamental, aqueles que propõe conteúdo; os *news assemblers* correspondem àqueles que determinam a agenda jornalística, os jornalistas que decodificam a mensagem e ainda e os *news consumers*, as audiências que consomem o produto jornalístico.

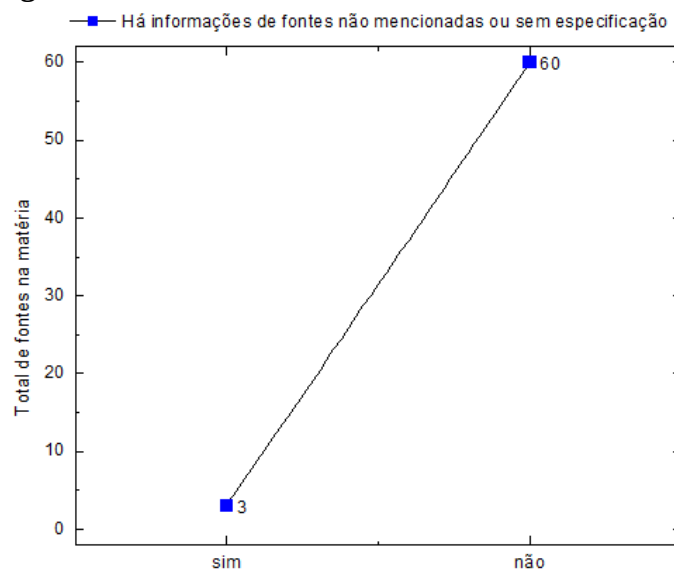
O ponto de partida da produção jornalística, defendem os autores, pertence aos *news promoters*, que geram conteúdos para a mídia. Os promotores constatados nas notícias analisadas geraram informações a partir da convocação de coletivas de imprensa, divulgação de notas, decisões publicadas em Diários Oficiais, ou ainda puderam ser visualizados como tal no texto a partir de discursos unilaterais de fontes, por exemplo.

Quando a imprensa utiliza várias matérias a partir do ponto de vista dos geradores de conteúdos, ou seja, dos promotores de notícias, as chances de cobertura contextualizada são diminuídas pois a notícia é descrita segundo a informação da fonte promotora.

Na Ficha 63, Jornal O Estado, as fontes citadas são identificadas todas como promotoras do conteúdo ao gerar um protesto nas ruas contra a invasão de propriedade privada. Os promotores são ruralistas, e mesmo em cobertura de um fato como a marcha de uma classe nas ruas, o discurso impresso no texto pelo jornalista também precisa vir municiado da versão oposta. Ora, se houve um protesto é porque há um conflito em questão. Como avançar em propostas sociais se o conteúdo divulgado pela mídia é mediado por promotores de notícias.

5.1.6 Fontes não mencionadas ou sem especificação

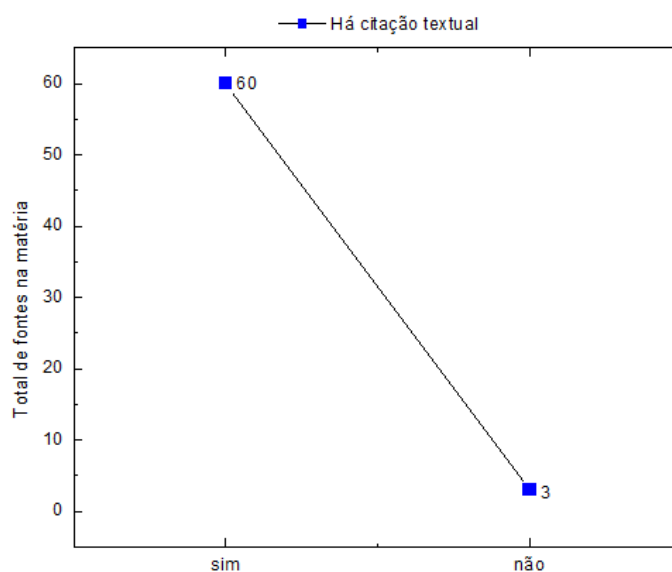
Houve a citação de informações não mencionadas em três matérias, o que pode nos permitir inferir que a ferramenta não tenha alcance para medir tal ocorrência apenas a partir da extração de informações do texto publicado. Talvez outros métodos possam auxiliar na obtenção da informação.

Figura 19: Fontes não mencionadas

Fonte: Elaborado pela autora

5.1.7 Citação textual

Em 60 matérias houve o uso de aspas enquanto em 3 não foram usadas frases de fontes ou trechos de notas e decisões judiciais, por exemplo. O dado é representativo em seu volume, mas não auxilia de forma isolada a compreender o acesso do jornalista à fonte. Mesmo em citações de discursos obtidos de forma indireta pelo jornalista, há o uso das aspas.

Figura 20: Há citação textual

Fonte: Elaborado pela autora

5.2 Fluxo de Notícias e Análise

A aplicação da ferramenta durante o ápice de cobertura de conflito entre índios e não índios por disputa de terras na Fazenda Buriti em Sidrolândia nos meses de maio e junho (2013) permitiu a verificação de um fluxo de notícias e não matérias isoladas.

Nos primeiros itens da ferramenta, que receberam os nomes de Identificação e Matéria, foi possível detectar a partir dos indicadores construídos, o nível de importância das notícias sobre o conflito nas edições dos jornais O Progresso e O Estado, mesmo porque houve equilíbrio de publicações em ambos os jornais no período selecionado.

A pauta esteve presente nas editorias de Cidades-Dia a Dia, Polícia, Política e Brasil-Mundo. Só ficaram de fora Economia e Cultura, considerando o conjunto de editorias do jornal de forma genérica e onde o conflito poderia também ocupar espaço, o que representa uma abrangência de cobertura do assunto.

Os altos índices de manchetes durante o período analisado e de chamadas de capa das matérias, inclusive com fotos demonstram o grau de importância da cobertura oferecida pelos jornais ao conflito na Fazenda Buriti. Grande parte das matérias também estava acompanhada de fotos. Portanto, estávamos analisando uma cobertura prioritária dos jornais no período selecionado o que nos permite dizer que o empenho da equipe de jornalistas, ao mesmo tempo, deveria ser proporcional.

No entanto, observamos elevado grau de ocorrência de assinatura de matérias por parte de Agência de Notícias ou apenas com o nome da cidade, sem citação do nome do jornalista nos dois jornais nos quais há coberturas assinadas, pelo menos para os assuntos mais relevantes do dia.

Neste indicador ainda nos itens 1 e 2 temos elementos para a primeira inferência de nível de qualidade das matérias publicadas sobre o conflito, a partir da ferramenta construída. Matérias com assinaturas de agências são abrangentes e não contemplam o local. Os jornais usaram textos de grandes sucursais como Brasília (DF) e São Paulo (SP) para tratar de um assunto ocorrido na sua vizinhança, a poucos quilômetros de distância.

Quando o jornalista trata do assunto diretamente com a fonte, além de produção local sobre o fato a ser relatado em notícia de jornal há ainda outro fenômeno: a informação circula na comunidade local com mais facilidade. As Agências de Notícias vendem o mesmo

conteúdo para todo o território nacional e às vezes, internacional. A reprodução de um mesmo conteúdo não chama a atenção para a leitura, para o debate e pode provocar apatia da comunidade local sobre assuntos que deveriam assumir elevado grau de importância na ordem do dia.

Produção local de matérias indica qualidade no texto jornalístico publicado em jornais como O Estado e O Progresso, que trabalham com assinatura de textos para as matérias de maior importância na edição. Portanto o indicador mostra possibilidade de inferência de qualidade da matéria.

No item 3 da ferramenta quando as fontes primárias passam a receber categorização e a aplicação permite perceber se há ocorrência ou não destas categorias, o primeiro indicador trata do número total de fontes. Cada texto é revelado em seu total de fontes neste indicador e possibilita a amplitude de observação acerca do campo de colheita de informações. Matérias com uma, duas e três fontes foram as campeãs de estatísticas nesta categoria e permite constatar que o número de fontes usadas para a produção das matérias sobre o conflito é baixo e portanto não consegue contemplar fontes opostas como as fontes oficiais e não oficiais ou mesmo uma fonte secundária com um especialista.

Em coberturas de conflitos há ao menos duas versões a serem relatadas em uma notícia e portanto aquelas matérias que utilizam apenas uma fonte de informação para o relato da notícia evidencia a publicação do fato sob o olhar de apenas um dos lados envolvidos no conflito.

Quanto maior o número de fontes usadas na matéria mais próximo o texto poderá estar contemplado neste indicador de qualidade. Mas esta é uma categoria que não pode ser considerada isoladamente pois há casos analisados nesta pesquisa, um deles citado acima, em que há alto índice de fontes na matéria mas todas estão inseridas em uma mesma categoria que será listada a seguir, de fontes oficiais, e compartilham do mesmo discurso acerca do tema. No caso citado são todos membros dos poderes constituídos que definem o episódio da Fazenda Buriti como invasão de propriedade privada e reforçam pedidos que levem à coação dos índios.

O indicador que traz o número de fontes usadas nas matérias é passível de ser associado com o índice de qualidade mas não pode ser considerado separadamente. O dado

deve contribuir para a medição de qualidade quando estiver associado a outros indicadores, como os listados nesta ferramenta.

Matérias que apresentavam relatos contraditórios também foram observadas dentro de um indicador sobre fontes concordantes e discordantes. Houve baixa ocorrência de matérias discordantes o que nos traz uma verificação bastante preocupante. O princípio do contraditório deve ser utilizado em coberturas jornalísticas e seu uso é ainda mais essencial quando a pauta é a cobertura de conflitos.

É possível inferir que matérias com o contraditório possuam maior carga de qualidade em detrimento daquelas que apresentem a mesma versão dos fatos, mesmo com fontes diferentes. É no contraditório que se consegue a visão tridimensional do fato a ser relatado. Com fontes concordantes, se obtém uma visão unilateral do acontecimento.

Grande parte das matérias privilegiaram versões de fontes oficiais, como veremos a seguir, o que trouxe à cobertura do conflito na Fazenda Buriti um tom oficialismo dirigido à classe de produtores rurais.

As fontes humanas, documentais e eletrônicas, outro indicador de qualidade proposto na ferramenta apresentou alto índice de fontes humanas, mas as eletrônicas ganharam destaque na estatística ao reforçar a assinatura de matérias com Agências de Notícias ou ainda informações colhidas na internet.

Mais uma vez, a exemplo do número de fontes nas matérias, ocorre que isoladamente este indicador não traz elemento objetivo para aferição de qualidade ou não do texto a partir da observação das fontes utilizadas, mas permite discussões que são complementadas com outras categorias, como o caso de assinatura de matérias e a classificação da recolha das informações de forma direta ou indireta por parte do jornalista. É um indicador, portanto, complementar à outras categorias.

Mesmo exemplo é aplicado às fontes regionais, nacionais e internacionais. O indicador aponta a alta utilização de fontes regionais, mas que podem ter seu discurso publicado de forma indireta, a partir da mediação de uma Agência de Notícias, por exemplo, ou pela citação de outro veículo de comunicação.

Traz dados sobre a posição geográfica em que as fontes se encontram mas não podem ser atribuídos quesitos de qualidade isolados. No entanto, a presença da fonte regional

se faz necessária para a descrição dos fenômenos regionais, mas esta não é uma máxima de qualidade por conta de o indicador não reunir força de inferência de forma isolada, o caminho então é trabalhar com tendências.

Por exemplo, houve matérias em que apenas o ministro da Justiça ou demais autoridades do Governo Federal foram ouvidos para a produção das matérias, sem que nenhuma fonte regional tivesse sido consultada. A tendência é de que a matéria perca força de qualidade pois a fonte regional poderia estabelecer relatos mais próximos da realidade do conflito local.

As fontes não identificadas poderiam ser reveladas nas matérias selecionadas com a aplicação da ferramenta. Houve baixa ocorrência destas fontes nas análises e portanto o índice de qualidade neste indicador é alto. Fontes não identificadas não seriam relevantes para a produção de conteúdo sobre a cobertura da questão indígena pois a informação perderia a credibilidade diante de versões oficiais sobre o episódio, muitas vezes tratado como invasão de propriedade privada, sem considerar o cerne da questão indígena e de terras em Mato Grosso do Sul. Muitas lideranças indígenas, assim como ruralistas e suas respectivas entidades de classe, fixaram posição acerca do ocorrido e declaradamente expuseram suas versões, ora de reocupação de terras tradicionais, ora de invasão de propriedade. Portanto, fontes não identificadas perderiam o sentido nesta cobertura.

O indicador de fontes diretas e indiretas apontam para a aproximação do jornalista com a fonte e o ponto de qualidade está verificado naqueles conteúdos produzidos a partir de fontes diretas ou seja, aqueles em que o jornalista teve relação estreita com a fonte de informação, sem mediação de conteúdo.

Houve a verificação de mais de uma ocorrência em alguns textos, principalmente naqueles em que o jornalista apura parte do fato e assina a matéria com Agências de Notícias. No entanto, nas matérias assinadas e com maior número de fontes relatadas o nível de fontes obtidas de forma direta pode ser verificado.

A ferramenta se propôs a categorizar as fontes a partir de sua classificação em oficiais e não oficiais. Dentro dessas classificações coube ainda a divisão de oficiais estatais e não estatais e ainda oficiosas. O indicador de qualidade neste indicador funciona a partir da contemplação de pelo menos mais de uma categoria. Aquelas matérias produzidas explicitamente com uma categoria, como por exemplo, notícias veiculadas sobre o conflito

com a versão única da Famasul, perdem qualidade pois não há contraponto de liderança indígena, ou entidade de classe indígena, ou outra fonte classificada em categorias como a não oficial, ou a oficiosa, como índios ou mesmo testemunhas do fato.

O uso de fontes oficiais estatais na cobertura foi bastante alto e permite inferir que o conteúdo produzido apenas na perspectiva destas fontes perde a qualidade. As fontes oficiais defendem posições estratégicas e têm interesse político, embora tivessem de operar em favor das sociedades democráticas. Por isso, é necessário contraponto à fonte oficial e não isolar seu discurso em uma matéria.

Houve categorização de fontes não oficiais neste indicador o que permitiu a observação das maiores ocorrências nesta categoria. As fontes representativas, ou seja, aquelas ligadas à entidades mas que não podiam falar sobre elas, foram as mais pontuadas e demonstram a preocupação dos jornalistas em buscar informações sobre os fatos, mesmo fora das lideranças. No entanto, a ocorrência de fontes não oficiais ficou bem abaixo das oficiais.

As fontes secundárias, ou fontes especialistas, adicionais, tiveram a presença questionada nas matérias selecionadas e apenas uma matéria, das 63, apresentou tal fonte. Seguramente, a presença de fonte neste indicador apresenta qualidade ao texto jornalístico. É a partir do discurso do especialista que se pode entrelaçar versões oponentes numa perspectiva de análise e de contextualização do fato apresentado na matéria. O baixo índice de matérias com fontes contraditórias está associado ao índice quase inexistente de matérias com a presença de fontes adicionais.

O indicador de fontes promotoras, provocadas e implicadas tinha o objetivo de perceber a imposição de discursos. Houve grande ocorrência de discurso promotor, ou seja, a cobertura jornalística esteve situada na faixa em que as fontes geram as notícias e não o contrário.

Os primeiros definidores citados por Hall et al. (2000) aparecem neste processo. As fontes promotoras são aquelas que convocam coletivas de imprensa como as polícias e autoridades do executivo e legislativo, entidades de classe organizadas como as dos ruralistas. Elas aparecem em grande número de matérias por conta de convocação de coletivas ou de recrutamento da imprensa a partir da divulgação de releases por meio de suas assessorias de imprensa com versões prontas para explicar o fato.

A faixa de oferta de conteúdo é a faixa dos promotores de notícias e a qualidade dos textos produzidos a partir de promoção de conteúdos é certamente mais baixo em detrimento de conteúdos coletados pela mídia. Quando a imprensa exerce o poder de busca de informações, que pode também agregar os conteúdos oferecidos, ela abre caminho para a independência de produção de notícias e assim se estabelece como pilar de sociedades democráticas. As fontes provocadas e implicadas entram nesta faixa de busca de informações por parte do jornalista. Portanto, maior a ocorrência delas neste indicador, maior a atribuição de qualidade.

Fontes não mencionadas eram objeto de curiosidade da ferramenta a partir de descrição de Fontcuberta (2010) citada nesta pesquisa. Fontes não mencionadas despencam a qualidade do indicador pois a informação é dada, mas a fonte não é citada. Mas, nas matérias selecionadas a ocorrência destas fontes foi bastante baixa.

Quase todas as matérias tiveram citação textual o que atribuiu qualidade aos textos. Quando se faz referência direta à fala ou ao documento consultado há aproximação mais efetiva entre o leitor e a fonte de informação.

Ferramenta e seu potencial de avaliação

Dos indicadores construídos, quase todos tiveram força de avaliação de presença de qualidade das fontes utilizadas na produção das matérias selecionadas. Os indicadores “número de fontes”; “humanas, documentais e eletrônicas” e “regionais, nacionais e internacionais” não possuem caráter indicativo de qualidade separadamente, mas trazem tendências que podem exibir os mesmos dados coletados nos indicadores de força para aferição de qualidade, como a relação entre a categoria “regionais, nacionais e internacionais” com as fontes “diretas e indiretas”. Pode ainda permitir análises como o emprego de fontes eletrônicas e a atuação do trabalho de campo do jornalista.

A categoria de assinatura de matérias seria um instrumento de identificação, a exemplo dos demais quesitos nos itens 1 e 2, mas foi elevado à item de aferição de qualidade por conta de mostrar a aproximação do jornalista com o fato a ser narrado.

A cobertura do conflito na Fazenda Buriti, a partir da aplicação da ferramenta, recebeu classificação negativa nos seguintes indicadores:

- Autoria de matérias;

- Número de fontes;
- Concordantes – discordantes;
- Oficial – não oficial;
- Secundárias;
- Promotoras, provocadas e implicadas;

E classificação positiva em:

- Fontes não identificadas
- Diretas – indiretas
- Fontes não mencionadas
- Citação textual

As categorias de “humanas, documentais e eletrônicas” e “regionais, nacionais e internacionais” não exibiram possibilidade de enquadramento em classificações negativa ou positiva, pois isoladamente, não expressam dados para tal inferência, ao contrário do indicador “número de fontes” em que se pode verificar a ocorrência objetiva de necessidade, de no mínimo, duas fontes para a cobertura do conflito e assim evidenciar este indicador como positivo ou negativo.

O balanço negativo das matérias produzidas ao longo do conflito fica mais exposto no saldo final da aplicação desta ferramenta. Discursos com tom oficial, com a mídia convocada, sem versões do contraditório e ainda com a publicação de conteúdos mediados por agências, sem acesso do jornalista às fontes de informação, contribuem para a perda de qualidade dos textos publicados.

São pontos positivos a pouca utilização de fontes não identificadas e não mencionadas – que por ora, numa escala de classificação de importância de avaliação, teriam menos pontos do que categorias que investigam a distribuição de fontes oficiais, ou promotoras, pois tais indicadores reúnem maior carga de direcionamento do texto. Por isso, o balanço negativo é ainda mais explícito do que o positivo.

A citação textual é ponto positivo e foi usada em quase todas as matérias, mesmo aquelas com conteúdo mediado por outro veículo de comunicação ou agências.

As fontes diretas ganharam proporção de destaque na aferição de resultados desta ferramenta, embora em categorias anteriores à exposição da mediação de conteúdo, ou seja, a

obtenção de conteúdo indireto tenha ficado explicitado. A explicação para o fenômeno é de que em matérias assinadas, as fontes citadas foram em maior número e por isso contemplaram mais indicadores diretos. No entanto, trabalhos posteriores a este podem tentar lapidar melhor o indicador a fim de não gerar dados desconstruídos e categorizar melhor este indicador. Talvez uma subdivisão do item “direto e indireto” possa trazer informações mais objetivas.

A ferramenta mostrou-se capaz de medir dados positivos e negativos ao levantar informações sobre as fontes mencionadas nos textos publicados. Mas a eficácia da ferramenta parece ser melhor quando há análise de um fluxo de notícias, pois além das respostas de cada ficha de aplicação, há estatísticas da cobertura que permitem criar uma melhor dinâmica de análise. Entretanto, a aplicação isolada da ferramenta pode proporcionar uma leitura sobre o texto produzido a partir de suas fontes e uma rápida visualização sobre os campos contemplados, ou não, na produção da notícia.

Esta visualização pode permitir ao jornalista a identificação de fontes a serem consultadas para que o conteúdo produzido possa estar mais próximo da tridimensão do fato – matéria prima para a construção da notícia.

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasceu da necessidade de creditar às fontes de informação status de relevância na construção das notícias. Com poucas referências na literatura sobre categorização destas, que são pilares de sustentação na produção da notícia, e da relação delas com a qualidade do texto jornalístico no jornal impresso, o trabalho teve como objetivo a construção de uma ferramenta que reunisse uma tipologia de fontes e as relacionasse como indicadores de qualidade em um texto jornalístico.

O desafio foi elaborar categorias objetivas de análise de notícias publicadas em jornais impressos. As categorias mostraram-se satisfatórias em indicar parâmetros para utilização de fontes nas matérias ao apontar para recursos para se alcançar o equilíbrio e diversidade de opiniões sobre o fato a ser relatado.

Há de se considerar, entretanto, o material subjetivo do qual é composto o texto jornalístico e que pode indicar uma variação de significados. Por isso, a aplicabilidade em mais de uma matéria – ou seja, em um fluxo de notícias publicadas, pode aproximar mais a ferramenta de resultados satisfatórios ao desenhar estatísticas de cobertura e mostrar o perfil de fontes usadas ao longo das notícias selecionadas. Assim, conseguimos trabalhar com tendências verificadas em mais de uma matéria, o que permite ajustar, com melhor índice de acerto, as classificações elencadas na ferramenta.

Ao trabalhar com o sentido de jornalismo para a construção de sociedades democráticas, a diversidade de discurso se faz fundamental. A ferramenta pode ser usada como um indicador de verificação de distribuição de fontes no texto publicado e assim apontar para a necessidade de recolha de informação com determinados setores – talvez negligenciados pela imprensa – para que atributos de diversidade de discursos sejam atendidos pelo produto jornalístico.

Sua aplicação de forma prática em redações, por exemplo, é instrumento que auxilia na avaliação de conteúdos no dia a dia, quando a produção é limitada muitas vezes pelo fator tempo como descrito no paradigma das Rotinas Produtivas. Também há de se considerar a ampla oferta de versões oficiais estatais e empresas, via assessoria de imprensa, que muitas vezes são as únicas a serem cogitadas para a produção do texto.

No caso do fluxo de notícias analisado por este trabalho, e embora o objeto desta pesquisa tenha sido a construção da ferramenta, é pertinente acrescentar que na cobertura

jornalística sobre o conflito na Fazenda Buriti houve certo grau de representação de fontes indígenas envolvidas no debate, mas a grande maioria das fontes – como citado, oficiais e promotoras, passaram a dar o tom da discussão e as notícias não exibiram as nuances contraditórias. Os discursos oficiais precisam ser colocados em frente ao contraditório. Só assim, as soluções para a disputa de terras em Mato Grosso do Sul podem ser efetivamente discutidas com base na sociedade democrática.

A imprensa exerce papel fundamental no agendamento de pautas a serem colocadas na esfera pública. Sem a representação de fontes que permitem a leitura do contraditório, a pauta esvazia-se em seu potencial de exposição de conflitos, como é o caso da questão de posse de terras em MS.

Apresentar ao leitor a diversidade cultural dos grupos indígenas – aqui os terena – e seu modo de interpretação dos fatos não foi trazido em nenhuma das 63 matérias analisadas, por meio de suas fontes, durante a aplicação da ferramenta.

O que vimos no fluxo de cobertura do conflito foi a tentativa de enquadramento da realidade não índia aos indígenas, como o sentido de propriedade privada colocado à frente de significações de territórios sagrados e tradicionais que uma vez já pertenceram aos grupos.

Foi comum as fontes oficiais, principalmente as estatais, esbravejarem que a saída seria mais uma vez a defesa mais agressiva e ampliada da posse de terras, calcadas em documentos concedidos pelos governos no início do século 20. Mas a imprensa também reconheceu a situação de impasse ao permitir, no fluxo de notícias, discursos de lideranças e entidades pró-índios depois de cobrir situação de violência em conflito armado durante a reintegração de posse na Fazenda Buriti e também com o reconhecimento do impasse por meio de fontes oficiais estatais do governo federal.

No entanto, não houve o cruzamento das informações na produção dos textos, mas a divulgação de conteúdos em matérias isoladas, na grande maioria das vezes.

No jornalismo impresso, o cruzamento de opiniões de fontes contraditórias em um só conteúdo força o caminho para a apresentação de alternativas para a solução e para destravar a pauta. É na cobertura do conflito que fontes representativas como as secundárias podem apresentar desdobramentos de conciliação para as autoridades públicas, ruralistas e índios.

A perspectiva de contribuição da ferramenta se faz ao apontar de forma objetiva o lapso de diversidade de fontes usadas no fluxo de matérias selecionadas. Se há discursos que não são contemplados, ou se há fontes privilegiadas na construção da notícia, o jornalismo perde o poder de agendamento do espaço público de questões pertinentes à sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- AMARAL, L. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-D.C. Luzzatto, 1996.
- BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A História do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000. (Relatório CNPQ).
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. São Paulo: Summus Editorial, 1994.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI-MS). **As violências contra os povos indígenas em MS**. Campo Grande: CIMI, 2011. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=publicacoes&cid=30>>. Acesso em 01 de Out de 2013
- FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia**:pistas para percebirel mundo. Barcelona: Pai dós Papeles de Comunicación, 2010.
- GANS, Herbert J. **Deciding what's news**: a study of CBS Evening News, NBC News, Newsweek, and Time. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2004.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Tchê!,1987.
- GUERRA, Josenildo Luiz. **Gestão da produção jornalística**.São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2012.
- HALL, Stuart et al. A produção social das notícias:o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e estórias. Lisboa: Wega, 2000.
- HERBOLATO, Mario L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação captação e edição no jornal diário. São Paulo: Ática, 2008
- JESÚS, M. Flores; LÓPEZ, Luis María Mirón. **Prensa gratuita y calidad informativa**. Madrid: Ediciones FIEC1, 2009.
- KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**: São Paulo: Vozes, 2008.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL. **Tekohá**. Campo Grande: MPF, 2012. Disponível em: <Em <http://www.prms.mpf.mp.br>>. Acesso em 01 de Out de 2013.
- MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. **News as purposive behavior**: on the strategicus e of routine events, accidents, and scandals. American Sociological Review, 1974.

ORGANIZAÇÕES Globo. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. Rio de Janeiro: Organizações Globo, 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em 01 de Out de 2013.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011. Disponível em: <http://iscom.com.br/combook/fontes>. Acesso em: 01 de Out de 2013.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005. 1 v.

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e histórias**. Lisboa: Wega, 2000.

UNESCO. **Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação**. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163102por.pdf>>. Acesso em 01 de Out de 2013.

WILSON, Gomes; ROUSILEY, C.M. Maia. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Coleção Comunicação Paulus, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

.

ANEXOS

ANEXO A: LISTA DE FONTES USADAS NAS MATÉRIAS SELECIONADAS
Polícia Federal, Funai, dona da fazenda
Famasul
Funai, Igreja, Governo, PF, PM, Procuradoria, funcionário da funerária
Ministro e deputado
Polícia Federal, Funai, Justiça , CIMI, CDDH, G1 e Campograndenews
Presidente da Famasul
Dois deputados estaduais; 3 senadores; 3 deputados federais, assessoria; Ministra
Dono fazenda, delegado PC
Comandante PM, presidente CIMI, coronel Gicgoe
Juiz CNJ, líder Terena
Funai e CNA
Funai, Laudo médico legista e Recordnews
Juiz CNJ, presidente Acrissul, presidente Famasul, dois líderes indígenas
Presidenta da República, ministra Casa Civil
Presidente Famasul, presidente Acrissul, dep. Federal, esposa de dono da fazendaBuriti
Agência Estado, CGnews, 2 caciques, líder indígena, irmão do índio morto, Funai
cacique, decisão juíza
Ministra chefe Casa Civil, secretário geral CNBB
Presidente Famasul, dono da fazenda Cambará
Funai, Midiamax, fazendeiros, Secretário Justiça MS
Líder indígena, capitão indígena
Seis deputados estaduais, ministra chefe Casa Civil
Procuradores da República em MS e no Pará
Ministro-chefe da Secretaria Geral da República

Decisão juíza, Funai, líder indígena, MST nacional e MS, OAB, procurador, índio vereador
Ministro da Justiça, advogado geral da União
Presidente do Sindicato Rural, técnico em enfermagem, secretário de governo de Sidrolândia, B.O.
Ministro da Justiça, Assessoria Ministério da Justiça e Dep.Estadual
Ministro da Justiça, governador de MS
Advogado do fazendeiro, líder indígena, índio, comandante pelotão PM Sidrolândia
Ministro, coordenador MST-MS, assessoria Incra
Médico
Vídeo internet, capitão Aldeia Jaguapiru, presidente e diretor Sindicato Rural Dourados, presidente do Movimento Nacional dos Produtores, líderes indígenas
Comandante PM, coordenadora substituta Funai
Dois deputados, ministro, Governador em entrevista à TV
Deputado federal
Índio, líder MST, Famasul
Presidente MNP
Ministro da Justiça, Secretário Nacional de Articulação Social, cacique, índio irmão de Oziel
Portaria Ministério da Justiça em Diário Oficial, major Força Nacional, 2 líderes indígenas e comandante PM
Secretário Municipal Saúde, diretora Vig. Sanitária, militantes, membro do MST e índio
Nota assessoria Funai
Major Força Nacional
Dono Fazenda Buriti, vice presidente e representante da MNP
Espectador e espectadores, índios e diretora Fetagri-MS
Técnico enfermagem, Funai, médico
Nota Funai, nota Ministério da Justiça, secretário geral da Presidência

Deputado federal presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária
Comandante pelotão PM Sidrolândia, nota assessoria PF
Coordenador MST-MS, presidente MNP, presidente Sindicato Rural Sete Quedas e Arcebispo
Presidente CIMI-MS, índio testemunha conflito, nota PF
Presidente Famasul
Dono Fazenda Buriti e portaria Iagro em Diário Oficial
Índio Kaiowá, índio Terena, senador de MS,
Presidente Câmara, Deputado Federal
Dois senadores, 2 deputados federais e 2 líderes indígenas
Deputado Estadual, presidente Famasul, deputado federal
Ministro da Justiça, delegado PF
Desembargador MS, ministro Justiça e advogado Famasul
Senadora (TO) presidente da CNA
Deputado federal
Desembargador, advogado Famasul, líder Kaiowá
Senadora (TO) presidente da CNA, 2 deputados federais (MS), Famasul e dono Faz. Buriti

FONTES MAIS FREQUENTES E NÚMERO DE OCORRÊNCIAS EM MATÉRIAS
Deputados Estaduais e Federais: 25 vezes
Índios: 27 vezes
Ministros: 16
Funai: 11
Famasul: 10
Senadores: 8
Polícia Federal: 6
Polícia Militar: 6
Donos Fazenda: 6
MST: 5
CIMI: 3
Acrissul: 3

ANEXO B: FICHAS DE APLICAÇÃO DA FERRAMENTA

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 16-05-2013 Editoria: Cidades Página: A5					
2. Matéria	Título: "Índios invadem fazenda em Sidrolândia, PF é acionada" Tamanho: 2 colunas Autoria: Heloisa Lazarini Foto () sim (X) não Chamada de capa (X) sim () não Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3 Concordantes () Discordantes (X) Humana (X) Documental () Eletrônica () Regionais (X) Nacionais () Internacionais () Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias					
	Direta(X) Polícia Federal, Funai, dona da fazenda	Indireta()	Oficial Estatual (X) Quais: Polícia Federal, Funai	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante (X) - dona da fazenda Familiar () Outro veículo de comunicação () Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
	Promotora () Quais: Provocada (X) Quais: PF, Funai Implicada (X) Quais: Dona da fazenda					
	3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?					
	Sim (X) Não () Quais: índios são mencionados pelo discurso indireto					
	3.6 Há citação textual ?					
	Sim (X) Não () De quais fontes: PF, Funai e dona da fazenda					

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 16-05-2013 Editoria: Polícia Página: E4					
2. Matéria	Título: "Índios invadem terra de ex-deputado" Tamanho: 2 colunas Autoria: "De Dourados com Agência Estado" Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☒ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias					
	Direta ☐	Indireta ☒ Famasul	Oficial Estatal ☒ Quais: Famasul	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☐ Familiar ☐ Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: Famasul						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☐ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☐ Não ☒ De quais fontes:						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 31-05-2013 Editoria: Cidades Página: A5					
2. Matéria	Título: “Índios retornam a fazenda, saqueiam e põem fogo” Tamanho: 6 colunas – Página inteira Autoria: Heloisa Lazarini Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 7					
	Concordantes () Discordantes (X)					
	Humana (X) Documental () Eletrônica (X)					
	Regionais (X) Nacionais () Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias					
	Direta(X) Funai, Igreja, Governo, PF, PM, Procuradoria, funcionário da funerária	Indireta()	Oficial Estatal (X) Quais:Funai, Governo, PF, PM, Procuradoria	Oficial não estatal(X) Quais: Igreja	Oficiosa () Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: -Testemunha () -Representativa (X) – funcionário funerária -Personagem () -Denunciante () -Familiar () -Outro veículo de comunicação () -Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora () Quais:						
Provocada (X) Quais: Funai, Igreja, Governo, PF, PM, Procuradoria						
Implicada (X) Quais: Funcionário da Funerária						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: Bispo, PM, PF, Funai, Governo e Procuradoria.						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 31-05-2013 Editoria: Cidades Página: A4					
2. Matéria	Título: "Ministro determina instauração de inquérito para apurar morte de índio" Tamanho: 4 colunas Autoria: Agência Estado Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes () Discordantes (X)					
	Humana (X) Documental () Eletrônica (X)					
	Regionais () Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta ()	Indireta (X) Ministro via Ag. Estado e deputado via Folhapress	Oficial Estatual (X) Quais: Ministro, Deputado	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () Personagem () Denunciante () Familiar () Outro veículo de comunicação () Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora (X) Quais: ministro e deputado						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: Ministro, Deputado						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 01-02-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D5					
2. Matéria	Título: "Famasul quer barrar conflitos indígenas" Tamanho: 5 colunas Autoria: Elvino Lopes, de Campo Grande Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes(X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais () Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Presidente da Famasul	Indireta()	Oficial Estatal (X) Quais:Famasul	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () Familiar () Outro veículo de comunicação () Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: Famasul						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não () De quais fontes: presidente da Famasul						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 01-02-06-2013 Editoria: Política Página: A3					
2. Matéria	Título: "Incidentes na Fazenda Buriti levam deputados de MS a cobrarem União" Tamanho: 4 colunas Autoria: Ludyne Moura e Humberto Marques Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 9					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental (X) Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta (X) 2 deputados estaduais; 3 senadores; 3 deputados federais, assessoria; Ministra	Indireta ()	Oficial Estatual (X) Quais: 2 deputados estaduais; 3 senadores; 3 deputados federais, assessoria; Ministra	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () Familiar () - Outro veículo de comunicação () Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: deputado estadual Kemp						
Provocada (X) Quais: todos os demais						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não () De quais fontes: 2 Deputados Estaduais, 1 Dp. Federal, 2 senadores						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 01-02-06-2013 Editoria: Cidades Página: B6					
2. Matéria	Título: "Índios ocupam mais uma fazenda" Tamanho: 6 colunas Autoria: Ana Luiza Vieira Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não- Manchete Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☒ sim ☐ não – vizinhos da fazenda					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Dono fazenda, delegado PC	Indireta ☒ Vizinhos da fazenda	Oficial Estatat ☒ Quais: delegado PC	Oficial não estatutal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☒ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☒ – dono e vizinhos fazenda Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora ☐ Quais:						
Provocada ☒ Quais: dono fazenda, vizinhos,						
Implicada ☒ Quais: delegado PC						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐						
De quais fontes: delegado, dono fazenda						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 01-02-06-2013 Editoria: Cidades Página: B6					
2. Matéria	Título: "PM afirma que policiais portavam, (sic) armas de fogo mas não usaram" Tamanho: 2 colunas Autoria: João Conrado Kneipp Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não- Manchete Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes ☐ Discordantes ☒					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Comandante PM, presidente CIMI, coronel Gicgoe	Indireta ☐	Oficial Estatal ☒ Quais: Comandante PM, coronel Gicgoe	Oficial não estatal ☒ Quais: presidente CIMI	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☐ Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☐ Quais: Provocada ☒ Quais: todas Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: PM, Gicgoe e CIMI						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 01-02-06-2013 Editoria: Cidades Página: B6					
2. Matéria	Título: "Juiz do CNJ chega a MS para mediar conflito entre indígenas e fazendeiros" Tamanho: 4 colunas Autoria: Carlos Henrique Wilhelms Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não- Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes ☐ Discordantes (X)					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta(X) Juiz CNJ, líder Terena	Indireta ☐	Oficial Estatal (X) Quais: juiz CNJ	Oficial não estatal (X) Quais: líder Terena	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☐ Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: Juiz CNJ Provocada (X) Quais: líder Terena Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						

	Sim (X) Não () De quais fontes: Juiz CNJ e Líder Terena
--	--

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 01-02-06-2013 Editoria: Política Página: A4					
2. Matéria	Título: "Dilma convoca ministros para discutir conflitos com indígenas em MS" Tamanho: 3 colunas Autoria: Agência Estado Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes ☐ Discordantes ☒					
	Humana ☐ Documental ☒ Eletrônica ☒					
	Regionais ☐ Nacionais ☒ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☐	Indireta ☒ Quais: Funai e CNA	Oficial Estatal ☒ Quais: Funai e CNA	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ Personagem ☐ Denunciante ☐ Familiar ☐ Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora ☒ Quais: todas						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐						
De quais fontes: Funai e CNA						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 03-02-06-2013 Editoria: Dia a dia Página: D7					
2. Matéria	Título: "Legistas chegam ao estado para periciar Oziel" Tamanho: 2 colunas Autoria: De Dourados Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana () Documental (X) Eletrônica (X)					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta()	Indireta(X) Quais: Funai, Laudo médico legista e Recordnews	Oficial Estatat (X) Quais:Funai	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa (X) Quais: Laudo médico legista	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () Familiar () - Outro veículo de comunicação (X) - Recordnews Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora () Quais:						
Provocada () Quais:						
Implicada (X) Quais: Funai, médico legista						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim () Não (X)						
De quais fontes:						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 03-02-06-2013 Editoria: Cidades Página: B1					
2. Matéria	Título: "Produtores rurais e indígenas fazem acordo temporário" Tamanho: 4 colunas Autoria: João Conrado Kneipp Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☒ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 5					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☒ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: Juiz CNJ, presidente Acrissul, presidente Famasul, dois líderes indígenas	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☒ Quais: Juiz CNJ, presidente Famasul	Oficial não estatal ☒ Quais: presidente Acrissul, dois líderes indígenas	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ Personagem ☐ Denunciante ☐ Familiar ☐ Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: Juiz CNJ Provocada ☒ Quais: todas as demais Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: todas						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 03-02-06-2013 Editoria: Política Página: A5					
2. Matéria	Título: “Dilma escala equipe para apaziguar conflito entre índios e produtores rurais” Tamanho: 3 colunas Autoria: Agência Estado Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana () Documental (X) Eletrônica ()					
	Regionais () Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta() Quais:	Indireta(X) Quais: presidenta da República, ministra Casa Civil	Oficial Estatal (X) Quais:presidenta da República, ministra Casa Civil	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () Familiar ()- Outro veículo de comunicação () - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: todas						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim () Não (X)						
De quais fontes:						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 04-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D7					
2. Matéria	Título: "Índios avisam que vão ignorar a Justiça branca" Tamanho: 4 colunas Autoria: De Dourados Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 7					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental (X) Eletrônica (X)					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta()	Indireta(X) Quais: Agência Estado, CGnews, 2 caciques, líder indígena, irmão do índio morto, Funai	Oficial Estatual (X) Quais: Funai	Oficial não estatal (X) Quais: Dois caciques, um líder indígena,	Oficiosa () Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () Familiar (X)-irmão índio morto Outro veículo de comunicação (X) – CGnews e Ag. Estado Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora () Quais: todas						
Provocada (X) Quais: Dois caciques, um líder indígena, Funai						
Implicada (X) Quais: irmão índio morto						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: 2 caciques, líder indígena, irmão índio morto						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 04-06-2013 Editoria: Política Página: A4					
2. Matéria	Título: "Ministra é a favor de mudanças em regras sobre demarcações" Tamanho: 3 colunas Autoria: Agência Estado Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não- Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica (X)					
	Regionais ☐ Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais:	Indireta (X) Quais: Ministra chefe Casa Civil, secretário geral CNBB	Oficial Estatutal (X) Quais: ministra	Oficial não estatutal (X) Quais: secretário CNBB	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☐ Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora (X) Quais: ministra						
Provocada (X) Quais: secretário CNBB						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐						
De quais fontes: ministra e secretário CNBB						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 05-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D7					
2. Matéria	Título: "Fazendeiros e índios entram em guerra no (sic) MS" Tamanho: 4 colunas Autoria: De Dourados com Agência Brasil Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto ☐ sim (X) não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 4					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica (X)					
	Regionais (X) Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais:	Indireta (X) Quais: Funai, Midiamax, fazendeiros, Secretário Justiça MS	Oficial Estatual (X) Quais: Funai, secretario	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ Personagem ☐ Denunciante (X) - fazendeiros Familiar ☐ Outro veículo de comunicação (X) - Midiamax Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☐ Quais:						
Provocada (X) Quais: Funai, secretário						
Implicada (X) Quais: fazendeiros						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☐ Não (X)						
De quais fontes:						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 05-06-2013 Editoria: Brasil-Mundo Página: 6					
2. Matéria	Título: “Carvalho diz que índios serão ouvidos sobre obras, mas sem direito a (sic) veto” Tamanho: 3 colunas Autoria: Tânia Moreira, Agência Estado, de Brasília Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☐ sim ☒ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☐ Documental ☐ Eletrônica ☒					
	Regionais ☐ Nacionais ☒ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais: ministro-chefe da Secretaria Geral da República	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☒ Quais: ministro-chefe da Secretaria Geral da República	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☐ - fazendeiros Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: ministro						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: secretário						

	Sim (X) Não () De quais fontes: decisão juíza, líder indígena, líder MST, coordenador MST, vereador, procurador, OAB
--	---

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 05-06-2013 Editoria: Política Página: A5					
2. Matéria	Título: "Governo envia Força Nacional a Sidrolândia" Tamanho: 5 colunas Autoria: Agência Estado com Iuri Guerrero (de Brasília) e Humberto Marques Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica (X)					
	Regionais ☐ Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta (X) Quais: Ministro em algumas citações	Indireta (X) Quais: Ministro em algumas citações, advogado geral da União citado pelo Ministro	Oficial Estatal (X) Quais: todas	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ Denunciante ☐ - fazendeiros Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: ministro Provocada ☐ Quais: Implicada (X) Quais: advogado geral da União						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐ De quais fontes: Ministro						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 05-06-2013 Editoria: Política Página: A5					
2. Matéria	Título: “Índio baleado e terenas queimam sede de três propriedades rurais” Tamanho: 1 coluna Autoria: João Conrado Kneipp e Sandra Luz Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 4					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☒ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: presidente do Sindicato Rural, técnico em enfermagem, secretário de governo de Sidrolândia, B.O.	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☒ Quais: secretário de gov., B.O.	Oficial não estatal ☒ Quais: presidente sindicato,	Oficiosa ☒ Quais: técnico em enfermagem	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ Personagem ☐ Denunciante ☐ fazendeiros Familiar ☐ Outro veículo de comunicação ☐ Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☐ Quais: Provocada ☒ Quais: secretário de gov., presidente Sindicato, Implicada ☒ Quais: técnico em enfermagem, B.O.						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: secretário gov , presidente do Sindicato						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 06-06-2013 Editoria: Cidades Página: A5					
2. Matéria	Título: “Vontade nós temos”, diz ministro da Justiça Tamanho: 6 colunas – Página inteira Autoria: Ludyneyn Moura Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias					
	Direta(X) Ministro da Justiça, governador de MS	Indireta()	Oficial Estatal (X) Quais: Ministro da Justiça, governador de MS	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha () Representativa (X) - Personagem () Denunciante () Familiar () Outro veículo de comunicação () Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: Ministro, Assessoria Ministério da Justiça Provocada () Quais: Implicada (X) Quais: Governador						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não () De quais fontes: Ministro, Governador						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 06-06-2013 Editoria: Cidades Página: B1					
2. Matéria	Título: "Índigena ferido por tiro corre o risco de ficar paraplégico" Tamanho: 2 colunas Autoria: João Conrado Kneipp Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais (X) Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta(X) Quais: médico	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatul ☐ Quais:	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa (X) Quais: médico	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
	Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora () Quais:						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada (X) Quais: médico						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐						
De quais fontes: médico						

	Sim (X) Não ()
	De quais fontes: capitão, coordenador e presidente Sindicato Rural, presidente do Movimento Nacional dos Produtores

1. Identificação	Jornal: O Progreso Data: 07-06-2013 Editoria: Polícia Página: 7					
2. Matéria	Título: "Força vai controlar acessos às fazendas" Tamanho: 2 colunas Autoria: De Dourados Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta() Quais:	Indireta (X) Quais:comandante PM, coordenadora substituta Funai	Oficial Estatal (X) Quais: comandante PM, coordenadora substituta Funai	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () - Familiar ()- Outro veículo de comunicação () - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: comandante PM, coordenadora substituta Funai						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: comandante PM, coordenadora substituta Funai						

1. Identificação	Jornal: O Progreso Data: 07-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: 6					
2. Matéria	Título: "Reinaldo acusa omissão do governo federal" Tamanho: 2 colunas Autoria: De Brasília Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais () Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Quais: deputado federal	Indireta() Quais:	Oficial Estatual () Quais:	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () Denunciante () - Familiar ()- Outro veículo de comunicação () - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora (X) Quais: deputado federal						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: deputado federal						

1. Identificação	Jornal: O Progreso Data: 07-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: 4					
2. Matéria	Título: "Manifestantes acampam no campus da UFMS" Tamanho: 2 colunas Autoria: AE Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental (X) Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta () Quais:	Indireta (X) Quais: índio, líder MST, Famasul	Oficial Estatal (X) Quais: Famasul	Oficial não estatal (X) Quais: MST	Oficiosa () Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha () Representativa (X) - índio Personagem () Denunciante () - Familiar () - Outro veículo de comunicação () - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: MST, índio						
Provocada () Quais:						
Implicada (X) Quais: Famasul						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não () De quais fontes: MST, índio						

1. Identificação	Jornal: O Progreso Data: 07-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: 4					
2. Matéria	Título: "Produtores organizam mobilização na Capital" Tamanho: 2 colunas Autoria: De Dourados Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☐ sim ☒ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais:	Indireta ☒ Quais: presidente MNP	Oficial Estatual ☒ Quais: presidente MNP	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ Personagem ☐ Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: presidente MNP						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☒ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: presidente MNP						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 07-06-2013 Editoria: Política-Geral Página: A5					
2. Matéria	Título: "Governo cria fórum para debater demarcações" Tamanho: 6 colunas Autoria: Iuri Guerrero, de Brasília Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 4					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta(X) Quais: ministro da Justiça, Secretário Nacional de Articulação Social, cacique, índio irmão de Oziel	Indireta(☐) Quais:	Oficial Estatal (X) Quais: ministro da Justiça, Secretário Nacional de Articulação Social	Oficial não estatal (X) Quais: cacique	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha ☐ Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar (X)- índio irmão de Oziel Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: ministro da Justiça, Secretário Nacional de Articulação Social, Provocada (X) Quais: cacique Implicada (X) Quais: índio familiar						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐ De quais fontes: todas						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 07-06-2013 Editoria: Política-Geral Página: B3					
2. Matéria	Título: "Força Nacional permanece seis meses em MS" Tamanho: 6 colunas Autoria: João Conrado Kneipp Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 5					
	Concordantes(X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental (X) Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Quais: portaria Ministério da Justiça em Diário Oficial, major FN, 2 líderes indígenas e comandante PM	Indireta() Quais:	Oficial Estatal () Quais: portaria Ministério da Justiça em Diário Oficial, major FN, comandante PM	Oficial não estatal (X) Quais: 2 líderes indígenas	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () Representativa () - Personagem () - Denunciante () - Familiar () - Outro veículo de comunicação () - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: major FN, portaria, comandante PM Provocada (X) Quais: 2 líderes indígenas Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não () De quais fontes: todas, exceção portaria						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 07-06-2013 Editoria: Cidades Página: B1					
2. Matéria	Título: "Integrantes de marcha sofrem intoxicação" Tamanho: 6 colunas Autoria: Ana Luiza Vieira, Sandra Luz e Carlos Henrique Wilhelms Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 5					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais (X) Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada (X) sim ☐ não - militantes					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta(X) Quais: secretário Municipal Saúde, diretora Vig. Sanitária, militantes, membro do MST e índio	Indireta() Quais:	Oficial Estatal (X) Quais: secretário Municipal Saúde, diretora Vig. Sanitária	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa (X) Quais: membro MST	Não oficial (X) Qual tipo: Testemunha () - Representativa (X) - militantes Personagem () Denunciante (X) - índio Familiar ()- Outro veículo de comunicação () - Outros ()
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora () Quais: Provocada ☐ Quais: Implicada (X) Quais: todas						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐ De quais fontes: secretário, diretora, membro MST e índio						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 08-9 -06-2013 Editoria: Brasil Página: A7					
2. Matéria	Título: "Marta Azevedo pede demissão da Funai" Tamanho: 2 colunas Autoria: Marcelo Brandão, Agência Brasil, De Brasília Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☐ Documental ☒ Eletrônica ☒					
	Regionais ☐ Nacionais ☒ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais:	Indireta ☒ Quais: nota assessoria Funai	Oficial Estatual ☒ Quais: nota assessoria Funai	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora ☒ Quais: nota assessoria Funai						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐						
De quais fontes: nota assessoria Funai						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 07-8-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D6					
2. Matéria	Título: “Produtores de MS fazem manifestação pacífica contra invasões de terras” Tamanho: 5 colunas Autoria: Elvio Lopes – De Campo Grande Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3 Concordantes ☒ Discordantes ☐ Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐ Regionais ☒ Nacionais ☒ Internacionais ☐ Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: dono Fazenda Buriti, vice presidente e representante da MNP	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☐ Quais:	Oficial não estatal ☒ Quais: vice- presidente da MNP	Oficiosa ☒ Quais: representante MNP	Não oficial ☒ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☒ - dono fazenda Personagem ☐ Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
	Promotora ☒ Quais: todas Provocada ☐ Quais: Implicada ☐ Quais:					
	3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?					
	Sim ☐ Não ☒ Quais:					
	3.6 Há citação textual ?					
	Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: todas					

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 08-9 -06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D4					
2. Matéria	Título: "Marcha agrega manifesto da construção civil" Tamanho: 3 colunas Autoria: Elvio Lopes – De Campo Grande Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☒ sim ☐ não Chamada de capa com foto ☒ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 4					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☒ sim ☐ não – espectadores do evento e índios da Marcha					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: espectador e espectadores, índios e diretora Fetagri-MS	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☐ Quais:	Oficial não estatal ☒ Quais: diretora Fetagri-MS	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☒ Qual tipo: Testemunha ☒ - espectador, espectadores Representativa ☒ - índios Personagem ☐ Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: diretora Fetagri, índios Provocada ☐ Quais: Implicada ☒ Quais: espectador, espectadores						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: espectador do evento, diretora Fetagri-MS						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 08-06-2013 Editoria: Política Página: A5					
2. Matéria	Título: "Ruralistas prometem bloquear rodovias em todo o país" Tamanho: 2 colunas Autoria: Folhapress Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa ☐ sim ☐ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica (X)					
	Regionais ☐ Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais:	Indireta (X) Quais: deputado federal presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária	Oficial Estatal (X) Quais: deputado federal presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: deputado federal presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária Provocada ☐ Quais: Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X) Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐ De quais fontes: deputado federal presidente da Frente Parlamentar de Agropecuária						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 08-06-2013 Editoria: Política Página: A5					
2. Matéria	Título: "Força Nacional inicia patrulhas em região de conflito em MS" Tamanho: 3 colunas Autoria: Carlos Henrique Wilhelms Foto (X) sim () não Chamada de capa () sim (X) não Chamada de capa com foto () sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental (X) Eletrônica ()					
	Regionais (X) Nacionais () Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Quais: comandante pelotão PM Sidrolândia, nota assessoria PF	Indireta() Quais:	Oficial Estatal (X) Quais: comandante pelotão PM Sidrolândia, nota assessoria PF	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () - Representativa () - Personagem () - Denunciante () - Familiar () - Outro veículo de comunicação () - Outros () -
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora () Quais:						
Provocada (X) Quais:comandante pelotão PM Sidrolândia, nota assessoria PF						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: comandante pelotão PM Sidrolândia						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 08-06-2013 Editoria: Cidades Página: B5					
2. Matéria	Título: “Protestos invadem centro da Capital” e “Manifesto reúne 500 produtores rurais” Tamanho: 6 colunas Autoria: João Conrado Kneipp e Ludyney Moura Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 4					
	Concordantes ☐ Discordantes (X)					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta(X) Quais: coordenador MST-MS, presidente MNP, presidente Sindicato Rural Sete Quedas e Arcebispo	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal (X) Quais: presidente Sindicato Rural Sete Quedas	Oficial não estatal (X) Quais: coordenador MST-MS, presidente MNP e arcebispo	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: todas						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐						
De quais fontes: todas						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 12-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D7					
2. Matéria	Título: "Cimi questiona demora de laudo" Tamanho: 2 colunas Autoria: De Dourados, com Midiamax Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☐ sim ☒ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☒ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☒ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☐ Quais:	Indireta ☒ Quais: presidente CIMI-MS, índio testemunha conflito, nota PF	Oficial Estatual ☒ Quais: PF	Oficial não estatal ☒ Quais: CIMI	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☒ Qual tipo: Testemunha ☒ - índio Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: CIMI						
Provocada ☒ Quais: PF						
Implicada ☒ Quais: índio						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: CIMI, índio						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 12-06-2013 Editoria: Cidades Página: B3					
2. Matéria	Título: "Fazendeiros cobram 'atitude' da Justiça Federa contra as invasões indígenas" Tamanho: 1 coluna Autoria: Jucyllene Castilho Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☐ sim ☒ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: presidente Famasul	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☒ Quais: Famasul	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐ Quais ?					
3.4 As fontes são:						
Promotora ☒ Quais: Famasul Provocada ☐ Quais: Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒ Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐ De quais fontes: presidente Famasul						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 12-06-2013 Editoria: Cidades Página: B3					
2. Matéria	Título: "Circulação de animais em Sidrolândia será controlada" Tamanho: 1 coluna Autoria: Heloísa Lazarini Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☐ sim ☒ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☒ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: dono Fazenda Buriti e portaria lagro em Diário Oficial	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☒ Quais: Diário Oficial	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☒ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☒ - dono fazenda Personagem ☐ Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora ☒ Quais: todas						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐						
De quais fontes: dono fazenda						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 13-06-2013 Editoria: Brasil e Mundo Página: A7					
2. Matéria	Título: "Governo e indígenas do Estado de MS têm reunião em clima conciliatório" Tamanho: 6 colunas Autoria: Luana Lourenço, Agência Brasil (De Brasília) e Daiane Cardoso, Agência Estado (De Brasília) Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 4 Concordantes(X) Discordantes ☐ Humana (X) Documental ☐ Eletrônica (X) Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ☐ Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Quais: Índio Kaiojá, índio Terena, senador de MS	Indireta(X) Quais: presidente Câmara Deputados Federal	Oficial Estatal (X) Quais: senador, presidente Câmara	Oficial não estatal (X) Quais: dois líderes indígenas	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha () - Representativa ☐ - Personagem () - Denunciante () - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta () Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
	Promotora (X) Quais: todas Provocada ☐ Quais: Implicada ☐ Quais:					
	3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?					
	Sim ☐ Não (X) Quais:					
	3.6 Há citação textual ?					
	Sim (X) Não ☐ De quais fontes: senador e dois líderes indígenas					

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 13-06-2013 Editoria: Política Página: A3					
2. Matéria	Título: "Produtores rurais fazem ato contra criação de mais reservas em MS" Tamanho: 4 colunas Autoria: Ludyne Moura com assessoria Foto ☐ sim ☒ não Chamada de capa ☐ sim ☒ não Chamada de capa com foto ☐ sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes ☒ Discordantes ☐					
	Humana ☒ Documental ☐ Eletrônica ☐					
	Regionais ☒ Nacionais ☐ Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim ☒ não					
	3.2 Primárias ☒ sim ☐ não					
	Direta ☒ Quais: dep. Estadual, presidente Famasul, deputado federal	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatal ☒ Quais: dep. Estadual, presidente Famasul, deputado federal	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim ☒ não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora ☒ Quais: todas						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada ☐ Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não ☒						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim ☒ Não ☐						
De quais fontes: todas						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 14-06-2013 Editoria: Brasil Página: 7					
2. Matéria	Título: "Governo estuda usar terra do tráfico na solução de conflito em MS" Tamanho: 6 colunas Autoria: Luciano Nascimento, Agência Brasil, de Brasília Foto (X) sim ☐ não Chamada de capa (X) sim ☐ não - Manchete Chamada de capa com foto (X) sim ☐ não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 2					
	Concordantes (X) Discordantes ☐					
	Humana (X) Documental ☐ Eletrônica (X)					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ☐					
	Há fonte não identificada ☐ sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim ☐ não					
	Direta(X) Quais: ministro da Justiça, delegado PF	Indireta ☐ Quais:	Oficial Estatual (X) Quais: ministro da Justiça, delegado PF	Oficial não estatal ☐ Quais:	Oficiosa ☐ Quais:	Não oficial ☐ Qual tipo: Testemunha ☐ - Representativa ☐ - Personagem ☐ - Denunciante ☐ - Familiar ☐ - Outro veículo de comunicação ☐ - Outros ☐ -
	3.3 Secundárias ☐ sim (X) não					
	Direta ☐ Indireta ☐					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora (X) Quais: ministro						
Provocada ☐ Quais:						
Implicada (X) Quais: delegado PF						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim ☐ Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ☐						
De quais fontes: ministro						

1. Identificação	Jornal: O Estado Data: 14-06-2013 Editoria: Política Página: A4					
2. Matéria	Título: "Cardozo admite uso de áreas de traficantes para abrigar povos indígenas" Tamanho: 3 colunas Autoria: Iuri Guerreiro, De Brasília, com Agência Estado, Folhapress e CNJ Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não Chamada de capa com foto () sim (X) não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 3					
	Concordantes(X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica (X)					
	Regionais (X) Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Quais: desembargador MS, ministro Justiça e advogado Famasul	Indireta() Quais:	Oficial Estatal (X) Quais: desembargador MS, ministro Justiça e advogado Famasul	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () - Representativa () - Personagem () - Denunciante () - Familiar ()- Outro veículo de comunicação () - Outros () -
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
Quais ?						
3.4 As fontes são:						
Promotora (X) Quais: todas						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: todas						

1. Identificação	Jornal: O Progresso Data: 15-16-06-2013 Editoria: Dia a Dia Página: D1					
2. Matéria	Título: "Protesto reúne estados brasileiros em Nova Alvorada do Sul" Tamanho: 6 colunas Autoria: Marli Lange Foto (X) sim () não Chamada de capa (X) sim () não- Manchete Chamada de capa com foto (X) sim () não					
3. Fonte	3.1 Identificação geral					
	Total de fontes na matéria: 1					
	Concordantes (X) Discordantes ()					
	Humana (X) Documental () Eletrônica ()					
	Regionais () Nacionais (X) Internacionais ()					
	Há fonte não identificada () sim (X) não					
	3.2 Primárias (X) sim () não					
	Direta(X) Quais: senadora (TO) presidente da CNA	Indireta() Quais:	Oficial Estatual (X) Quais: senadora (TO) presidente da CNA	Oficial não estatal () Quais:	Oficiosa () Quais:	Não oficial () Qual tipo: Testemunha () - Representativa () - Personagem () Denunciante () - Familiar ()- Outro veículo de comunicação () - Outros () -
	3.3 Secundárias () sim (X) não					
	Direta () Indireta ()					
	Quais ?					
	3.4 As fontes são:					
Promotora (X) Quais: senadora (TO) presidente da CNA						
Provocada () Quais:						
Implicada () Quais:						
3.5 Há informações de fontes não mencionadas ou sem especificação?						
Sim () Não (X)						
Quais:						
3.6 Há citação textual ?						
Sim (X) Não ()						
De quais fontes: senadora (TO) presidente da CNA						

ANEXO C: MATÉRIAS SELECIONADAS JORNAIS O ESTADO E O PROGRESSO